



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Engenharia

Reconversão do Espaço Industrial  
Projeto de Reabilitação do Antigo Matadouro de Viseu  
em Centro de Desporto e Bem-estar

Larissa Chagas Cardoso

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura**  
(ciclo de estudos **integrado**)

Orientador: Prof. Doutor Jorge Eduardo Ramos Jular  
Coorientador: Prof. Doutor João Carlos Gonçalves Lanzinha

Covilhã, junho de 2018



# DEDICATÓRIA

À minha mãe, ao meu pai e aos meus irmãos.

Com todo o meu amor e gratidão.

# AGRADECIMENTOS

Aproxima-se o encerrar de um ciclo. Sente-se a mistura inexplicável de sentimentos que passam desde a melancolia de tempos passados a felicidade esperançosa em tempos vindouros. Surgem em mim sensações adversas como numa tempestade, onde é necessário haver chuva para que o sol possa voltar a brilhar. E assim, alcanço um sonho.

Gratidão é o maior sentimento que hoje desperta em mim. Sei que tudo devo aos meus pais que sempre me apoiaram e deram todo o suporte possível para que eu pudesse lutar pelos meus sonhos. Meu pai, exemplo de trabalho e dedicação sempre soube expressar, na sua maneira reservada de ser, um olhar carinhoso que me encorajou em cada etapa. A minha mãe, maior e inesgotável fonte de inspiração, orientou-me, com a sua coragem e amor, a seguir adiante, dar o melhor de mim e conquistar todos os meus sonhos. A eles um enorme obrigada, pois sem eles nada teria sido possível.

Agradeço também, aos meus irmãos, José Mário, Vanessa e Carlos Eduardo por todo o companheirismo ao longo da vida. Todos contribuíram para o meu crescimento pessoal, encorajando-me e motivando-me sempre, sendo exemplos incontestáveis de caráter, força, empenho e dedicação. Obrigada por me tornarem uma felizarda por tê-los sempre comigo.

Ao Rui, um dos pilares fundamentais desta jornada, agradeço todo o apoio, incentivo, ajuda e dedicação. Agradeço por ter estado ao meu lado, incansavelmente, em todas as situações e por ter tornado esta caminhada mais serena, bonita e inesquecível. Com ele, consegui crescer, dividir alegrias, compartilhar vitórias e aprender mutuamente ao longo de anos, tornando-se assim minha motivação, minha inspiração e a minha melhor companhia.

Aos familiares que sempre acreditaram em mim e torceram pela conclusão deste ciclo académico, agradeço por toda força e carinho que sempre me deram. Aos meus avós, José Ladeira, Maria de Lourdes e Carmina, agradeço especialmente por serem exemplos vivos de bondade e coragem, pela atenção e confiança que sempre depositaram em mim e por estarem sempre presentes em todas as minhas conquistas, tornando a distância física um pormenor insignificante.

O caminho foi longo, mas aprendi a desfrutar do melhor de cada situação. A Covilhã, cidade que tão bem me acolheu em seu manto branco sobre a Serra, tornou-se a minha segunda casa, oferecendo-me, com toda a sua generosidade, amigos que levarei para a vida toda. Eles foram essenciais para a conclusão deste ciclo e ensinaram-me desde cedo que “sozinhos vamos

rápido, mas juntos vamos longe”. Agradeço às minhas meninas, que sempre me acompanharam ao longo destes seis anos, ajudaram-me a crescer e formaram uma segunda família sempre pronta a me abraçar.

Aos meus amigos de longa data, agradeço pela amizade verdadeira e leal. À Rita, que sempre caminhou ao meu lado, agradeço a irmandade, o apoio incondicional, o carinho em cada conversa, a motivação em cada mensagem e a força em cada abraço.

Por fim, agradeço também ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Eduardo Ramos Jular e ao meu coorientador, Professor Doutor João Carlos Lanzinha, pela atenção, disponibilidade, ajuda, motivação e conhecimentos transmitidos ao longo da elaboração desta dissertação, levando-me a desenvolver um trabalho mais consistente.



# R E S U M O

A requalificação funcional do património industrial constitui um dos principais temas de reabilitação da atualidade. Tal fato deve-se à necessidade de um profundo conhecimento do edifício, da sua utilização primitiva e da sua evolução, para a posterior atribuição de uma nova função, de caráter intrinsecamente distinto, a um edifício que evidencia um caráter industrial.

Motivada por este propósito de reabilitação, ponderando a conservação, reconversão e reutilização do complexo industrial existente, propõe-se nesta dissertação a elaboração de um trabalho prático apresentando como caso de estudo o antigo matadouro municipal da cidade de Viseu.

O complexo industrial referido, apresenta hoje um panorama de degradação e abandono, sendo já comparado a um vazio urbano na cidade devido a sua negligência no contexto urbano. Pretende-se, portanto, inverter o atual cenário através da promoção da requalificação funcional contemporânea do mesmo, em detrimento do seu esquecimento ou demolição.

Apresenta-se, como objetivo principal do desenvolvimento da dissertação, o despertar de um novo polo de atração para a cidade, satisfazendo assim as novas necessidades inerentes ao crescimento e desenvolvimento da mesma, contribuindo também para a requalificação urbana e valorização do património industrial de Viseu.

Elabora-se a proposta de um Centro de Desporto e Bem-estar, proporcionando à comunidade momentos de relaxamento e oferecendo-lhes espaços adequados à prática desportiva e de atividades aquáticas.

## P A L A V R A S - C H A V E

Património Industrial | Reabilitação Industrial | Matadouro de Viseu | Requalificação Urbana | Centro de Desporto e Bem-estar



# ABSTRACT

The functional requalification of the industrial heritage is one of the main themes of rehabilitation today. This fact is due to the need for a deep knowledge of the building, its primitive use and its evolution, for the posterior attribution of a new function, with an intrinsically distinct character, to a building that shows an industrial character.

Motivated by this purpose of rehabilitation, considering the conservation, reconversion and reuse of the existing industrial complex, it is proposed, in this current dissertation, the elaboration of a practical work presenting the old Municipal Slaughterhouse of the city of Viseu as case of study.

The industrial complex referred to, presents today a degradation and abandonment panorama, being compared to an urban void in the city due to its negligence at the urban context. It is intended, therefore, to reverse the current scenario by promoting the contemporary functional requalification of it, to the detriment of its forgetting or demolition.

The main objective of the dissertation is to awaken a new pole of attraction to the city, satisfying the new needs inherent to its growth and development, also contributing to the urban requalification and valorization of the industrial heritage of Viseu .

The proposal of a Sports and Wellness Center is developed, providing relaxation moments to the community and offering them suitable spaces for sports and aquatic activities.

## KEYWORDS

Industrial Heritage | Industrial Rehabilitation | Slaughterhouse of Viseu | Urban Requalification | Sports and Wellness Center

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Caso de Estudo	1
Justificação do Caso de Estudo	1
Objetivos	3
Metodologias e Estrutura	4
<b>I. PASSADO</b>	<b>6</b>
I.I. Contextualização Histórica	8
Viseu	8
Matadouro Municipal de Viseu	9
I.II. O Matadouro no Contexto Urbano	14
Período de Inauguração	15
Período de Atividade	16
Período de Encerramento	17
I.III. Exemplos de Reabilitação Industrial em Viseu	18
Antigo Matadouro Municipal	19
<b>II. PRESENTE</b>	<b>20</b>
II.I. Levantamento	22
Características Tipológicas	23
Fases de Construção	25
Características da Infraestrutura	27
Avaliação da Infraestrutura	31
II.II. Contextualização Urbana	32
O Matadouro no Atual Contexto Urbano	35

II.III. Análise da Envolvente	36
Necessidades Locais	39
<b>III. FUTURO</b>	40
III.I. Proposta de Reabilitação	42
Justificação da Proposta de Reabilitação	43
III.II. Programa	44
III.III. Reabilitação da Preexistência	48
Edifício de Acesso	49
- terraço	51
- fachadas e coberturas	53
Edifício Desportivo	55
- organização interna	57
- a rótula - acessos	59
- o muro - circulação	61
- estrutura	63
- espaços	65
- fachadas e coberturas	70
Soluções Construtivas	72
- preexistência	72
III.IV. Ampliação	76
Edifício do SPA	77
- forma	79
- organização interna	79
- espaços	80
- elemento de conexão	81
- fachadas e cobertura	82
Soluções Construtivas	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXOS	94
PROJETO - ANEXOS GRÁFICOS	

# LISTA DE FIGURAS

Fig. 1: Fotografia alçado Este do matadouro municipal de Viseu em 2017

(fotografia da autora)

Fig. 2: Alçado Este matadouro municipal de Viseu - Anteprojeto 1959

Fonte: Caravana, F. (1959). Ante-projecto do Matadouro Municipal. Câmara Municipal de Viseu. EDOC/2017/16956.

Fig. 3: Axonometria matadouro municipal de Viseu - Anteprojeto 1959

Fonte: Caravana, F. (1959). Ante-projecto do Matadouro Municipal. Câmara Municipal de Viseu. EDOC/2017/16956.

Fig. 4: Fotografia alçado Este matadouro municipal de Viseu em 2003

Fonte: Notícias de Viseu, (2003). Matadouro de Viseu não reúne condições para laborar. 05/06/2003.

Fig. 5: Fotografia acesso secundário matadouro municipal de Viseu em 2003

Fonte: Notícias de Viseu, (2003). Matadouro de Viseu não reúne condições para laborar. 05/06/2003.

Fig. 6: Fotografia zona de cargas do matadouro municipal de Viseu em 2003

Fonte : Fonseca, J. /(2003). Hoje é o último dia do matadouro. Diário Regional de Viseu, 18/06/2003.

Fig. 7: Planta da cidade de Viseu em 1971

Fonte: Cedido pela Câmara Municipal de Viseu

Fig. 8: Planta da cidade de Viseu em 1983

Fonte: Cedido pela Câmara Municipal de Viseu

Fig. 9: Planta da cidade de Viseu em 2003

Fonte: Cedido pela Câmara Municipal de Viseu

Fig. 10: Primeiro matadouro municipal de Viseu

Fonte: Viseu, a nossa terra. (2008). Orfeão de Viseu. [online] Disponível em: <http://atentoviseu.blogspot.pt/2008/02/aqui-qui-no-local-do-antigo-matadouro.html> [Acedido em 27 maio 2017]

Fig. 11: Novo Orfeão de Viseu

(fotografia da autora)

Fig. 12: Fotografia zona de cargas matadouro municipal de Viseu - levantamento 2017

(fotografia da autora)

Fig. 13: Alçado Norte do matadouro municipal de Viseu - Anteprojecto 1959

Fonte: Caravana, F. (1959). Ante-projecto do Matadouro Municipal. Câmara Municipal de Viseu. EDOC/2017/16956.

Fig. 14: Planta matadouro municipal de Viseu - Anteprojecto 1959

Fonte: Caravana, F. (1959). Ante-projecto do Matadouro Municipal. Câmara Municipal de Viseu. EDOC/2017/16956.

Fig. 15: Fotografia matadouro municipal de Viseu em 1966

Fonte: Pereira, A. (1966). O Matadouro Municipal. Jornal de Viseu, 07/12/1966.

Fig. 16: Fotografias levantamento - interior

(fotografia da autora)

Fig. 17: Fotografias levantamento - exterior

(fotografia da autora)

Fig. 18: Corte transversal matadouro municipal de Viseu - Anteprojecto 1959

Fonte: Caravana, F. (1959). Ante-projecto do Matadouro Municipal. Câmara Municipal de Viseu. EDOC/2017/16956.

Fig. 19: Fotografias levantamento de patologias

(fotografia da autora)

Fig. 20: Planta de localização do Matadouro Municipal de Viseu

Fonte: Google maps (modificada pela autora)

Fig. 21: Planta solo urbano cidade de Viseu - PDM 2013

Decreto-Lei nº 12115, de 30 de setembro de 2013

Fig. 22: Mapa de utilizações da envolvente

(elaborada pela autora)

Fig. 23: Fotografia envolvente.

(elaborada pela autora)

Fig. 24: Fotografia envolvente

(elaborada pela autora)

Fig. 25: Alçado Norte da proposta geral do Centro de Desporto e Bem-estar

(elaborada pela autora)

Fig. 26: Mapa dos bairros envolventes

Fonte: Google maps (modificada pela autora)

Fig. 27: Planta geral - edifício de acesso, edifício desportivo e edifício de ampliação

(elaborada pela autora)

Fig. 28: Edifício de acesso

(elaborada pela autora)

Fig. 29: Planta piso 1 edifício de acesso

(elaborada pela autora)

Fig. 30: Planta piso 0 edifício de acesso

(elaborada pela autora)

Fig. 31: Alçado Este edifício de acesso

(elaborada pela autora)

Fig. 32: Corte longitudinal edifício de acesso

(elaborada pela autora)

Fig. 33: Esquema das janelas

(elaborada pela autora)

Fig. 34: Edifício de desportivo

(elaborada pela autora)

Fig. 35: Planta diferenciando as 3 alas criadas

(elaborada pela autora)

Fig. 36: Esquema da planta com zona servida e zona servidora

(elaborada pela autora)

Fig. 37: Esquema planta com destaque na rótula

(elaborada pela autora)

Fig. 38: Planta interna com o muro

(elaborada pela autora)

Fig. 39: Esquema de utilizações do muro

(elaborada pela autora)

Fig. 40: Fotografias das coberturas existentes - shed e treliças

(elaborada pela autora)

Fig. 41: Esquema materialidade pavimentos internos edifício desportivo

(elaborada pela autora)

Fig. 42: Esquema corte ala húmida edifício desportivo  
(elaborada pela autora)

Fig. 43: Esquema organização balneários ala seca  
(elaborada pela autora)

Fig. 44: Esquema materialidade revestimentos internos edifício desportivo  
(elaborada pela autora)

Fig. 45: Esquema corte ala seca edifício desportivo  
(elaborada pela autora)

Fig. 46: Esquema planta balneários ala húmida  
(elaborada pela autora)

Fig. 47: Esquema corte ala húmida e tanques de água edifício desportivo  
(elaborada pela autora)

Fig. 48: Alçado Este segundo  
(elaborada pela autora)

Fig. 49: Alçado Sul  
(elaborada pela autora)

Fig. 50: Esquema sistema de águas das piscinas  
(elaborada pela autora)

Fig. 51: Esquema sistema de ventilação  
(elaborada pela autora)

Fig. 52: Planta de implantação da proposta  
(elaborada pela autora)

Fig. 53: Planta edifício ampliação  
(elaborada pela autora)

Fig. 54: Esquema corte elemento de conexão  
(elaborada pela autora)

Fig. 55: Fachada Norte da proposta  
(elaborada pela autora)

Fig. 56: Corte longitudinal edifício ampliação  
(elaborada pela autora)

Fig. 57: Alçado oeste edifício ampliação  
(elaborada pela autora)

# LISTA DE TABELAS

Tab. 1 \_ Tabela de áreas gerais - Programa

# LISTA DE ACRÓNIMOS

- DECO \_ Associação de Defesa ao Consumidor
- PEDU \_ Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
- IROMA \_ Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas
- PEC \_ Produtos Pecuários e Alimentação, S. A.
- CNA \_ Confederação Nacional da Agricultura
- BALFLORA \_ Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu
- ARP \_ Aliança em Defesa do Mundo Rural Português
- ACGBA \_ Associação de Criadores de Gado da Beira Alta
- DGV \_ Direção Geral de Veterinária
- Proder \_ Programa de Desenvolvimento Rural
- PM \_ Plano de Melhoramento
- PU \_ Plano de Urbanização
- AGU \_ Antepiano Geral de Urbanização
- PGU \_ Plano Geral de Urbanização
- PP \_ Plano de Pormenor
- PDM \_ Plano Diretor Municipal
- CMV \_ Câmara Municipal de Viseu
- DECA \_ Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura
- ETICS \_ Sistema de Isolamento Térmico pelo Exterior
- XPS \_ Poliestireno Extrudido
- TICCH \_ The International Committee for Conservation of the Industrial Heritage  
(Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial)
- CIAM \_ Congresso Internacional da Arquitetura Moderna



# INTRODUÇÃO

## CASO DE ESTUDO

Marca da história de Viseu, do desenvolvimento urbano e do investimento no setor industrial, hoje culmina pura e simplesmente num edifício devoluto que, desprovido de vida e interesse é equiparado a um vazio urbano, sem perspectivas futuras e sem atenção. Esta é a atual realidade do caso de estudo da presente dissertação, o antigo Matadouro Municipal de Viseu.

Este complexo industrial, localizado num dos principais acessos à cidade, apresenta-se como cartão de visita da mesma, rececionando de forma desrespeitosa os seus visitantes e transmitindo uma imagem equivocada sobre a mesma, devido ao seu estado de deterioração.

A infraestrutura do Matadouro Municipal de Viseu, localizado na zona Nordeste da cidade, a sensivelmente três quilómetros do centro da mesma, iniciou atividades em 1966, perpetuando-se por um período de trinta e sete anos, sempre com a mesma utilização. Foi já em 2003 que cessou funcionamento e desde então nunca mais voltou a reenguer-se deste destino trágico que o atingiu.

Atualmente este antigo edifício industrial encontra-se encerrado há quinze anos, sem nenhuma utilização ativa no mesmo, ocupando assim um lote com cerca de 7 700 m<sup>2</sup> de área, dominado pela destruição e degradação provenientes do seu abandono e esquecimento, conforme se pode visualizar na figura 1.

## JUSTIFICAÇÃO DO CASO DE ESTUDO

O atual estado do complexo industrial é observado e sentido pela própria autora da presente dissertação, que, estudando e vivendo fora da cidade, mas sendo viseense, inúmeras foram as viagens realizadas entre Viseu e Covilhã e, por isso, incontáveis foram as vezes que se deparou com tal situação de degradação e desprezo sobre este antigo edifício industrial beirão, o que a intrigou desde muito cedo.

Por oposição a infraestrutura aqui apresentada, está a curiosidade. E é esta que desperta as questões, as ânsias, os desejos e a esperança transformada em proposta de uma nova realidade. Porque, o que seria da arquitetura sem a curiosidade... de observar, de pensar, de com-



Fig. 1: Fotografia alçado Este do matadouro municipal de Viseu em 2017

preender, de criar, de projetar, de experimentar... E é esta curiosidade que, por fim, fez nascer a vontade, a motivação necessária para o desenvolvimento da presente dissertação.

Diversos fatores surgiram da curiosidade anteriormente exposta. Aliaram-se, assim, os fatores urbanos, arquitetónicos e pessoais que deliberaram, para este complexo industrial, não um fim de vida solitário e desprezível – como o que se observa atualmente -, mas sim um sopro intenso de vida. Uma proposta reanimadora, que não só ressuscita a infraestrutura anteriormente abandonada, como também pretende reativar toda a zona envolvente a esta, motivando a autora a definir este edifício específico como caso de estudo.

Devido ao crescimento não homogêneo da cidade de Viseu, apresenta-se a necessidade de incrementar motores estratégicos para o desenvolvimento local. Compreende-se, portanto, que o antigo matadouro apresenta capacidades impulsionadoras para a zona que integra, podendo renascer como um novo núcleo atrativo e apelativo à sociedade. Este fator urbano é fundamental para o desenvolvimento equilibrado da cidade e é, por isso, listado como um dos parâmetros de justificação da eleição do caso de estudo, do tema abordado e da posterior elaboração do programa desenvolvido na dissertação apresentada.

A valorização do património industrial é também realçada como um dos pilares de desenvolvimento desta dissertação. Este fator arquitetónico, no qual se enquadra a observação, análise e compreensão aprofundada do edifício industrial preexistente, justifica a eleição de uma infraestrutura com valor arquitetónico singular.

O desejo pessoal emoldurado na dissertação é, portanto, que o conceito da reabilitação industrial seja uma premissa constante para o futuro da arquitetura, depositando mais credibilidade e esperança sobre infraestruturas industriais perdidas no tempo e espaço.

Estão, desta forma, expostas todas as razões que justificam a eleição da reabilitação do antigo Matadouro Municipal de Viseu, como palco de trabalho e desenvolvimento da presente dissertação.

## OBJETIVOS

Destaca-se, por parte da autora, o fascínio sobre o tema da reabilitação, que demonstra também um caráter multifacetado, podendo desenvolver-se em diversos ramos. Salienta-se a atenção depositada sobre o património industrial e a relevância que a sua recuperação pode apresentar na sua área envolvente.

Compreende-se, desta forma, que a presente dissertação apresenta como objetivo demonstrar algumas intenções defendidas pela sua autora, apresentando um tema base que seduz a futura arquiteta e induz a mesma a desenvolvê-lo, culminando numa proposta específica de intervenção prática.

Sendo a valorização do património industrial um dos propósitos da presente dissertação, esta apresenta como mote a reabilitação do mesmo, focando-se no objetivo da autora em alterar o panorama de esquecimento onde o património industrial se apresenta inserido atualmente, recuperando-o e transformando-o numa nova oportunidade de vida para a infraestrutura preexistente.

Após a definição de um caso de estudo específico como protagonista do desenvolvimento do trabalho, objetiva-se compreender a zona da cidade onde esta se encontra integrado, entendendo também o processo de desenvolvimento desta.

Quanto ao caso de estudo, pretende-se realizar o levantamento de informações sobre o seu passado, a fase de construção, a época em que esteve a laborar e o processo que levou ao seu encerramento, compreendendo também de que forma a alteração do seu contexto urbano esteve relacionado com o desfecho do mesmo.

Relativamente a atualidade, intensiona-se realizar uma análise da envolvente do Matadouro, compreendendo as suas características, realizando um levantamento das suas necessidades. Desta forma objetiva-se desenvolver uma resposta arquitetónica capaz de supriir tais necessidades locais, reintegrando o Matadouro Municipal de Viseu ao novo contexto urbano.

O processo de levantamento do complexo industrial apresenta-se essencial para, posteriormente, analisar e compreender o atual estado desta infraestrutura degradada. Objetiva-se, desta forma, entender a morfologia da mesma, realçando o valor arquitetónico que esta apresenta.

Acredita-se, que este trabalho académico destacará as potencialidades do complexo industrial apresentado como caso de estudo - o Matadouro Municipal de Viseu - e aprofundará, na mais remota esperança, a intenção de ressuscitar e libertar o mesmo, através do novo programa em si desenvolvido, das garras castradoras da demolição.

A intenção de reativar o edifício industrial devoluto, passa também por definir um programa ajustado às atuais necessidades locais, desenvolvendo assim um Centro de apoio ao desenvolvimento local. Assim, aliado também ao tema da reabilitação industrial, objetiva-se demonstrar a importância que as intervenções deste cariz podem desempenhar sobre a sua envolvente, atribuindo às antigas infraestruturas industriais um papel vinculado ao desenvolvimento e reestruturação urbana.

Por fim, apresenta-se o propósito de desenvolver um projeto de reabilitação do antigo Matadouro Municipal de Viseu em *Centro de Desporto e Bem-estar*, realacionando a arquitetura preexistente com uma proposta arquitetónica contemporânea.

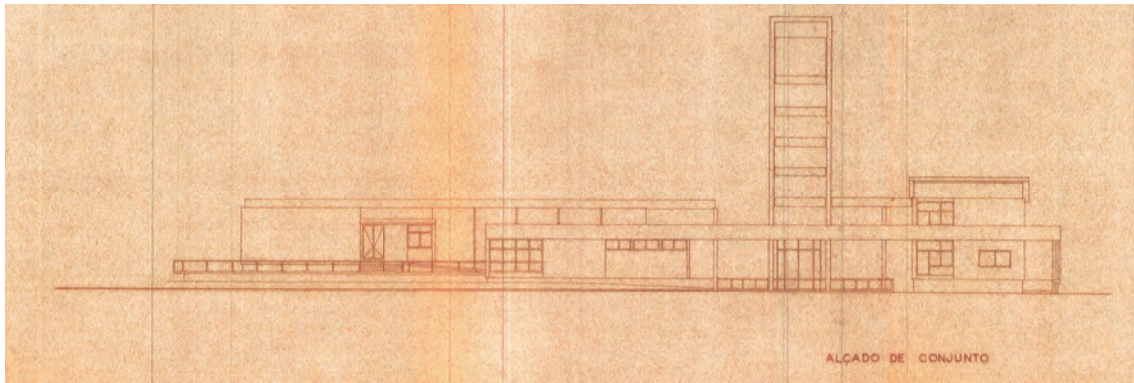


Fig. 2: Alçado Este matadouro municipal de Viseu - Anteprojeto 1959

## METODOLOGIAS E ESTRUTURA

Após a definição dos temas e objetivos apresentados e defendidos na presente dissertação, considera-se necessário desenvolver uma metodologia de abordagem ao tema. Esta baseia-se numa intensa investigação sobre o tema, na análise de casos de estudo, na recolha e compreensão de dados relacionados com o património industrial, na definição de um caso de estudo específico, na pesquisa, análise e tratamento de informações relacionadas com o caso de estudo e a sua envolvente e, por fim, na elaboração de uma proposta fundamentada, desenvolvendo-se um plano de trabalho estruturado que se descreve de seguida.

Pretende-se, primeiramente, compreender o **PASSADO** escondido no carácter moribundo do complexo industrial onde o particular caso de estudo está integrado. Através de uma intensa pesquisa em tempos remotos, intenciona-se desvendar a sua história e utilização da época (fig. 2) e também, de forma breve, a própria história da cidade que o envolve.

Parte desse capítulo Passado fundamenta-se na necessidade de clarificar o processo de desenvolvimento e crescimento local, relacionando-o com as diferentes fases de atividade da indústria em estudo, compreendendo o peso influenciador que depositou sobre esta.

Encontra-se o tempo **PRESENTE**, ainda preso às raízes do passado, condenado ao seu aspeto inânime e desprovido de esperança. Intenciona-se, portanto, compreender esta aparência, esta estagnação no tempo e esta descrença impregnada a um edifício industrial.

Desenvolve-se, na primeira pessoa, o levantamento de todo o complexo industrial em estudo, no âmbito de compreender a sua morfologia e tipologia, os seus sistemas construtivos, a sua antiga função e atividade, o seu estado de conservação, as suas patologias e, sobretudo, a sua personalidade.

Orienta-se o trabalho de forma curiosa e minuciosa, aproximando-se, quase de forma pessoal, a um edifício isento de atenção. Nesta linha apresenta-se a sua localização geográfica e o atual contexto urbano onde está integrado, esclarecendo a desvalorização do edifício e a perda do seu carácter.

Compreendem-se as necessidades da sua envolvente através de uma análise da mesma, especulando já a melhor forma de suprir as carências e falhas locais, por intermédio da reinte-

gração deste edifício, no seu atual cenário urbano.

Apresenta-se, como terceiro e último grande capítulo da presente dissertação o **FUTURO** almejado como desfecho desta história, onde a reabilitação industrial é protagonista. Apresenta-se a proposta de trabalho justificando o objetivo de reabilitar este complexo industrial, reforçando as suas qualidades e ressaltando a sua inerente capacidade para se tornar motor de desenvolvimento local.

Nesta fase de trabalho pretendem-se evidenciar os pormenores, os conceitos e preceitos que contracenam num mesmo episódio que foi concebido baseado na sensibilidade, desenvolvido fundamentado em intenções específicas e finalizado assente sobre a execução precisa.

Desta forma, objetiva-se o desenvolvimento de um plano estratégico de intervenção no edifício em estudo, como proposta de um projeto de reabilitação. Este processo pretende aliar a irreverência em termos programáticos e projetuais às necessidades locais apresentadas, desenvolvendo um projeto lúcido e coerente.

Apresenta-se, assim, todo o desenvolvimento prático da proposta de reabilitação da antiga indústria, evidenciando a sua metamorfose em projeto, a transformação das suas fragilidades em atributos e o papel prepulsor que esta intervenção poderia aplicar sobre a sua envolvente, interferindo como reativadora e potencializadora do desenvolvimento local, aliada à reestruturação da cidade.

Por fim, posteriormente ao desenvolvimento de uma memória descritiva e justificativa sobre o projeto prático desenvolvido, apresenta-se uma série de considerações finais a respeito da eficácia do programa desenvolvido, da intenção de reabilitação de uma antiga infraestrutura industrial e da exequibilidade do projeto proposto, com uma arquitetura contemporânea como resposta construtiva.

Apresenta-se também uma seção de anexos gráficos, com todas as peças desenhadas relativas ao processo de levantamento e posterior projeto de licenciamento e execução desenvolvidos. Este faz-se acompanhar de um anexo constituído por peças escritas e desenhadas compiladas durante todo o processo de desenvolvimento da presente dissertação.

Por se tratar de uma dissertação assumidamente prática, a presente memória descritiva e justificativa foca-se no caso de estudo específico e na proposta de intervenção desenvolvida sobre a forma de projeto arquitetónico.

Esta intenção evidencia-se também na metodologia adotada, uma vez que todo o estudo realizado previamente não é abordado e aprofundado ao longo do documento científico. Afirma-se, desta forma, a posição desta análise prévia como bagagem de conhecimentos por parte da autora, para uma maior compreensão e aproximação com a infraestrutura preexistente, garantindo assim uma intervenção mais cuidadosa e coerente.

De toda forma, embora não explanado na presente dissertação, a autora desenvolve todo o processo de análise e compreensão de conceitos intimamente ligados com o tema basilar da dissertação - reabilitação do património industrial - concentrando-se também no estudo de conteúdos relacionados com a tipologia dos matadouros.

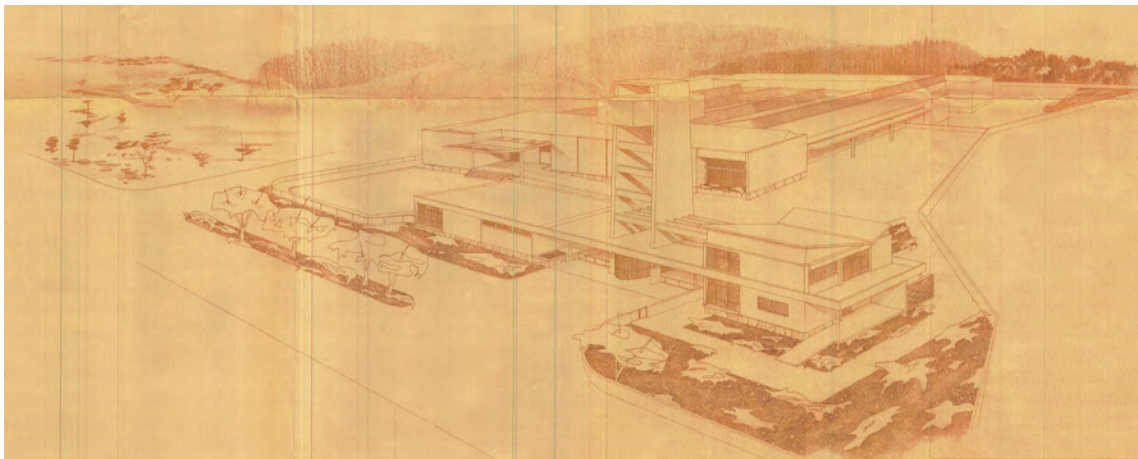


Fig. 3: Axonometria matadouro municipal de Viseu - Anteprojeto 1959

———— I . P A S S A D O ————

# I.I. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

## VISEU

A cidade de Viseu, localizada na região da Beira Alta de Portugal, é a atual capital do distrito de Viseu e também sede do concelho com 507,10 km<sup>2</sup> de área e 99 274 habitantes<sup>[1]</sup>, sendo constituído por 25 freguesias.

Acredita-se que a cidade de Viseu nasceu no alto do monte onde hoje se situa a Sé Catedral, sendo proveniente da povoação da época neolítica. Contudo, Viseu só foi distinguida como cidade, durante a ocupação romana, a partir do séc. I, constituindo assim um importante centro de comunicações e capital de um vasto território. Data de 1123 a carta de foral<sup>[2]</sup> da cidade de Viseu, concedida pelo conde D. Henrique e por D. Teresa, após a fundação do Condado Portucaleense.

O desenvolvimento económico e urbano de Viseu está marcado há séculos na sua história. Um exemplo, ainda hoje presente na cidade, é a anual Feira de São Mateus, fundada há 626 anos, em 1392 por D. João I, como Feira Franca. Do séc. XIV ao séc. XVI o vasto desenvolvimento originou a sua expansão extramuros, em direção à atual zona central, o Rossio.

As atuais obras arquitetónicas que apresentam valor patrimonial para a cidade são datadas, de forma geral, entre o séc. XVII e o séc. XIX, constituindo, desta forma, um testemunho do desenvolvimento da cidade na referida época e da importância da sua preservação até os dias de hoje.

Atualmente, Viseu é uma cidade viva, projetada para o futuro, que apresenta a integração como lema de desenvolvimento, que respeita os seus habitantes, que oferece condições transversais de vida e acessibilidades e que respira, na sua horizontalidade, um ar renovado e promissor.

Defende-se, a aposta numa cidade que nunca se esqueceu do seu passado e que utiliza a sua história como motor propulsor para um futuro mais desenvolvido e diferenciado. Numa cidade que reanima e exalta as suas recordações de tempos passados, como palco de um crescimento fundamentado e constante. Numa cidade que valoriza o seu património, nas mais diversas áreas, como fonte de reabilitação da sua vida, tradição e história.

Muitas foram as razões que levaram Viseu a ser eleita a “melhor cidade para se viver” pela

[1] Segundo censo de 2011, Instituto Nacional de Estatística

[2] Carta Foral é o documento real utilizado em Portugal, que visava estabelecer um concelho e regular a sua administração, deveres e privilégios.

DECO <sup>[3]</sup> duas vezes - em 2007 e em 2012 - segundo um estudo de opinião que esta realizou<sup>[4]</sup>.

Realça-se a constante aposta no crescimento da cidade por parte da Câmara Municipal, que vem a desenvolver diversos planos estratégicos de desenvolvimento para a mesma. Como exemplo, destacam-se os projetos “Viseu Primeiro” (desenvolvido entre 2013 e 2017), “Viseu Viva” (atuando sobre a cidade no ano de 2014) e também o “Viseu Educa” (focado no setor da educação, no mesmo ano de 2014). De forma mais audaciosa, destaca-se o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU, desenvolvido em 2015 e integrado no projeto “Portugal 2020”, que apresenta três fundamentais planos de desenvolvimento, atuando sobre a cidade até 2022: o “Plano de Ação de Regeneração Urbana”; o “Plano de Ação Integrado para Comunidades Desfavorecidas” e o “Plano de Mobilidade Urbana Sustentável”<sup>[5]</sup>.

Mais recentemente, o ano de 2017 foi distinguido como o “ano oficial para visitar Viseu”, sendo esta uma estratégia do município para despertar o turismo local, contribuindo também para a economia e reconhecimento externo da cidade.

## MATADOURO MUNICIPAL DE VISEU

Sendo o Matadouro Municipal de Viseu um edifício conhecido e datado da década de 60 do séc. XX, sabe-se que o início da sua história começou anos antes. Conforme a pesquisa realizada nos arquivos da Biblioteca Municipal de Viseu, encontram-se informações referentes ao mesmo, já na década de 40. O Jornal de Viseu, de 07 de dezembro de 1966, dirigido e editado por Armando dos Santos Pereira, apresenta a história por trás da vida do Matadouro de Viseu, quase duas décadas antes da sua construção.

Na referida edição do Jornal de Viseu, afirma-se que a necessidade da construção deste complexo industrial data já de 1949, quando o presidente da Câmara da mesma época, Sr. Tenente Coronel Silva Simões, levanta tal questão. Porém, apenas em 1959, sendo a Câmara Municipal de Viseu já presidida pelo Sr. Major Romão Loureiro, deliberou-se o desenvolvimento do projeto do novo Matadouro Municipal de Viseu ao encargo do Engenheiro Caravana. A necessidade da sua construção fundamentava-se na crença de que este complexo industrial viria a ser um apoio para a cidade, contribuindo para o seu desenvolvimento económico através da valorização da lavoura da Região, na área da pecuária<sup>[6]</sup>.

Conforme informação proveniente do Jornal de Viseu de 03 de dezembro de 1966, do Jornal da Beira de 02 de dezembro de 1966 e do Jornal da Beira de 08 de dezembro de 1966 a inauguração do novo Matadouro Municipal de Viseu data de 03 de dezembro de 1966, tendo sido marcada e presidida pelo Ministro das Obras Públicas da mesma época, Sr. Engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira, responsável também, por exemplo, pelas obras públicas da Ponte Salazar e do Panteão Nacional, ambas em Lisboa.

[3] Associação de Defesa ao Consumidor

[4] Major, A. (2012). Viseu eleita a melhor cidade do país para viver. Jornal de Negócios. [online] Disponível em: [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/viseu\\_eleita\\_a\\_melhor\\_cidade\\_do\\_paiacutes\\_para\\_viver](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/viseu_eleita_a_melhor_cidade_do_paiacutes_para_viver) [Acedido em 05 junho 2017].

[5] Município de Viseu (2015). PLANO ESTRATÉGICO de Desenvolvimento Urbano de Viseu 2020. Viseu, pp.2, 5, 6.

[6] Pereira, A. (1966). O Matadouro Municipal. Jornal de Viseu.



Fig. 4: Fotografia alçado Este matadouro municipal de Viseu em 2003

A receção ao Sr. Ministro das Obras Públicas decorreu no referido dia, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, seguindo-se da inauguração da Escola Primária de João de Barros e, posteriormente, da inauguração do Matadouro Municipal de Viseu<sup>[1]</sup>.

Considerado pela população e pelos jornais locais um “*magnífico conjunto de edificações*”<sup>[2]</sup>, o Matadouro de Viseu, construído pela empresa Ofar e apoiado durante todo o seu desenvolvimento pelos Serviços Pecuários da cidade, apresentou-se pronto a servir a cidade e o concelho a partir do dia 02 de janeiro de 1967<sup>[3]</sup>.

Contrariamente ao desejado e previsto inicialmente pelo município e respetiva população, a glória do Matadouro de Viseu não se manteve intacta por muitos longos anos. Foi já em 1987 que se verificou a primeira transição do complexo, passando da alçada da Junta Nacional dos Produtos Pecuários (já extinta) para a alçada do IROMA<sup>[4]</sup>. Este foi apenas o primeiro paço em direção ao declínio desta indústria<sup>[5]</sup>.

A história da vida do Matadouro de Viseu prosseguiu em sentido à privatização. Este facto é justificado já em 1992, quando o IROMA responsabilizou as PEC<sup>[6]</sup> pela rede nacional de abate. Desta forma, não só o matadouro de Viseu, como também os matadouros municipais de Coimbra e Aveiro submeteram-se à direção da PEC LUSA, S.A.<sup>[7]</sup>.

Apenas sete anos mais tarde, em 1999, os receios e as denúncias da CNA<sup>[8]</sup> – que sempre se opôs à privatização da rede nacional de abate – tornaram-se realidade. A PEC LUSA, S.A. foi privatizada e adquirida pela Sociedade Matadouros da Beira Litoral S.A.<sup>[9]</sup>.

Este foi o início do fim do desejado e “magnífico” complexo industrial de abate em Viseu. Sucedeu-se a falta de homologação, a carência de condições higieno-sanitárias, as vistorias e inspeções, as recomendadas obras de remodelação que raramente foram cumpridas<sup>[10]</sup>, culminando, a 18 de junho de 2003, no encerramento do mesmo (figura 4), tal como consta no jornal Diário Regional de Viseu, da mesma data<sup>[11]</sup>.

Os meses seguintes foram de revolta e indignação por parte dos 46 funcionários, que constituíam o quadro de trabalhadores do Matadouro<sup>[12]</sup>, e dos cerca de 26 000 criadores de gado que se depararam desprovidos desta infraestrutura essencial à manutenção e revitalização da atividade agropecuária<sup>[13]</sup>, tão importante na região<sup>[14]</sup>.

[1] Pereira, A. (1966). O Matadouro Municipal. Jornal de Viseu.

[2] *Ibidem*

[3] Jornal de Viseu. (1966). No Matadouro - uma obra monumental.

[4] Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas

[5] Rodrigues, M. (2004). Ainda (e sempre) a (re)abertura do Matadouro de Viseu. Público. [online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2004/04/03/jornal/ainda-e-sempre--a-reabertura-do-matadouro-de-viseu-186448> [Acedido em 22 Maio 2017].

[6] Produtos Pecuários de Alimentação, S.A.

[7] Rodrigues, M. (2004). Ainda (e sempre) a (re)abertura do Matadouro de Viseu. Público. [online] Available at: <https://www.publico.pt/2004/04/03/jornal/ainda-e-sempre--a-reabertura-do-matadouro-de-viseu-186448> [Accessed 22 May 2017].

[8] Confederação Nacional da Agricultura

[9] Rodrigues, M. (2004). Ainda (e sempre) a (re)abertura do Matadouro de Viseu. Público. [online] Available at: <https://www.publico.pt/2004/04/03/jornal/ainda-e-sempre--a-reabertura-do-matadouro-de-viseu-186448> [Accessed 22 May 2017].

[10] *Ibidem*

[11] Rodrigues, M. (2004). Ainda (e sempre) a (re)abertura do Matadouro de Viseu. Público. [online] Available at: <https://www.publico.pt/2004/04/03/jornal/ainda-e-sempre--a-reabertura-do-matadouro-de-viseu-186448> [Accessed 22 May 2017].

[12] Diário Regional de Viseu (2003). Trabalhadores do Matadouro de Viseu descontentes com transferência para Aveiro. p.3.

[13] Rodrigues, M. (2004). Ainda (e sempre) a (re)abertura do Matadouro de Viseu. Público. [online] Available at: <https://www.publico.pt/2004/04/03/jornal/ainda-e-sempre--a-reabertura-do-matadouro-de-viseu-186448> [Accessed 22 May 2017].

[14] Fonseca, J. (2003). Autarquia de Viseu deve envolver-se na construção do novo Matadouro. Diário Regional de Viseu, p.3.



Fig. 5: Fotografia acesso secundário matadouro municipal de Viseu em 2003

Como consequência esteve a intensificação do processo de desertificação e despovoamento do interior rural com o passar do tempo, devido aos enormes prejuízos causados aos criadores de gado regionais e à falta de incentivos para a continuação da atividade, dependente agora de grandes deslocamentos, até Aveiro ou Oliveira do Hospital<sup>[1]</sup>, para sobreviver.

Apresentando como argumento que este constituía um caso de extremo interesse para a economia nacional, a 24 de março de 2004, foi entregue ao Presidente da Assembleia da República, por meia centena de agricultores, juntamente com os dirigentes da BALFLORA<sup>[2]</sup>, da CNA e da ARP<sup>[3]</sup>, uma petição com cinco mil e três assinaturas, exigindo a (re)abertura do Matadouro Municipal de Viseu, tendo o assunto que ser discutido pelo Parlamento, em plenário<sup>[4]</sup>.

A decisão parlamentar de reabertura do edifício em questão, nunca chegou a ser uma realidade. Tal como a intervenção da Câmara Municipal de Viseu na construção de um novo matadouro para a cidade, como proposto por Álvares de Carvalho, presidente da ACGBA<sup>[5]</sup> e da Comissão Pró-Matadouro, ao presidente da câmara Fernando Ruas, em reunião a 24 de junho de 2003 e declarado ao jornal Diário Regional de Viseu de 20 de junho de 2003<sup>[6]</sup>.

Conforme informação proveniente do jornal Diário Regional de Viseu, de 25 de junho de 2003, a Câmara Municipal de Viseu já havia aberto processo judicial sobre o Governo da altura, pelo facto do Estado ter nacionalizado o Matadouro de Viseu, não ressarcindo devidamente a autarquia<sup>[7]</sup>.

Claro está que este é apenas um dos processos envolvidos nos casos de venda e encerramento do complexo de abate. Realça-se, por exemplo, o processo judicial relacionado com a privatização dos matadouros de Viseu, Aveiro e Coimbra, proveniente da compra da antiga PEC

[1] Rodrigues, M. (2004). Ainda (e sempre) a (re)abertura do Matadouro de Viseu. Público. [online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2004/04/03/jornal/ainda-e-sempre-a-reabertura-do-matadouro-de-viseu-186448> [Acedido em 22 Maio 2017].

[2] Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu

[3] Aliança em Defesa do Mundo Rural Português

[4] Rodrigues, M. (2004). Ainda (e sempre) a (re)abertura do Matadouro de Viseu. Público. [online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2004/04/03/jornal/ainda-e-sempre-a-reabertura-do-matadouro-de-viseu-186448> [Acedido em 22 Maio 2017].

[5] Associação de Criadores de Gado da Beira Alta

[6] Seia de Matos (2003). Criadores de gado e Fernando Ruas vão debater velho e novo Matadouro. Diário Regional de Viseu, p.3.

[7] Seia de Matos (2003). Encerramento do Matadouro de Viseu vai fazer correr ainda... muita tinta. Diário Regional de Viseu, p.3.



Fig. 6: Fotografia zona de cargas do matadouro municipal de Viseu em 2003

LUSA, S.A. pela empresa Matadouros da Beira Litoral S.A. em 1999. Em causa apresenta-se a venda da mesma por metade do valor aprovado pelo Governo de António Guterres em 1998<sup>[8]</sup>.

No jornal Diário Regional de Viseu, de 06 de junho de 2003, questiona-se também a responsabilidade sobre a saúde pública. Tal questão é proveniente da divulgação de um relatório de inspeções em 1999, onde a D. G. V. <sup>[9]</sup> confirma a falta de condições para a atividade exercida no edifício do Matadouro de Viseu. Desta forma não seria aprovada a compra e venda deste, para desempenho das mesmas atividades<sup>[10]</sup>.

Conforme confidenciado por Almeida Henriques (na altura candidato a presidência da Câmara Municipal de Viseu), a 20 de agosto de 2013, dez anos após o encerramento do Matadouro de Viseu, este considerava prioritário a construção de um matadouro no concelho, redimensionado às novas necessidades produtivas e de consumo, valorizando os criadores de gado, bem como as tradições agropecuárias regionais<sup>[11]</sup>.

Com o mesmo intuito, constituiu-se a MateViseu, em junho de 2007, com uma lista de dezasseis acionistas que propunham-se a contribuir para a construção deste novo complexo industrial de abate. Entre estes destacam-se o belga Jan Swaegers (57%), a ACGBA (9,3%), a Câmara Municipal de Viseu (7,1%). Infelizmente o projeto não chegou a avançar, tendo a sua candidatura ao Proder<sup>[12]</sup> sido indeferida<sup>[13]</sup>.

[8] Lusa (2015). Processo dos matadouros de Aveiro e Viseu volta à fase de instrução. País ao Minuto. [online] Disponível em: <https://www.noticiasaoiminuto.com/pais/492809/processo-dos-matadouros-de-aveiro-e-viseu-volta-a-fase-de-instrucao> [Acedido em 27 Maio 2017].

[9] Direção Geral de Veterinária

[10] Diário Regional de Viseu, (2003). Matadouro de Viseu está a ser investigado pelo Governo. p.3.

[11] Agência Lusa (2013). Almeida Henriques defende construção de matadouro de Viseu. Porto Canal. [online] Disponível em: <http://portocanal.sapo.pt/noticia/5945> [Acedido em 27 Maio 2017].

[12] Programa de Desenvolvimento Rural

[13] Agência Lusa (2013). Almeida Henriques defende construção de matadouro de Viseu. Porto Canal. [online] Disponível em: <http://portocanal.sapo.pt/noticia/5945> [Acedido em 27 Maio 2017].

## I.II. O MATADOURO NO CONTEXTO URBANO

O crescimento urbano da cidade de Viseu faz-se acompanhar do desenvolvimento das suas redes rodoviárias, de forma gradual e constante. Compreende-se, portanto, como a cidade desenvolveu os seus novos bairros, na antiga periferia da mesma, com a devida infraestrutura e ramificação rodoviária.

É interessante compreender a forma progressiva como a rede rodoviária foi ampliada e fortalecida através dos diversos planos urbanísticos desenvolvidos ao longo de décadas, tais como: Plano de Melhoramento - PM (primeiro em 1919), Plano de Urbanização - PU (primeiro em 1935), Antepiano Geral de Urbanização - AGU (primeiro em 1950), Plano Geral de Urbanização - PGU (1976 não aprovado e 1985 não aprovado), Plano de Pormenor - PP (primeiro na década de 80) e Plano Diretor Municipal - PDM (primeiro em 1995)<sup>[1]</sup>. Estes regeram um desenvolvimento urbano estruturado e eficaz para a cidade, sempre aliado à sua expansão económica.

Destacam-se as ligações diretas entre o centro da cidade e a sua envolvente, contribuindo não só para uma maior facilidade de transporte de mercadorias até o mesmo, como também para uma melhor acessibilidade entre o centro e as diversas zonas que constituem a vasta malha urbana que Viseu apresenta na atualidade.

Segue-se a análise da evolução urbana de Viseu associando-se às diferentes fases que o matadouro municipal apresentou. Este estudo é conseguido através da pesquisa constante nos arquivos municipais, Biblioteca Municipal, páginas *web* e dissertações, destacando-se o grande contributo que os jornais disponibilizados pela Biblioteca Municipal de Viseu e os antigos mapas disponibilizados pela Câmara Municipal de Viseu - CMV conferiram sobre a elaboração desta precisa pesquisa.

---

[1] Almeida, S. (2015). ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO - OS EQUIPAMENTOS COLETIVOS NO DESENHO URBANO: O CASO DE VISEU – DO SÉCULO XX ATÉ ÀS EXPANSÕES MAIS RECENTES. Mestre. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 57 - 69



Fig. 7: Planta da cidade de Viseu em 1971

## PERÍODO DE INAUGURAÇÃO

Na década de 60, do século anterior, quando o projeto final do complexo industrial do Matadouro Municipal de Viseu foi desenvolvido e, seguidamente, construído; a cidade de Viseu apresentava características urbanas ainda não muito definidas. A sua malha rodoviária estava sendo desenvolvida sobre o foco de uma circular principal e a cidade era compreendida em três distintas zonas (fig. 7), provenientes do AGU desenvolvido em 1950.

Possível é compreender, através da observação da figura 7, que o matadouro da cidade apresentava-se integrado na zona periférica da mesma. A ligação viária existente entre esta zona e a zona central da cidade, realizava-se através de vias perpendiculares à circular principal, que penetravam e cruzavam toda a zona intermédia da cidade.

Salienta-se, portanto, que a zona periférica, na qual o edifício do matadouro está compreendido, apresentava-se apenas como uma zona vazia, desprovida de urbanizações de habitação, edifícios de caráter comercial, oferta de serviços públicos e sem grande afluência rodoviária.

Apresentando-se, desta forma, como um terreno barato, não muito distante do centro – cerca de 3 km a NE –, garantia boas condições para as futuras fundações da indústria, muito próximo do rio Pavia, rede geral de distribuição de água e posto de transformação – o que supria as necessidades de saneamento, fornecimento de água e energia elétrica<sup>[1]</sup>. Este terreno apresentava desta forma características positivas de um local propício para a construção do edifício industrial.

Às anteriores qualidades apresentadas pelo terreno, somava-se também a ausência de habitações na sua envolvente, vinculado ao fácil acesso através da estrada que ligava Viseu e Travassós de Baixo, garantindo uma grande afluência de gado, das principais regiões do centro do país, ao novo matadouro da cidade<sup>[2]</sup>.

[1] Caravana, F. (1959). Ante-projecto do Matadouro Municipal - Memória descritiva e justificativa. Câmara Municipal de Viseu, p.7.

[2] *Ibidem*



Matadouro ●

Zona Centro ●

Novos bairros habitacionais ●

Fig. 8: Planta da cidade de Viseu em 1983

## PERÍODO DE ATIVIDADE

Após o surgimento da necessidade de alterações no AGU do 1950, desenvolveram-se os PGU de 1976 e de 1985, porém nenhum destes foi aprovado. Ainda na década de 80 criou-se o primeiro Plano Pormenor que originou a alteração do carácter apresentado pelas vias conectoras entre o centro e a periferia da cidade.

O aumento demográfico notado nas décadas de 70 e 80 desencadeou também uma grande necessidade de expansão na cidade. Com este objetivo, foram desenvolvidos novos bairros habitacionais e uma aposta na renovação de habitações já existentes, conforme se observa na figura 8. Criaram-se, assim, duas novas áreas - norte e sul - exteriores à via periférica já existente na cidade.

Esta nova realidade apresentada pela demografia e pelo urbanismo da cidade, acarretou a diligente necessidade de ampliação da rede viária da mesma, orientando-se a norte e sul da já existente malha, de forma a responder às novas necessidades locais.

Outra proposta vigente na altura foi a criação da segunda circular no sistema rodoviário da cidade, evidenciando a importância então depositada na ligação entre esta zona periférica e a restante cidade.

Foi apenas em 1995 que se desenvolveu o primeiro PDM de Viseu, sendo este baseado em todos os planos já desenvolvidos até então. Este foi o principal autor da morfologia radio concêntrica atribuída à cidade. Após a implementação do plano em análise, observou-se também a consolidação do sistema rodoviário da cidade integrado no sistema nacional de estradas<sup>[1]</sup>.

Desta forma, compreende-se que o complexo industrial do matadouro se apresentava mais incorporado à restante malha da cidade de Viseu, iniciando, por isso, a alteração da ideia de periferia que esta zona apresentava.

[1] Almeida, S. (2015). ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO - OS EQUIPAMENTOS COLETIVOS NO DESENHO URBANO: O CASO DE VISEU – DO SÉCULO XX ATÉ ÀS EXPANSÕES MAIS RECENTES. Mestre. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 67 - 69



Fig. 9: Planta da cidade de Viseu em 2003

Matadouro	
Circunvalação	
Expansão Norte	
Expansão Sul	

## PERÍODO DE ENCERRAMENTO

Após o desenvolvimento do primeiro PDM de Viseu (1995) e com o contínuo crescimento urbano apresentado, a delimitação das três distintas zonas - central, intermédia e periférica - deixou de se sentir. Criou-se assim uma cidade mais coesa e uniforme.

A antiga periferia passou a apresentar papel integrante na cidade. Esta constatação deve-se não só à expansão da rede viária da cidade, como também ao aparecimento de novos bairros habitacionais, instalação de serviços e desenvolvimento de comércio nesta zona.

No início do presente século, já em 2003, com novo PDM da cidade em vigor, o matadouro municipal já era considerado parte constituinte da Grande Viseu, que o albergava nas suas ramificações - conforme é possível observar na figura 9. Este facto justifica a alteração brusca de toda a envolvente onde o matadouro se encontrava compreendido, sendo já nesta época rodeado por edifícios habitacionais e comerciais.

As inspeções e vistorias neste complexo industrial passaram a ser cada vez mais profundas e frequentes, devido às exigências que este novo cenário lhe impunha, obrigando assim a readaptação da indústria à sua nova realidade<sup>[1]</sup>.

Seguiu-se, portanto, o encerramento do matadouro devido a falta de condições para laborar<sup>[2]</sup>. Apresentando o edifício, com o passar dos anos, graves sinais de degradação e destruição. O seu antigo caráter de imponência foi substituído pela máscara do abandono, apresentando hoje uma conotação negativa a esta zona da cidade.

[1] Gazeta da Beira, (2003). Voltamos ao encerramento do matadouro de Viseu. p. 14.

[2] Notícias de Viseu, (2003). Matadouro de Viseu não reúne condições para laborar. p. 5.

## I.III. EXEMPLOS DE REABILITAÇÃO INDUSTRIAL EM VISEU

Tratando-se de um caso de trabalho no âmbito da reabilitação, mais especificamente da reabilitação industrial, considera-se relevante expor a importância atribuída pela Câmara Municipal de Viseu, sobre este tema.

Muitos são os casos de reabilitação observados por toda a cidade de Viseu, destacando-se, por exemplo, o edifício do antigo Hospital de São Teotónio (séc. XIX), atualmente apresentado como Pousada de Viseu, após intervenção de reabilitação sobre responsabilidade do arquiteto Gonçalo Byrne; o antigo Paço dos Três Escalões (séc. XVI), no local do paço episcopal, que após processo de reabilitação assinado pelo arquiteto Eduardo Souto Moura, desempenha hoje a função do Museu Grão Vasco e o caso da antiga Praça 2 de maio (séc. XIX), hoje conhecida como Mercado 2 de maio, que sofreu processo de requalificação do espaço sob autoria do arquiteto Siza Vieira.

Salienta-se, portanto a grande aposta do município na reabilitação de antigos edifícios e estruturas da cidade ao longo de décadas, focando-se com maior notoriedade na zona histórica da mesma. Este fato deve-se à necessidade, anteriormente sentida, de revitalização da cidade, investindo em novos espaços culturais, sociais e residenciais como forma de impulsionar a sua reativação.

Porém, a constante expansão da malha urbana da cidade apresenta a atual necessidade de intervenção também nas restantes zonas destas, descentralizando-se do centro histórico. O processo de reabilitação de antigas infraestruturas presentes na anterior periferia da cidade, constitui uma ousada aposta de recuperação desta zona, atribuindo-lhes valor e contribuindo para o seu desenvolvimento adequado.

O Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura - DECA, da Universidade da Beira Interior apresenta em seu arquivo uma série de dissertações desenvolvidas na cidade de Viseu, exprimindo a próxima relação entre os seus antigos alunos e a mesma. Destaca-se, como exemplo, o projeto de reabilitação da antiga sede do Orfeão de Viseu, sob autoria de Ana Catarina Figueira.



Fig. 10: Primeiro matadouro municipal de Viseu



Fig. 11: Novo Orfeão de Viseu

## ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL

Destaca-se, porém, a reabilitação de uma infraestrutura do fim do séc. XIX, que não estando completamente integrada no centro histórico de Viseu, desempenhava função de primeiro matadouro municipal da cidade. Este é, assim, o maior exemplo de reabilitação relacionado com o tema da presente dissertação, no âmbito da reabilitação do património industrial em Viseu.

A proposta de reabilitar a infraestrutura do primeiro Matadouro Municipal de Viseu, já em estado de degradação muito avançado (fig. 10), surgiu da parte de uma instituição cultural e recreativa da cidade, que, anos mais tarde, avançou o seu projeto com a autorização e apoio da Câmara Municipal de Viseu<sup>[1]</sup>.

O ano de 2013 marcou, então, a inauguração da nova sede do Orfeão de Viseu (fig. 11), alterando a sua morada da Rua Direita para o novo edifício reabilitado pelo arquiteto Cândido Miguel Mota. O antigo Matadouro passou, assim, a ser palco de diversas atividades culturais e artísticas na cidade, associando-se ao lema que rege a instituição desde maio de 1929, ano da sua fundação – “Pela arte e pela Beira”<sup>[2]</sup>.

Todo o cenário envolvente foi também recuperado. Como exemplo está a construção de uma ponte pedonal que liga as duas margens do rio Pavia, na imediação do centro cultural, facilitando assim o acesso ao mesmo. Já em 2014 inaugurou-se a obra de reconversão urbanística do antigo “Largo do Matadouro”, atualmente designado como “Largo do Orfeão”. Neste destaca-se a criação de um anfiteatro ao ar livre, como estrutura de apoio ao edifício sociocultural.

Atualmente as novas instalações do Orfeão de Viseu, que completa já 88 anos de existência, apresenta diversas práticas artísticas e culturais neste novo edifício, destacando-se a música como principal atividade desenvolvida.

Considera-se, portanto, que este é um bom exemplo de reabilitação na cidade, demonstrando a aceitação que a mesma apresenta sobre a reabilitação de antigas infraestruturas, mesmo de carácter industrial, reintegrando-as na cidade e acolhendo-as como meio reanimador da zona envolvente. Em suma, apresenta-se a proposta de reabilitação como uma aposta positiva para o desenvolvimento urbano da cidade.

[1] Portal Cidade Viseu. (2009). Nova sede do Orfeão de Viseu será no antigo matadouro. [online] Disponível em: <http://www.cidadeviseu.com/noticias-viseu/558-nova-sede-do-orfeao-de-viseu-sera-no-antigo-matadouro> [Acedido em 29 maio 2017].

[2] Orfeão de Viseu. (2018). Nota histórica. [online] Disponível em <http://www.orfeaoeviseu.com/historia/info/15> [Acedido em 10 maio 2018]



Fig. 12: Fotografia zona de cargas matadouro municipal de Viseu - levantamento 2017

———— II . P R E S E N T E ————

## II.1. LEVANTAMENTO

Após exaustiva procura e solicitação de documentação à atual empresa proprietária - Sociedade Matadouros da Beira Litoral S.A. - e às entidades municipais de Viseu, relativas ao matadouro municipal, foi fornecida pelo arquivo da Câmara Municipal, cópia da documentação<sup>[1]</sup> arquivada, referente a peças desenhadas e escritas do anteprojeto do mesmo edifício (em anexo).

Entre a documentação fornecida, destaca-se como peça escrita a memória descritiva e justificativa do anteprojeto, datada de 21 de novembro de 1959 e também peças desenhadas, tais como planta de utilizações, planta de rede sanitária, dois alçados, dois cortes, e uma axonometria, igualmente referentes à proposta de anteprojeto desenvolvido para a indústria, idealizado e assinado pelo Engenheiro Francisco Caravana e pelo Arquiteto Daniel Caravana.

Verifica-se, *in situ*, os documentos solicitados, verificando a disparidade entre estes e a atual realidade da infraestrutura. Os mesmos apresentavam a ideia geral do projeto hoje construído, porém com grandes variações e alterações a nível estrutural, de escala e de utilização, sendo por isso impossível o seu aproveitamento como desenhos base para o desenvolvimento do projeto de reabilitação.

Com a intenção de compreender a história da infraestrutura em estudo, as suas alterações morfológicas ao longo do tempo, a sua anterior atividade, a razão do seu encerramento, o processo de degradação a que foi submetida, as razões vinculadas ao seu esquecimento e abandono, entre outros, desenvolve-se uma exaustiva investigação sobre a mesma, recolhendo e cruzando dados e informações fundamentais para o reconhecimento da sua génese. Neste processo destaca-se o papel crucial que a Biblioteca Municipal de Viseu desempenhou, através do fornecimento de diversos jornais (em anexo) da época de atividades do antigo matadouro. Entende-se também necessária uma abordagem mais profunda da infraestrutura e sua envolvente, conseguida através da visita ao local e análise da sua atual conjuntura, compreendendo o seu real estado de conservação, as suas patologias e um possível método de intervenção na mesma.

Inicia-se assim, o processo de levantamento de todo o complexo industrial, na primeira pessoa. Utilizam-se como ferramentas base o instrumento de medição a laser, as técnicas de desenho livre e o registo fotográfico. Fazendo-se acompanhar de um desenho rigoroso no *software* adequado, o processo de levantamento do edifício prolongou-se ao longo de dois meses, obtendo-se por fim, após diversas visitas à infraestrutura, os elementos base para a correta elaboração do projeto de reabilitação da infraestrutura existente.

[1] EDOC/2017/16956

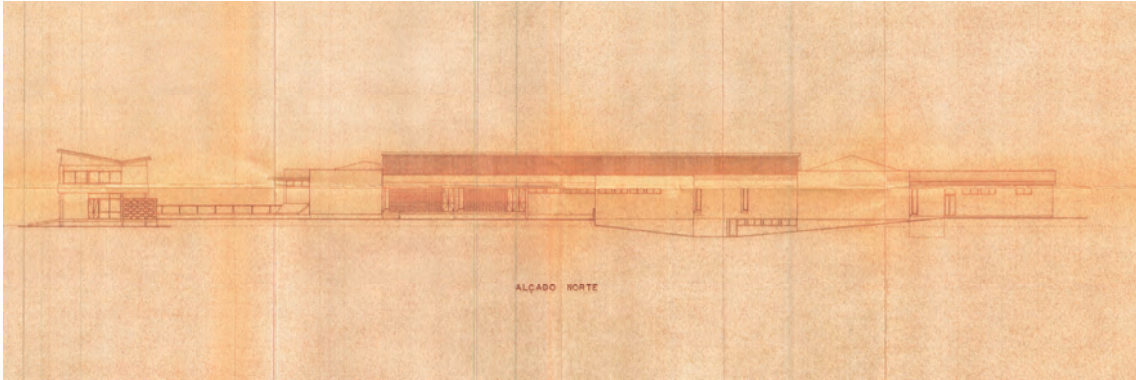


Fig. 13: Alçado Norte do matadouro municipal de Viseu - Anteprojecto 1959

## C A R A C T E R Í S T I C A S T I P O L Ó G I C A S

Ao visitar o antigo matadouro municipal de Viseu, observa-se a existência de dois edifícios distintos, um de maior e um de menor dimensão, compreendendo-se respectivamente como o edifício que define o acesso principal ao complexo industrial e o edifício onde eram desenvolvidas as atividades relacionadas ao matadouro. Esta relação de coexistência espacial e de escala apresenta-se visível na figura 13, referente ao alçado Norte do conjunto, proveniente do anteprojecto de 1959, fornecido pelos arquivos municipais de Viseu.

Observa-se desta forma, que estes dois edifícios apresentam comportamentos diferentes relativamente às suas formas, estruturas, soluções construtivas e organização interna, sendo estas relacionadas com os programas desenvolvidos em cada uma das infraestruturas, durante a passado período de atividades.

O edifício de acesso, constituído por dois volumes, apresenta-se imponente perante a sua envolvente, devido à presença de uma torre de grande escala. Esta ergue-se sobre um elemento horizontal, compreendido como um terraço que conecta os dois volumes principais através do piso superior, sustentando ostentadamente um depósito de água que serve todo o complexo industrial.

O edifício do matadouro, onde eram desempenhadas as atividades de abate dos animais e o tratamento e armazenamento das respectivas peças, desenvolve-se com maior escala ao longo de um só piso, longitudinalmente ao lote que define o complexo industrial. Este apresenta um carácter industrial mais vincado, com a presença de diferentes estruturas expostas, todas estas de betão armado. As mesmas assumem-se vincadas no projeto do antigo matadouro, compreendendo-se como peças fundamentais na organização interna que este apresenta. Em conformidade apresenta-se a malha regular de pilares e as diversas coberturas que confinam espaços internos diferenciados, com carácter próprio.

O lote que define o antigo complexo industrial totaliza, sensivelmente, 7 700 m<sup>2</sup> desenvolvidos num terreno com inclinação pouco acentuada. Este apresenta uma forma irregular, sendo moldado pela sua envolvente, estando confinado a Sul pela Avenida Nova da Esculca, a Este pela Estrada São João da Carreira, a Norte por um lote que também compreendia atividades industriais no passas e a Oeste por um terreno baldio, desprovido de atividade.

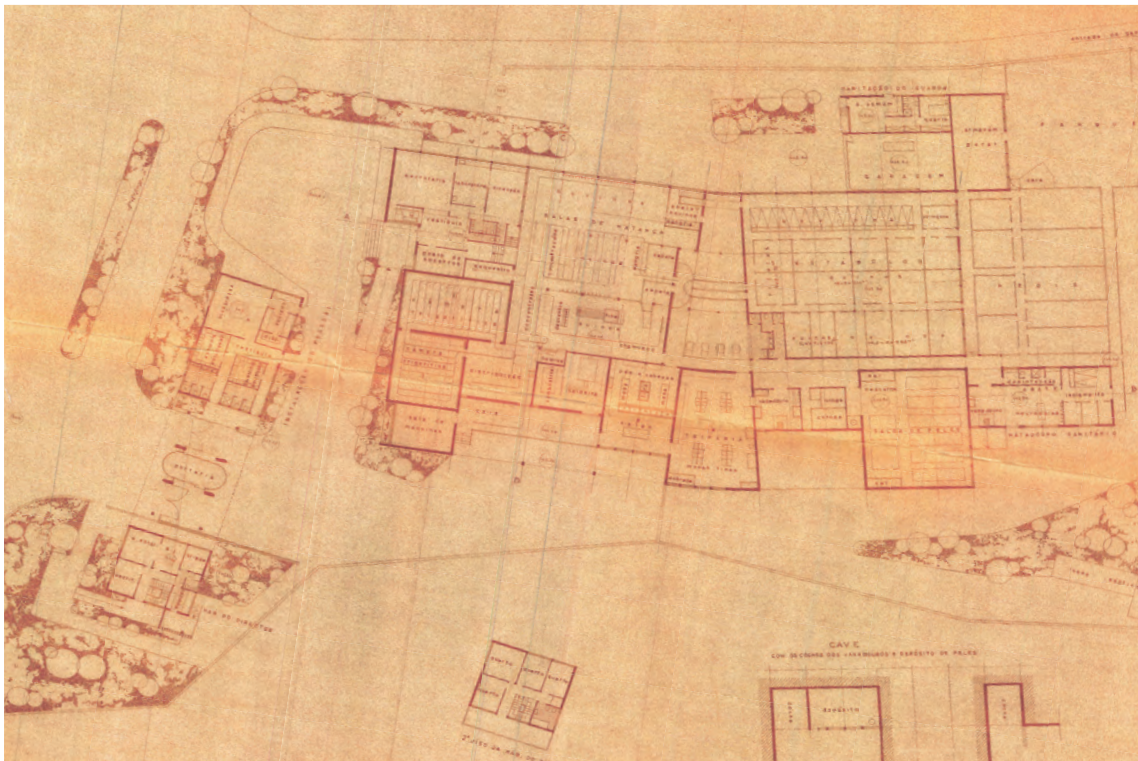


Fig. 14: Planta matadouro municipal de Viseu - Anteprojeto 1959

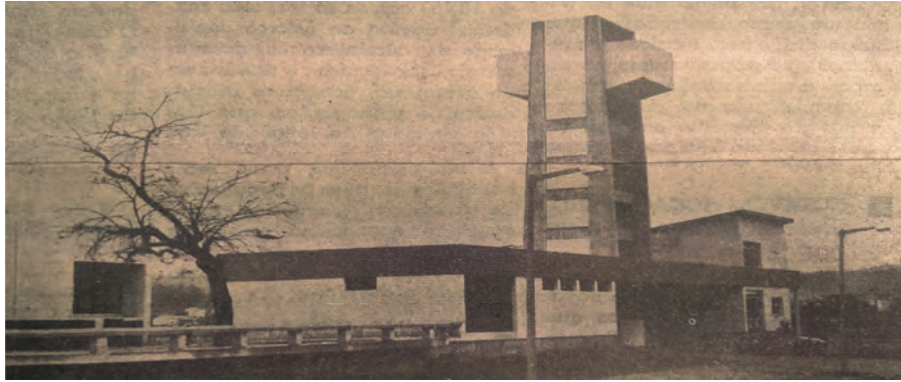


Fig. 15: Fotografia matadouro municipal de Viseu em 1966

## FASES DE CONSTRUÇÃO

Na década de 60, quando construído, o Matadouro Municipal de Viseu era considerado um edifício enriquecedor do Património Municipal, no qual aliava-se “o bom gosto e o sentido da arquitetura moderna às exigências da indústria da época<sup>[1]</sup>”, conforme exposto na memória descritiva e justificativa do anteprojecto desta infraestrutura,. Acreditava-se também que este arrojado projeto viria assegurar a relação entre as suas diversas secções, respeitando os moldes do Plano de Matadouros e as normas obedecidas pelos edifícios industriais, solucionando os problemas de higiene pública presentes na cidade.

Ao analisar a morfologia do complexo industrial, observa-se que este foi projetado no sentido da retaguarda para a entrada principal, sendo desenvolvido inicialmente como um bloco único, onde estavam confinadas todas as atividades relativas às reses e, posteriormente, o edifício de acesso. Este apresenta dois volumes interligados, definidos como a habitação do diretor e as instalações dos trabalhadores, compostas pelos balneários e pela cantina. Desta forma, compreende-se que o bloco principal (de maior dimensão) comporta as redes e os estábulos, as salas da matança, as secções finais ou de acabamento, as dependências administrativas, a sala das máquinas e as câmaras de refrigeração. Assegurava-se, deste modo, um funcionamento lógico e intuitivo ao matadouro, sem cruzamentos, retrocessos ou sobreposições de atividades, conforme verifica-se na figura 14. Acoplado também a este edifício principal encontra-se a garagem, o armazém geral e a casa do guarda.

Posteriormente à sua inauguração, algumas foram as alterações que esta indústria veio a sofrer. Respeitando a infraestrutura já existente, aliaram-se as normas e condições necessárias para o melhor funcionamento do complexo industrial, satisfazendo as carências e exigências vinculadas às atividades desenvolvidas no mesmo.

Ao visitar o edifício na atualidade verificam-se duas grandes ampliações na infraestrutura original: a construção de um segundo piso sobre as instalações dos trabalhadores (fig. 15), alterando fortemente o alçado principal, e a expansão das zonas de cargas de mercadorias que incorpora um novo modelo estrutural ao complexo industrial. De forma mais contida estão as alterações internas, provenientes da tentativa de readaptação do matadouro às restrições higiénicas da época, sofrendo uma intervenção interna nas instalações sanitárias e salas de tratamento e armazenamento das peças. Todas as informações apresentadas encontram-se expostas na fonte anteriormente apresentada.

[1] Caravana, F. (1959).Ante-projecto do Matadouro Municipal - Memória descritiva e justificativa. Câmara Municipal de Viseu.



Fig. 16: Fotografias levantamento - interior

## C A R A C T E R Í S T I C A S   D A   I N F R A E S T R U T U R A

Tendo em consideração a longevidade dos edifícios de carácter municipais, os responsáveis pelo projeto do matadouro acautelaram-se a empregar processos que garantissem a longa duração do complexo industrial com despesas mínimas de conservação. Verifica-se a presença deste aspeto tanto na memória descritiva e justificativa<sup>[1]</sup> analisada como também em visita ao edifício atual. Para uma melhor compreensão deste, é necessário listar as escolhas projetuais tomadas pelos seus autores, analisando algumas indicações gerais relativas às paredes, pavimentos, coberturas, portas, janelas, rede de distribuição de água potável, rede de saneamento, estrutura e organização interna, compreendidas durante o processo de levantamento do complexo industrial (fig. 16).

Quanto á **organização interna** do Matadouro Municipal de Viseu, entende-se que esta foi desenvolvida segundo as normas para o melhor funcionamento das atividades vinculadas ao mesmo e as suas necessidades. Compreende-se também uma atenção especial depositada ao processo de produção do edifício industrial, situando cada uma das suas funções em zonas estratégicas do mesmo, obtendo um sistema de funcionamento eficaz e prático.

Denota-se nos detalhes funcionais e estéticos presentes, o desejo de criação de **espaços** diferenciados e dinâmicos, que conotam ao complexo industrial um aspecto contemporâneo e díspar dos restantes matadouros desta mesma época.

Os **muros** de fundação e as **paredes** exteriores são compostas por um muro de betão de 30 cm de espessura ao qual é aplicado uma camada de argamassa de cimento, cal em pó e areia no exterior do edifício e uma camada apenas de argamassa de cimento e areia no interior do edifício, como é possível observar na zona de redis e estábulos e na sala de salga. As restantes paredes internas são constituídas por alvenaria. As paredes que delimitam as câmaras frigoríficas apresentam uma composição diferenciada, pois as suas superfícies são hidrofugadas, sendo forradas com duas placas de aglomerado negro de cortiça e, por fim, apresentando um reboco armado hidrófugo. As demais paredes internas são rebocadas com argamassa de cimento, cal em pó e areia sobre as quais são aplicados revestimentos cerâmicos - como na sala das máquinas, sala de matança, laboratórios, enfermaria, instalações sanitárias, cantina e balneários - ou lambris de madeira - em parte da habitação. A zona administrativa apresenta apenas uma pintura contínua de cor branca e o exterior do edifício é pintado com tinta plástica.

A **estrutura** presente neste complexo industrial não é constante, observando-se uma variação estrutural relacionada com os diversos tipos de coberturas que o mesmo apresenta. Através da sucessão de pilares e vigas compuseram-se diferentes espaços nos quais a exposição da sua estrutura garante-lhes uma identidade e um carácter próprio. Os maiores exemplos dessa intenção assumida no projeto são a sala de matança, que apresenta uma cobertura shed (fig. 18) que inunda permanentemente este espaço com luz natural, através dos vãos zenitais e a zona das redis e estábulos, através da presença de duas diferentes estruturas treliçadas que confinam assumidamente estes espaços (fig. 16).

Os **pavimentos** exteriores são de macadame<sup>[2]</sup> revestidos a betuminoso, que são rematados, nas zonas de serviço, por passeios de betonilha de cimento. Como exceção aos pavimentos exteriores, estão os espaços relvados. Os espaços interiores são revestidos por três

[1] Caravana, F. (1959).Ante-projecto do Matadouro Municipal - Memória descritiva e justificativa. Câmara Municipal de Viseu.

[2] Pavimento destinado a pistas de rodagem no qual são assentes três camadas de pedras e agregados de diferentes escalas, submetidas a elevada tensão vetical.



Fig. 17: Fotografias levantamento - exterior

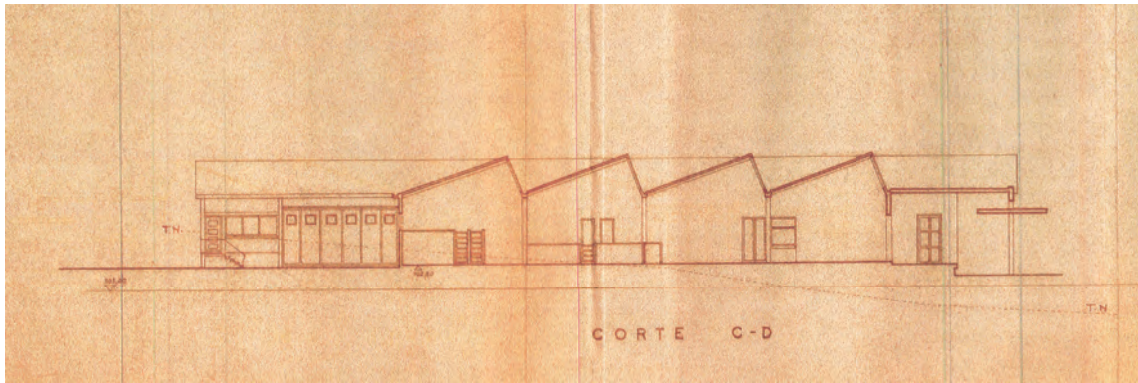


Fig. 18: Corte transversal matadouro municipal de Viseu - Anteprojeto 1959

diferentes pavimentos. O pavimento cerâmico é o revestimento empregue nos corredores, zona administrativa, laboratórios, cantina, sala de matança, enfermaria, sala das máquinas, instalações sanitárias e balneários e nas zonas húmidas dos edifícios de habitação. Os tacos de madeira constituem o pavimento de todas as demais dependências dos edifícios de habitação. Já o revestimento aplicado nos restantes espaços interiores é a betonilha rebocada.

De um modo geral, a **cobertura** de todos os edifícios é revestida com telhas cerâmicas tipo lusa (fig.17). Como exceção está a casa das máquinas, onde foi empregue uma laje de betão armado, com resistência suficiente para suportar os condensadores e a torre de arrefecimento, outrora assentes sobre esta. A cobertura do edifício onde se encontram as instalações dos trabalhadores apresenta também um material distinto, sendo este uma chapa de alumínio. Salienta-se que a cobertura do edifício funciona de forma variada consoante as utilizações internas, apresentando no total cinco diferentes morfologias - plana, duas águas invertida, quatro águas, shed e duas águas regular.

Os edifícios de habitação apresentam todas as suas **portas** de madeira, sendo algumas almofadadas ou envidraçadas. Os edifícios onde eram desenvolvidas as atividades relacionadas com o matadouro apresentam todas as portas de chapa de ferro, armadas com tubos de ferro galvanizado. Como exceção estão as portas da zona administrativa, enfermaria, instalações sanitárias e balneários, que também são de madeira.

Todas as **janelas** são constituídas por caixilharias de madeira, apresentando-se sempre nos modelos de janelas fixas, basculantes ou com perfil para ventilação permanente. Nos edifícios de habitação aplicaram-se janelas com duas folhas, também com caixilharias de madeira.

A **rede de distribuição de água potável** (requisito essencial em edifícios desta natureza) projetou-se de forma ramificada, sendo esta proveniente da rede municipal de água enchendo o depósito (fig. 17). Este foi projetado com grande presença sobre o alçado principal do complexo industrial, recepcionando todos os seus visitantes e configurando uma imagem de marca sobre o mesmo.

Já o **saneamento de águas residuais**, era realizado através da estação de tratamento, tendo como fim o rio Pavia. O afluente de águas residuais e vestígios das atividades desenvolvidas, eram orientados através de caleiras presentes no pavimento desses espaços, com inclinação entre 1 a 2%. Estas eram descarregadas nas condutas subterrâneas que, por sua vez, desaguavam na estação de tratamento referida.

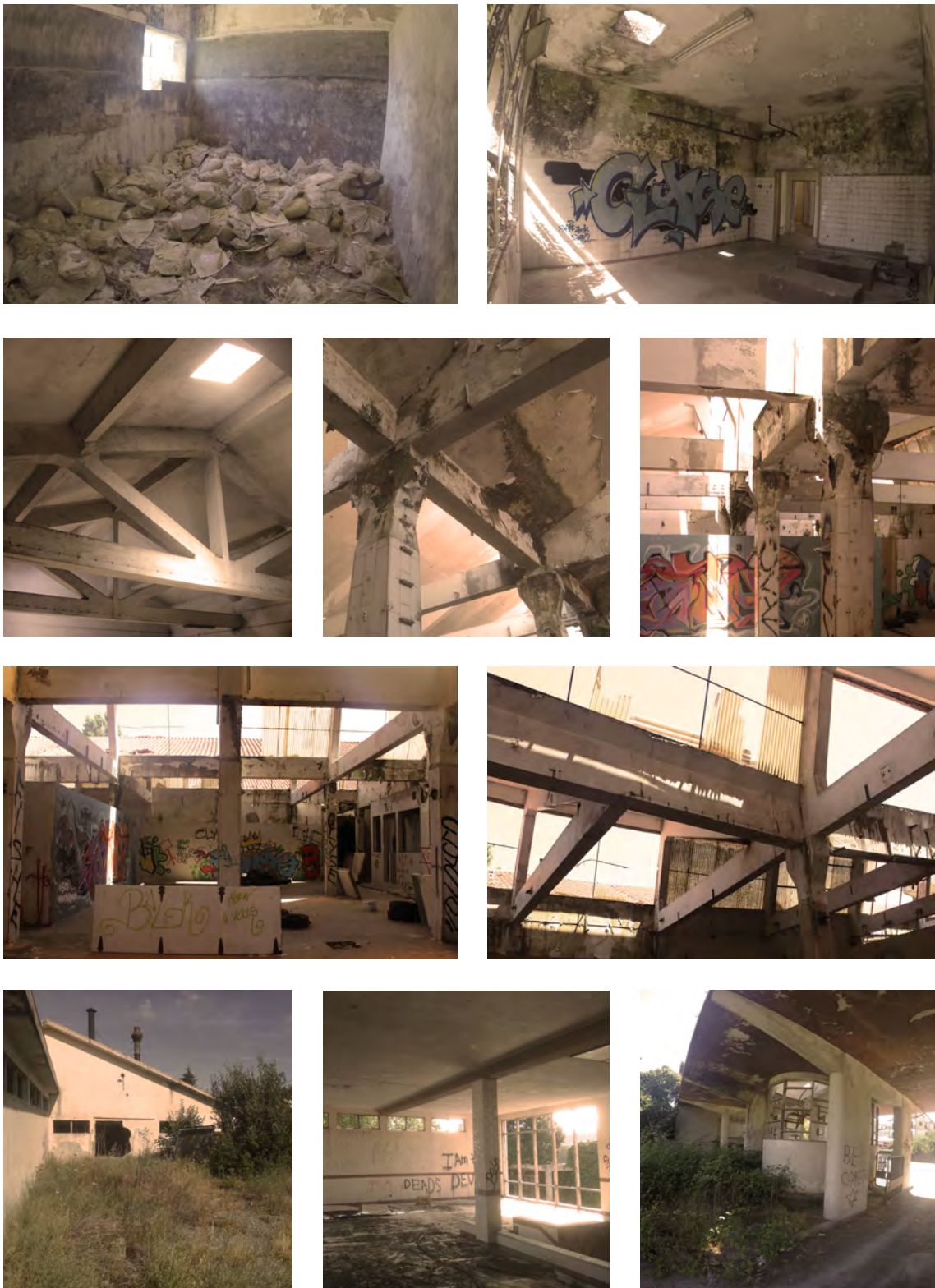


Fig. 19: Fotografias levantamento de patologias

## AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Na atualidade encontra-se uma infraestrutura abandonada, esquecida entre a vegetação e os destroços. Uma indústria fragilizada, já sem função e à qual história já não é lembrada. Um cartão de visitas medonho, que espanta quem por ele passa e afugenta quem pretende conhecer a cidade. Condições contrárias às que poderiam ser apresentadas e às quais podem ser observadas por quem deposita credibilidade à revitalização do passado.

Em oposição às qualidades arquitetônicas e construtivas, intrínsecas ao complexo industrial que poderia perdurar no tempo e no espaço, a entidade responsável afirma que a sua demolição está para breve, não garantindo, por isso, o reaproveitamento da infraestrutura existente<sup>[1]</sup>. Destroí-se assim a esperança do matadouro se reerguer, não apresentando, nas atuais condições, nenhuma perspectiva de futuro.

No momento presente, o matadouro municipal de Viseu é equiparado, de forma exagerada, a um vazio urbano na cidade. Este episódio deve-se ao atual cenário em que este se apresenta inserido e ao seu estado de conservação. O desprezo e desmazelo com que este é tratado espelha-se diretamente na atual conjuntura da sua obra denegrada, sendo, por isso, constantemente vinculado a aspetos negativos e não contribuindo em nada para o enriquecimento desta zona da cidade.

O edifício em análise apresenta já um acentuado estado de degradação. Esta deterioração que avança sem entraves pelo espaço, sobre a infraestrutura do matadouro, desenvolve-se também ao longo do tempo de forma progressiva, destruindo a sua identidade, apagando a sua história e aniquilando a sua imponência e exuberância.

Apesar do vandalismo ao qual o edifício foi submetido nos últimos anos, ainda é possível notar características intrínsecas à atividade nele desenvolvida. Exemplo disso são a sala da salga, que ainda contém sacos de sal armazenados e a zona administrativa, que ainda apresenta arquivos da sua época de atividades (fig.19).

As patologias apresentadas pela infraestrutura são facilmente apontadas (fig.19). Destacam-se as fissuras nas paredes, a obstrução do sistema de escoamento das águas pluviais, as infiltrações que penetram ao interior do edifício, os vidros partidos, as persianas estragadas, as madeiras das janelas apodrecidas, os pavimentos desgastados e a ausência da maioria das portas que foram ao longo dos anos saqueadas.

Este edifício industrial encontra-se, no momento presente, perdido num panorama incompatível à sua potencial realidade, apresentando-se devastado também no seu exterior. Exibindo um lote envolvente parcialmente dominado pela vegetação que cresce de forma descontrolada, certos detalhes dos alçados dos edifícios do matadouro são inibidos, assim como alguns dos seus acessos são impedidos (fig.19).

Entende-se, após o levantamento e análise do atual estado de conservação do edifício e das patologias inerentes ao mesmo, a dificuldade de inclusão deste no seu atual contexto urbano. Realça-se, contudo, as capacidades de readaptação que este ainda apresenta, podendo portanto ser reaceite nesta zona da cidade, através da intervenção adequada.

---

[1] Informação cedida pela entidade proprietária à autora da dissertação.

## II.II. CONTEXTUALIZAÇÃO URBANA

Com o passar dos anos, apresenta-se necessário analisar o novo contexto urbano apresentado pela cidade de Viseu, uma vez que este constitui um dos fatores mais relevantes para a alteração morfológica da cidade. Compreende-se, desta forma, a expansão geográfica da cidade, o desenvolvimento de novos bairros residenciais e novas zonas industriais, a alteração dos cenários urbanos e a ampliação das redes viárias que servem a mesma.

Todas estas alterações urbanas sentidas ao longo dos anos, fizeram-se acompanhar de um estudo constante e uma reestruturação urbana ponderada e adequada às novas características presentes na cidade, satisfazendo todas as suas necessidades.

Viseu, apresenta-se hoje como uma cidade atualizada, que visa o bem estar dos seus cidadãos através do seu desenvolvimento equilibrado e da criação de infraestruturas contemporâneas readaptadas e adequadas ao novo contexto onde se enquadra.

Destaca-se como exemplo desta profunda metamorfose sentida pela cidade de Viseu, toda a zona envolvente ao matadouro municipal da mesma, que após uma brusca expansão, apresenta na atualidade um cenário oposto ao observado na época de inauguração da infraestrutura, não sendo por isso compreendido como palco apropriado ao desenvolvimento de atividades industriais.

Esta transformação no tempo e espaço implicou alterações no desenho da malha urbana local e também a readaptação dos edifícios há mais tempo ali implantados. Aponta-se assim, o edifício do matadouro municipal como uma infraestrutura estagnada no tempo, que não sendo capaz de acompanhar o desenvolvimento que a cidade exigiu, não é agora compreendido como elemento integrante desta zona da cidade.



Fig. 20: Planta de localização do Matadouro Municipal de Viseu

Matadouro e Rossio



Compreende-se importante entender como este edifício se encontra envolvido em uma das ramificações da cidade. Com este intuito analisa-se de forma mais aprofundada a localização geográfica do mesmo.

Atualmente, o antigo complexo industrial do Matadouro de Viseu, situado em um dos principais acessos para o centro da cidade, através da EN229, A25 e IP5, apresenta-se como um péssimo “cartão postal” para a cidade, sendo também uma desastrosa e lastimável imagem de boas-vindas aos visitantes da mesma, uma vez que transmite uma primeira impressão desleal à atual realidade desta cidade beirã.

Localizado na região Nordeste de Viseu, o Matadouro Municipal encontra-se numa região anteriormente compreendida como periferia, sendo hoje destacada como parte integrante da cidade. Esta desenvolveu-se ao longo da vida do matadouro municipal, estando agora constituída por bairros residenciais, apresentando também a presença de comércio.

Entre os bairros mais recentes desenvolvidos na região Nordeste da cidade, destacam-se os bairros de Santiago, Travassós de Cima, Travassós de Baixo, Esculca, Gumirães e Rio de Loba, que integram esta zona da cidade, envolvendo a infraestrutura industrial e constituindo um novo contexto urbano.

O conjunto do Matadouro posiciona-se a uma distância retilínea de apenas 2,5 km até ao Rossio, que é hoje compreendido como o ponto mais central da cidade (fig. 20). Através da malha viária desenvolvida, o percurso entre a antiga indústria e o centro de Viseu dista somente 3,5 km, sendo possíveis de serem percorridos facilmente em apenas sete minutos de automóvel.

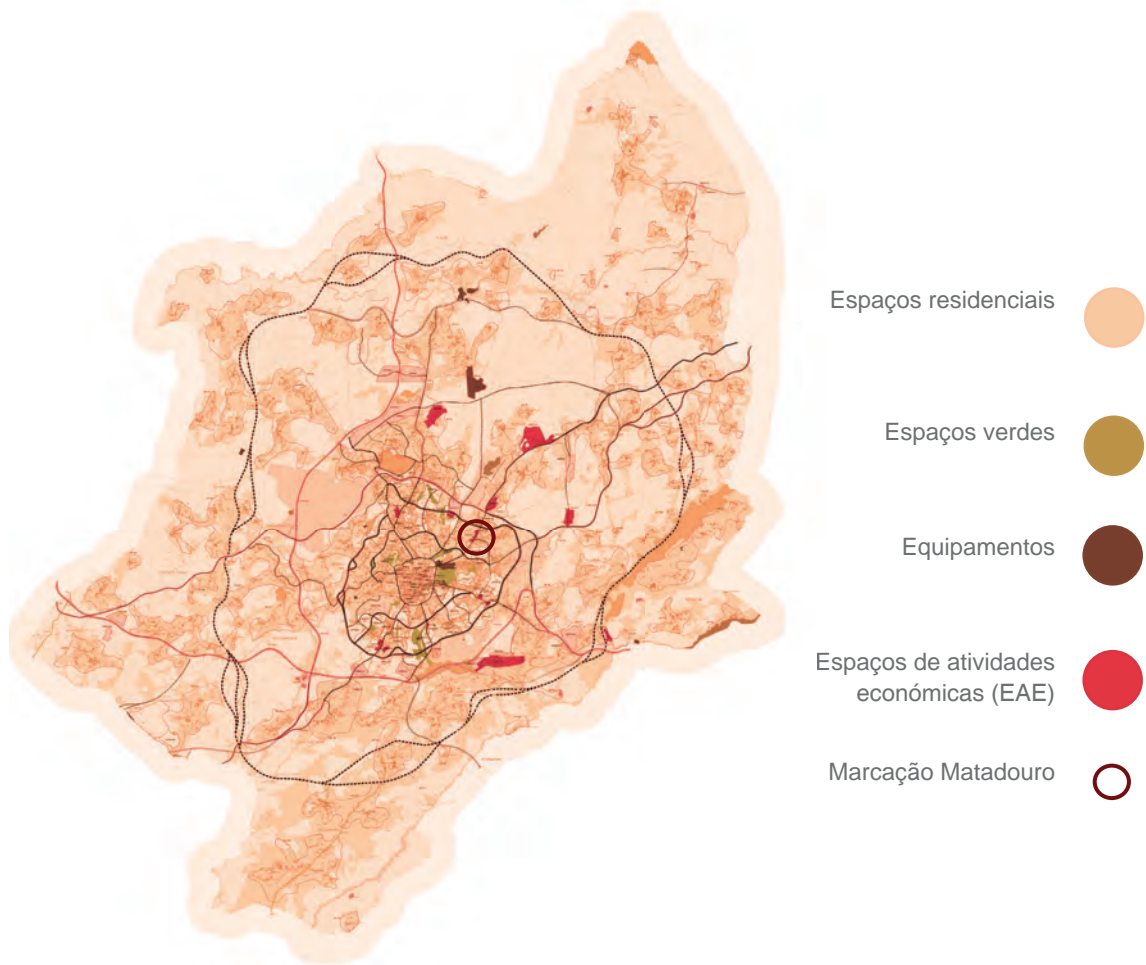


Fig. 21: Planta solo urbano cidade de Viseu - PDM 2013

## O MATADOURO NO ATUAL CONTEXTO URBANO

Hoje em dia, apresenta-se em vigor na cidade de Viseu o PDM de 2013 <sup>[1]</sup>. Este apresenta alterações ao PDM anterior (de 2003), baseando-se nas propostas previamente expostas nos PGU de 1976 e 1985. É assim desenvolvido um sistema viário urbano mais consistente, através da consolidação da 1ª circular norte e sul e da proposta e construção da 2ª circular na malha urbana<sup>[2]</sup>.

A zona de implantação do matadouro apresenta uma grande evolução a nível de atividades desenvolvidas no local e também uma profunda alteração morfológica e de escala, quando comparado com a época áurea da indústria em estudo. Porém, este crescimento tem vindo a diminuir progressivamente, devido a falta de apostas e investimentos nesta mesma zona.

A via principal, EN 229, na qual está integrada a Estrada São João da Carreira, presente em frente à grande entrada do antigo matadouro, constitui um dos principais acessos à cidade, fazendo a ligação desta até ao Sátão. Em junho de 2017 foi lançado pela Câmara Municipal de Viseu um concurso público com o objetivo de realizar a ampliação de um troço de 300 metros, nesta mesma via, na zona adjacente ao edifício industrial em análise. Esta intervenção é proposta como solução para o congestionamento viário observado no entroncamento existente no local.

Já as vias de comunicação rodoviárias desde o matadouro até ao centro da cidade são variadas e de bom acesso, contribuindo desta forma para uma cidade mais coesa e homogénea em toda a sua amplitude.

Compreende-se portanto como todo o processo de desenvolvimento urbano de Viseu voltou-se essencial para a atual eficácia da sua malha rodoviária. Esta apresenta-se como uma das maiores razões que sustentam a premissa de que, no presente, a zona onde o matadouro está inserido já não constitui uma zona periférica da cidade.

O presente Plano Diretor Municipal contribui também para a valorização do posicionamento geográfico estratégico da cidade de Viseu perante o contexto nacional, desempenhando o papel conector entre o litoral - distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria - e o interior - distritos da Guarda e Castelo Branco.

Salienta-se também que, conforme apresentado no PDM de 2013, o terreno da implantação do matadouro em análise é agora considerado um Espaço de Atividade Económica, estando o edifício industrial integrado num Parque Industrial Tecnológico e Comercial, conforme exposto na figura 21.

Esta nova realidade da cidade suporta a intenção da reabilitação do antigo complexo industrial do matadouro, onde se apresenta inerente o reaproveitamento do complexo industrial e o propósito do desenvolvimento de um novo equipamento para a cidade, que reanime esta zona em particular, desfazendo, portanto, a imagem medonha associada à esta infraestrutura.

---

[1] Decreto-Lei nº 12115, de 30 de setembro de 2013

[2] Almeida, S. (2015). ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO - OS EQUIPAMENTOS COLETIVOS NO DESENHO URBANO: O CASO DE VISEU – DO SÉCULO XX ATÉ ÀS EXPANSÕES MAIS RECENTES. Mestre. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 57 - 69

## II.III. ANÁLISE DA ENVOLVENTE

Inicia-se um estudo profundo da zona envolvente ao matadouro, com o objetivo de analisar e compreender como esta se comporta, como é constituída e desenvolvida, quais as principais atividades que oferece à sua população e quais os tipos de serviços e equipamentos presentes na mesma.

Com este objetivo desenvolve-se um mapa de utilizações - figura 22 - no qual, através da seleção de quatro diferentes cores, se destacam também quatro distintas utilizações. A elaboração deste mapa *in situ* comprova a sua legitimidade com a envolvente real em análise.

Verifica-se, desta forma, que a região em estudo apresenta edifícios exclusivamente habitacionais, edifícios comerciais e equipamentos, edifícios mistos e edifícios industriais, sendo estes últimos os mais antigos ainda presentes na zona.

Conforme demonstrado na figura 22, observa-se uma predominância massiva de edifícios privados, puramente habitacionais e suas posteriores extensões. Estes não oferecem qualquer tipo de serviço para esta zona da cidade.

Segue-se, embora em diminuta quantidade, os edifícios com caráter misto, que combinam frações habitacionais conjuntamente com frações comerciais. Nestes casos, a grande maioria apresenta no piso inferior um comércio aberto ao público e os demais pisos são privados do público geral, sendo estes habitacionais.

Menos evidentes estão os edifícios públicos. Estes desempenham papéis unicamente de comércio ou equipamentos e são bastante escassos nesta zona da cidade. Compreende-se, portanto, a carência de equipamentos que enriqueçam toda esta área urbana, depositando na mesma mais interesse e qualidade.

Salienta-se também, a presença de poucos edifícios industriais, os quais, na sua maioria, apresentam atividade cessada e infraestrutura ao abandono. Neste grupo de edifícios está compreendido o antigo complexo industrial em estudo - o Matadouro Municipal de Viseu.

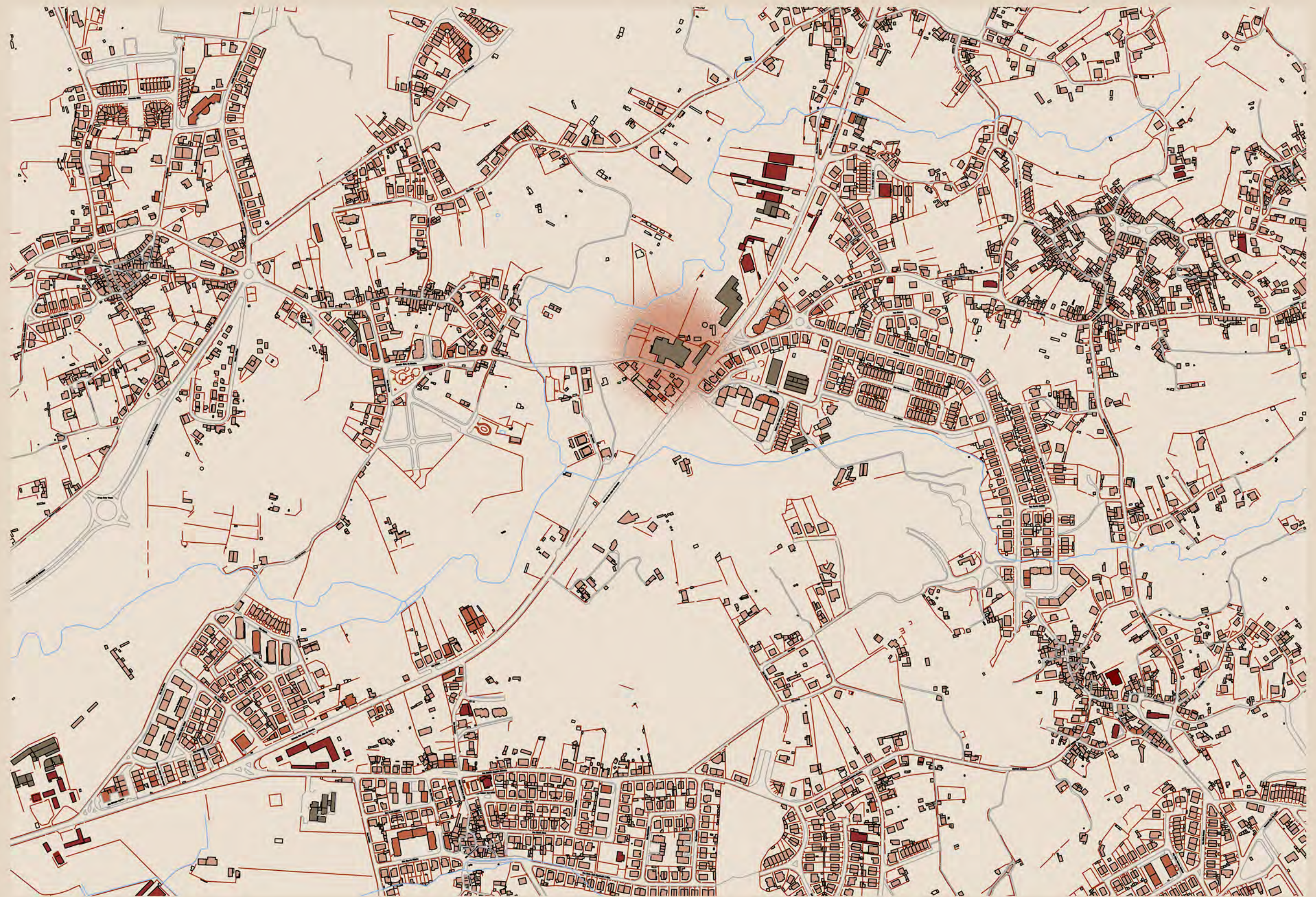


Fig. 22: Mapa de utilizações da envolvente

Habitação ● Misto ● Comércio ● Edifício Industrial ●





Fig. 23: Fotografia envolvente



Fig. 24: Fotografia envolvente

## NECESSIDADES LOCAIS

Através da análise urbana anteriormente desenvolvida, entende-se de forma mais lúcida quais as principais carências presentes nesta zona da cidade. É então necessário descrever este diagnóstico, para uma melhor compreensão e posterior resolução.

Com a proliferação da cidade, a zona em questão desenvolveu diversos bairros que apresentam características muito semelhantes entre si, constituindo assim uma nova zona de desenvolvimento urbano.

A característica mais evidente e transversal aos bairros anteriormente referidos, é o predomínio de edifícios habitacionais em relação a edifícios mistos ou públicos. Perfaz-se assim, uma zona maioritariamente habitacional, sem grande oferta de comércio e serviços locais (fig. 23 e 24). Esta é a principal razão que faz despertar a maior necessidade sentida no local.

A população local, perante a carência de comércio e serviços no seu contexto, vê-se obrigada a procurar satisfazer esta necessidade em equipamentos localizados em outras zonas mais distantes, apoiando-se principalmente na zona central da cidade. É perante esta realidade de desintegração e dependência urbana, que resulta a atual proposta.

É possível assim, numa segunda etapa, intervir de forma rigorosa na resolução das mesmas lacunas, através de uma estratégia justificada e eficaz. Nesta lógica, aliam-se as características intrínsecas ao complexo industrial à sua envolvente e desenvolve-se uma potencial proposta, reativadora não só desta infraestrutura em estudo, como também do seu contexto, através de um programa audaz, para um equipamento autossuficiente, deslocando do centro da cidade o grande foco de desenvolvimento urbano.

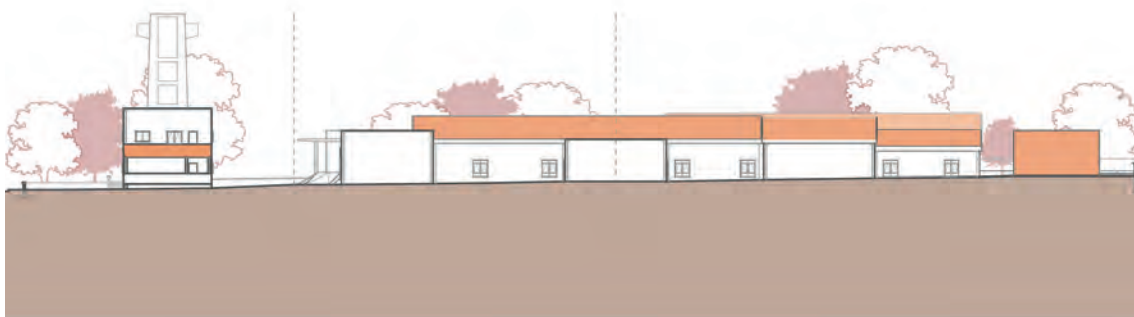


Fig. 25: Alçado Norte da proposta geral do Centro de Desporto e Bem-estar

—— III.FUTURO ——

## III.I. PROPOSTA DE REABILITAÇÃO

*“(...) o monumento é assim subtraído aos riscos da desafecção para ser exposto à usura e à usurpações da utilização. Atribuir-lhe um novo destino é uma operação difícil e complexa, que não se deve fundar apenas sobre uma semelhança com o destino original. Esse destino deve, antes de tudo, ter em conta o estado material do edifício que hoje em dia, exige ser apreciado em função do fluxo dos seus utilizadores potenciais.”<sup>[1]</sup>*

Com base neste princípio exposto anteriormente, a proposta de projeto de reabilitação do Matadouro Municipal de Viseu expressa a necessidade de ponderar a nova utilização, inovadora e atrativa, deliberada para este antigo complexo industrial, enquadrando-se, da melhor forma, na atual realidade da cidade. Com esta intenção e em conformidade com o estudo anteriormente realizado, baseando-se na análise das necessidades existentes na zona envolvente ao Matadouro de Viseu, pretende-se desenvolver um equipamento urbano conector, que apoie de forma ativa e vantajosa toda esta região Nordeste da cidade e que também seja habilitado a servir de forma mais ampla a restante população.

Defende-se, por oposição à atual aparência fragilizada que se apoderou do Matadouro Municipal, que esta infraestrutura apresenta todas as condições para reenguer-se de forma íntegra e firme, suprimindo as necessidades locais hoje apresentadas. Planeia-se desenvolver, com este intuito, um processo de reabilitação nos dois edifícios das antigas instalações do matadouro e, conseqüentemente, também no seu cenário envolvente.

A proposta apresentada, para tal efeito, fundamenta-se no desenvolvimento de um **Centro de Desporto e Bem-estar**, no qual serão desenvolvidas atividades de lazer e de saúde, contribuindo para a reativação não só da infraestrutura do antigo edifício industrial, como também dos serviços e da população local.

Como enquadramento deste programa está a metáfora da “Vida”. Desenvolve-se, então, a analogia entre um lugar desprovido de vida, que sempre desempenhou a triste função do abate e que, pode hoje incorporar, como uma nova oportunidade do futuro, um papel oposto e contraditório ao seu passado. Idealiza-se mais que um equipamento. Idealiza-se um berço de esperança que oferece e emana vida, a si e aos seus.

---

[1] Choay, F. (2018). Alegoria do património. Lisboa: Edições 70, pp.233, 234.

1. Esculca
2. Santiago
3. Bairro da Caneira
4. Gumirães
5. Rio de Loba
6. Travassós de Cima
7. Travassós de Baixo



Fig. 26: Mapa dos bairros envolventes

## JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE REABILITAÇÃO

O programa proposto para a reabilitação do antigo matadouro de Viseu foi desenvolvido com o intuito de satisfazer as necessidades sentidas no local. Com esta intenção aposta-se no enriquecimento do estilo de vida dos moradores locais, através da valorização desta zona da cidade e também da coesão dos bairros circundantes.

Desenvolve-se, portanto, um equipamento que visa a reativação local, trazendo vida para a zona Nordeste da cidade, criando um atrativo para a mesma. Deste modo, considera-se que o equipamento desportivo proposto irá incentivar o crescimento local, podendo desempenhar um papel ativador de novos serviços e equipamentos para esta mesma zona.

Avança-se com o projeto de um complexo de desporto, saúde, bem-estar e lazer com a intenção de solucionar as carências que afetam a população local. Desta forma, os moradores locais, que constituem o principal papel integrante desta zona, poderão desenvolver algumas das suas atividades extralaborais na mesma zona onde vivem, não tendo, assim, que se deslocarem até outras zonas mais distantes da cidade.

Salienta-se também a importância de colmatar falhas de integração e coesão urbana e social, existentes nesta zona da cidade. A intervenção proposta para a antiga infraestrutura industrial, desenvolve-se de modo a suprir esta exigência, comportando-se como um epicentro de conexão entre os diferentes bairros periféricos (fig. 26) – Santiago, Travassós de Cima, Travassós de Baixo, Esculca, Gumirães e Rio de Loba - através do desenvolvimento de um equipamento atrativo e singular nesta zona.

Considera-se, portanto, que o cenário da região Nordeste da cidade pode vir a alterar-se, através de uma intervenção adequada e justificada no seu terreno. Reativa-se não apenas um edifício de caráter industrial abandonado no tempo, como também a vida da região e da sua população, através da valorização do passado, do património industrial, da história e da vida.

## III.II. PROGRAMA

A proposta de reabilitação do antigo matadouro municipal de Viseu, manifestada sobre a forma de um **Centro de Desporto e Bem-estar**, é desenvolvida de forma ponderada baseando-se na relação que o novo equipamento apresentará com a envolvente (necessidades), o programa idealizado e o carácter do edifício industrial.

Nesse sentido compreende-se ser importante definir o carácter que se pretende associar ao projeto de reabilitação em estudo. Desenvolve-se, nesta lógica, um programa dinâmico, atual e enquadrado com o novo contexto envolvente. Elabora-se um complexo de lazer que respeita a infraestrutura pré-existente, enquanto se distancia da sua imagem anterior. Um novo equipamento público capaz de revelar o seu carácter industrial ainda presente, sem prorrogar a sua história em tempo e forma. Concebe-se um programa na perspectiva real da sua funcionalidade, desvinculada de um tempo passado, sangrento, tenebroso e obscuro.

Em contraste com a anterior função praticada na infraestrutura industrial, elabora-se um novo programa que promove a vida, proporciona reencontros e desperta sensações nos seus utilizadores. Este é o propósito alimentado pelo programa e pelo projeto desenvolvido.

O programa adquire forma num palco de 7 700 m<sup>2</sup>, reaproveitando toda a área do lote do antigo matadouro. Este é constituído por dois volumes preexistentes, que perfazem uma área de implantação de aproximadamente 3 000 m<sup>2</sup> e uma área total de utilização de sensivelmente 3 200 m<sup>2</sup>. Esta última é distribuída pelos dois volumes de forma diferente, relacionada com as suas escalas e atividades anteriormente desenvolvidas.

Apresenta-se, numa primeira impressão, o volume de menor escala, situado a Este do lote. Este edifício, composto por três peças interligadas por um elemento horizontal, é implantado em 340 m<sup>2</sup>, perfazendo uma área de utilização de aproximadamente 720 m<sup>2</sup>. Este desempenha também o marcante papel de emoldurar a entrada principal do antigo complexo industrial, característica esta que permanecerá na atual configuração do programa proposto, sendo assim designado como “**edifício de acesso**”. Este sofre a alteração, em particular, da sua utilização interna, anteriormente destinada a casa do diretor e instalações dos trabalhadores.

A preexistência de maior escala presente no lote, destaca-se como o volume onde se desenvolviam as atividades relacionadas com o matadouro. Esta ocupa uma área total de 2 735 m<sup>2</sup> de implantação sendo a sua área de utilização de aproximadamente 2 500 m<sup>2</sup>, desenvolvendo-se horizontalmente sobre a extensão longitudinal do terreno. Em conformidade com o anteriormente

Edifício de Acesso:	Edifício de Desportivo:	Edifício de Ampliação:
Área de implantação _ 353 m <sup>2</sup>	Área de implantação _ 2 560 m <sup>2</sup>	Área de implantação _ 382 m <sup>2</sup>
Área de utilização _ 712 m <sup>2</sup>	Área de utilização _ 2 310 m <sup>2</sup>	Área de utilização _ 673 m <sup>2</sup>
Área total de implantação _ 3 295 m <sup>2</sup>		Área total do lote _ 7 686 m <sup>2</sup>
Área total de utilização _ 3 695 m <sup>2</sup>		

Tab. 1: Tabela geral de áreas - Programa

explanado, este edifício apresentará uma utilização interna completamente oposta à anterior, sendo agora associada a uma infraestrutura viva, convidativa e estimulante. Adianta-se, deste modo, que este volume se associa à parte de desporto do novo centro desenvolvido, sendo por isso distinguido como “**edifício desportivo**”.

Ambos edifícios preexistentes apresentam fortes traços do seu caráter industrial, que são notáveis na observação das suas fachadas, coberturas, estruturas e organização interna. Observa-se também, comum a ambos edifícios, a existência de uma ampliação posterior à sua construção original.

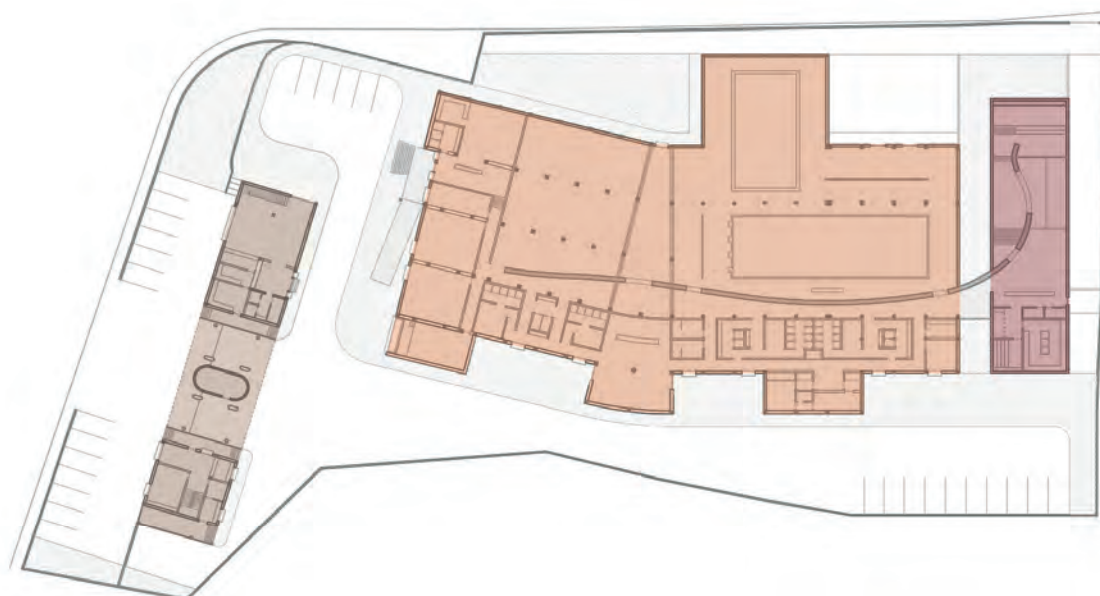
Ao edifício de acesso adicionou-se um segundo piso sobre a zona das instalações dos trabalhadores. O novo programa vem assumir a ampliação anteriormente formalizada, validando a sua relação com a restante obra, através do equilíbrio que esta depositou na composição do edifício em geral.

O atual programa apresenta uma posição contrária em relação à ampliação realizada na zona de cargas do edifício de maior escala. Fundamentando-se no argumento de que este vem desintegrar o volume original, distorcendo a sua real morfologia, prossegue-se para a proposta de demolição deste elemento que em nada incrementa a preexistência.

Em consonância com a proposta de criação de um Centro de Desporto e Bem-estar, o programa elaborado exige a expansão deste complexo de lazer, propondo-se a elaboração de de um terceiro volume - “**edifício de ampliação**” -, com uma função própria, coerente e vinculada ao restante programa apresentado. Revela-se, assim, a necessidade de desenvolver um edifício que acomode um espaço de relaxamento, saciando e justificando a premissa de um centro que para além de desportivo, também seja dedicado ao bem-estar dos seus utilizadores.

O programa desenvolvido propõe, desta forma, o seu desenvolvimento em três volumes que suportam todas as necessidades vinculadas ao correto funcionamento do complexo. Manifestando-se intrinsecamente de diferentes formas conforme as suas funções, define-se um projeto de reabilitação que se aproprie da preexistência encontrada e some um caráter próprio aos seus vários elementos, desenhando, por fim, uma proposta harmoniosa interna e exteriormente.

Anuncia-se necessário um estudo prévio de todas as necessidades e valências associadas às atividades desenvolvidas no programa proposto. Atenta-se cuidadosamente a todos



Edifício de acesso ● Edifício desportivo ● Edifício de ampliação ●

Fig. 27: Planta geral - edifício de acesso, edifício desportivo e edifício de ampliação

os aspectos relacionados com o equipamento, durante a formalização prática desta proposta. Destacam-se como exemplo o estudo dos acessos, da organização interna, da circulação, dos níveis de cota, do regulamento vinculado a cada atividade, da materialidade, da estrutura, da composição de fachadas, dos ambientes criados, das sensações despertadas, das questões técnicas associadas às funções, das soluções construtivas e etc.

Baseado em todas estas particularidades expostas, desenvolve-se o programa de forma pormenorizada, compreendendo a relação entre o cenário apresentado, a função desempenhada e os espaços criados, numa tentativa comprometida com o melhor desenvolvimento interno do Centro. Compreende-se assim, a necessidade de agrupar as funções internas em três grandes famílias, relacionando-as com as características de cada um dos edifícios.

Ao edifício de acesso, composto por dois volumes funcionais e um elemento conector, são atribuídas funções individuais, sendo o seu funcionamento independente das restantes atividades desenvolvidas no complexo. Neste sentido é conferida a função administrativa ao menor volume e a função de cafetaria ao maior. O elemento central, permanece com o seu papel interligante, estando agora associado à cafetaria com a função de explanada da mesma. Sobre este terraço verifica-se a presença do antigo depósito de água. Este elemento vertical permanece com o seu traço imponente, porém sem nenhuma função prática vinculada.

O volume de maior escala presente no terreno é denominado como edifício desportivo devido às suas novas funções. Este apresenta-se também como o protagonista do projeto de reabilitação desenvolvido, devido à sua dinâmica interna e à importância que nele é depositada pelo programa elaborado. A sua compreensão e divisão interna apresentam-se diretamente vinculadas à sua morfologia, sendo também associadas às atividades desportivas. Formaliza-se esta proposta definindo uma ala seca, dedicada ao ginásio e salas de aulas de grupo; uma zona social e uma ala húmida dedicada a prática de atividades aquáticas. Apresentam-se presente também todos os apoios necessários, através de balneários, zona dedicada aos instrutores, enfermarias, salas de massagens, recepção e arrumos.

Encerrando o lote a Oeste, encontra-se o volume da ampliação, desenvolvido de forma equilibrada com a preexistência. Neste é sentido um ambiente mais reservado, proveniente do programa à ele deliberado, apresentando-se como um momento de relaxamento e introspeção para os utilizadores do espaço. Cria-se assim, um SPA composto por duas diferentes zonas, uma piscina de relaxamento e um espaço menor integrado por duas salas de saunas. Este elemento maciço da ampliação, é conectado à preexistência através de uma passagem harmoniosa com o restante projeto.

### III.III. REABILITAÇÃO DA PREEXISTÊNCIA

Após a aproximação com a infraestrutura, compreensão da sua anterior atividade, observação das suas características intrínsecas, percepção da sua envolvente e levantamento dos dados necessários, inicia-se a elaboração da proposta de recuperação do matadouro municipal.

Influenciado pela sua envolvente e pelo carácter do antigo complexo industrial, define-se um programa atual e adequado às novas necessidades locais, que ganha forma através da proposta de intervenção neste. Conforme desenvolvido em projeto prático, do qual as peças desenhadas se encontram presentes na secção de anexos gráficos da presente dissertação, apresenta-se uma proposta de intervenção repartida em duas grandes partes - uma reabilitação e também uma ampliação.

Compreendendo a ideia de que *“para conseguir um ambiente belo é preciso reconhecer o significado complexo e unitário dos artefactos que formam o cenário da vida humana e propormo-nos melhorá-lo globalmente”*, inicia-se o processo de desenvolvimento da proposta de reabilitação e ampliação, reconhecendo *“no “funcionalismo” de há cinquenta anos a tentativa (...) de reivindicar a integridade da experiência do ambiente, onde os valores de utilização e os valores de contemplação têm de voltar a coincidir como no passado”*.<sup>[1]</sup>

O projeto de reabilitação incide em toda a infraestrutura preexistente, proveniente do antigo Matadouro Municipal. Compreende-se, desta forma, que a intervenção proposta apresenta como palco os dois edifícios anteriormente analisados, dividindo-se entre o edifício de acesso e o edifício desportivo.

Estes apresetam propostas distintas, estando relacionadas com o novo programa. Desenvolvem-se, assim, espaços propícios à prática das novas atividades propostas, sendo desenvolvidos em conformidade com as exigências que estas apresentam. Concebem-se, desta forma, edifícios funcionais, espaços atrativos, circulações fluidas, organizações internas estruturadas e ambientes coerentes com às respectivas atividades, contribuindo assim para a conceção de um equipamento com uma arquitetura contemporânea, ajustado às necessidades locais.

Apresentando semelhanças construtivas, devido à sua construção simultânea, os dois edifícios da preexistência apresentam algumas soluções construtivas correspondentes, variando todas as demais soluções construtivas relativas aos aspetos técnicos exigidos pelo programa, conforme se explanará nesta memória descritiva da reabilitação.

[1] Benevolo, L. (2006). A cidade e o arquitecto. Lisboa: Edições 70, p.61.

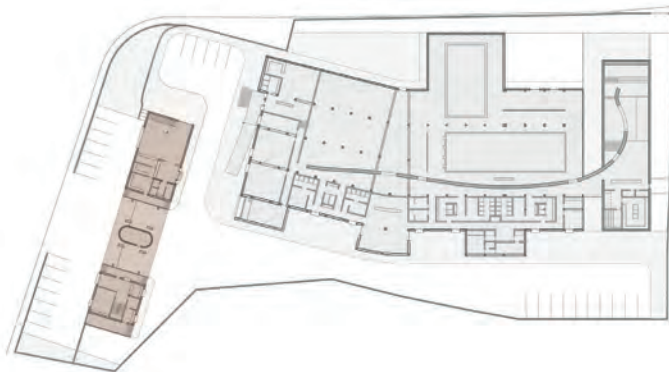


Fig. 28: Edifício de acesso

## EDIFÍCIO DE ACESSO

Compreende-se o edifício de acesso (fig. 28) como a primeira impressão de todo o complexo de lazer. Este para além de demonstrar grande presença na envolvente onde se apresenta inserido, sendo impactante pela sua volumetria e escala, compreende-se também como a infraestrutura de boas-vindas aos utilizadores do Centro proposto, destacando e emoldurando a zona de entrada.

Este edifício apresenta-se integrado por dois volumes, desenvolvendo diferentes funções internas, apresentando um total de 353 m<sup>2</sup> de implantação e 712 m<sup>2</sup> de utilização. Ao volume de menor escala atribui-se a função administrativa enquanto o volume de maior escala apresenta-se como cafetaria, sendo o seu funcionamento independente das restantes atividades praticadas neste complexo.

Estes dois volumes relacionam-se entre si através da forma e escala, apresentando ambos dois pisos, nos quais são desenvolvidas as respetivas funções e também através de um elemento horizontal, compondo um terraço que conecta o segundo piso destes dois edifícios.

O volume administrativo compreende-se desenvolvido numa área de utilização de 205 m<sup>2</sup>. Elabora-se neste edifício o piso do rés de chão voltado ao atendimento ao público, de livre acesso, compreendido por uma zona de receção e sala de espera, uma sala de reuniões, instalação sanitária e comunicação vertical através de escadas para o piso superior. É também neste piso de acesso que se desenvolve uma zona de copa destinada ao segurança (fig. 30). O piso superior compreende-se como uma zona administrativa de acesso privado. Sendo organizado internamente em conformidade com o piso inferior, este auxilia-se da estrutura preexistente, apresentando a sala do diretor e a sala de administração apoiadas pela zona de serviços, constituída pela copa e zona de refeição. Desenvolve-se, desta forma, um piso reservado aos seus funcionários (fig.29).

O volume destinado à cafetaria, apresentando uma área de 309 m<sup>2</sup> de utilização, apropriou-se da ampliação desenvolvida posteriormente à inauguração da preexistência, apresentando assim dois pisos dedicados à sua nova função. O piso inferior (fig. 30) apresenta uma zona de cargas e descargas diretamente vinculada à despensa e cozinha, que apoiam a zona de balcão da cafetaria. Este mesmo piso apresenta-se adaptado às necessidades dos utilizadores com mobilidade reduzida graças à criação de instalações sanitárias e um acesso adequado às limitações de locomoção dos mesmos. Já o piso superior (fig. 29) alcança-se através da criação de umas

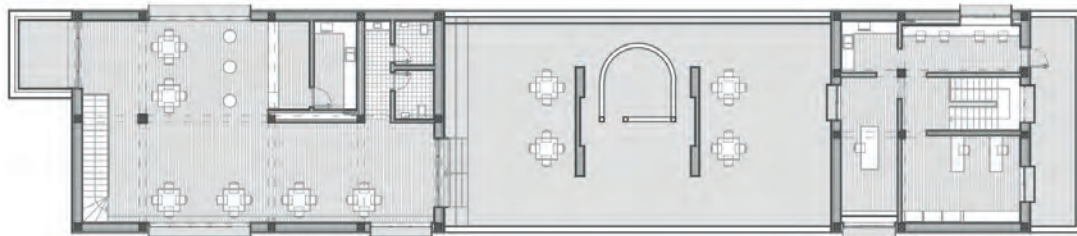


Fig. 29: Planta piso 1 edifício de acesso

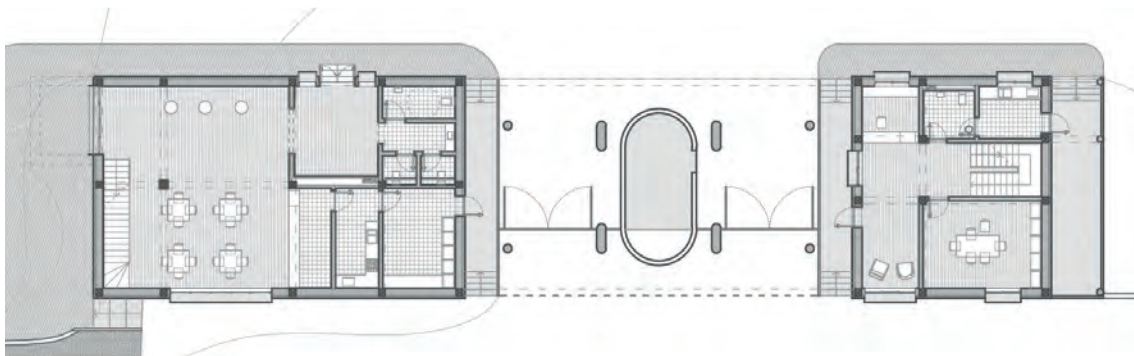


Fig. 30: Planta piso 0 edifício de acesso

escadas que satisfazem a necessidade de comunicação vertical. Este apresenta-se como um ambiente mais amplo e iluminado graças aos seus grandes vãos, desafogado espaço de salão da cafeteria - apoiado pela zona de balcão, cozinha e instalação sanitária - e também à sua expansão física à Norte e Sul através de uma varanda e um terraço. A varanda é criada de forma a prolongar este espaço sobre a zona de explanada inferior, realçando também um dos acessos criados ao piso inferior. Já o terraço é reaproveitado da preexistência, apresentando agora uma nova utilização relacionada unicamente com a cafeteria.

Desenvolvem-se, desta forma, dois volumes distintos em função e organização interna, porém compreendidos na proposta apresentada, criando espaços essenciais à todo o complexo de lazer, contribuindo para o bom funcionamento deste, como também para o convívio interpessoal dos seus utilizadores e visitantes.

## - terraço

O terraço, compreendido como elemento conector entre os dois volumes constituintes do edifício de acesso (fig.31), apresenta-se como uma peça fundamental na proposta desenvolvida, conferindo-lhe força e carácter.

Este, apresenta-se como peça proveniente da preexistência, sendo agora reformulado esteticamente e funcionalmente. O terraço desenvolve-se, na presente proposta, como um espaço de apoio à cafeteria com função de explanada da mesma, sendo acessível apenas através desta.

Este elemento, marcante na fachada do edifício de acesso (fig.32), afirma também horizontalidade sobre o conjunto do edifício devido à sua extensão horizontal perimetral ao mesmo. Esta leitura apresenta-se confrontada com o volume central e vertical que o terraço sustenta. Apresenta-se assim, em oposição, a presença do antigo depósito de água que surge imponente sobre o largo terraço, conferindo verticalidade à fachada.

Propõe-se, desta forma, um edifício que usufrua destes dois elementos preexistentes, assumindo-os presentes numa composição de alçado equilibrada, assegurando que estes perdurem ostensivos, propagando a memória do passado desta obra.

Salienta-se a intenção expressa nesta proposta de preservar o volume do depósito de água (fig.32). Realça-se assim o vínculo presente entre este elemento vertical preexistente, agora desprovido da sua função original, com o novo programa proposto, como um presságio da atividade interna desenvolvida neste complexo de lazer – relacionando-se com as zonas de água.



Fig. 31: Alçado Este edifício de acesso



Fig. 32: Corte longitudinal edifício de acesso

## - fachadas e coberturas

As fachadas do edifício de acesso apresentam alterações relativamente à sua preexistência. Compreende-se necessário prosseguir com o encerramento e com a abertura de alguns vãos, relacionando-os com as novas funções internas propostas. Concebe-se, desta forma, alçados que complementam os espaços interiores conferindo-lhes condições necessárias para o bom desenvolvimento do programa.

Nestas destaca-se a presença de uma faixa horizontal que envolve todo o edifício, unificando-o e conferindo-lhe horizontalidade e materialidade. Esta “faixa” delimita o edifício utilizando como referência a altura do muro que encerra o terraço, prolongando a presença deste em todo o conjunto que compõe o edifício de acesso. Compreende-se, ao observar esta marca definida sobre os alçados, o desnível existente entre os pisos superiores dos dois volumes funcionais. Esta pequena diferença de cotas, proveniente da estrutura preexistente, nota-se aparente na varanda criada no volume da cafetaria, uma vez que não compõe a totalidade do seu varandim (fig. 32).

A materialidade definida para esta faixa, relaciona-se com a restante materialidade aplicada aos demais edifícios que compõe este complexo de lazer, criando assim uma linguagem estética contínua e harmoniosa entre eles. Associado ao cromatismo e à textura, estipula-se a utilização da telha cerâmica plana de cor vermelho natural, desenvolvendo uma imagem coerente entre esses três elementos fundamentais ao projeto.

A composição destas fachadas passa também pela idealização das suas janelas, sendo posteriormente aplicadas aos demais vãos presentes na proposta. Concebem-se caixilharias em alumínio cinza, com janelas fixas e em bascula, com vidro duplo, contribuindo assim para o conforto térmico interno. Estas apresentam um aro envolvente em alumínio lacado, conjugando-se cromaticamente com a restante materialidade aplicada nas fachadas. Estes aros apresentam-se salientes 20 cm para o exterior das paredes envolventes da proposta, enquadrando e emoldurando todos os vãos sobre as fachadas dos edifícios, atribuindo-lhes presença e força na composição destas.

As janelas desenvolvem-se compreendidas em três peças (fig. 33), compondo um equilíbrio entre as janelas do topo e da base, sendo estas fixas e de menor dimensão. Na zona central de cada janela cria-se uma peça de maior dimensão, de abertura em bascula, assegurando a ventilação adequada a cada zona interna.



Fig. 33: Esquema das janelas

Todos os vãos apresentam-se relacionados através da sua forma e divisão, conforme se observa na figura 33. Com a intenção de desenvolver vãos adequados aos espaços internos, equidistantes do chão e do teto, definem-se as alturas de cada uma das peças. Compreende-se uma linha marcada na cota de 2,10 m, sendo esta a altura definida para todos os vãos internos do projeto. Sobre esta cria-se uma peça de 0,40 m, estando também presente na base das janelas e omitida na base das portas, presentes nos alçados, distanciando-se sempre 0,50 m dos planos superiores e inferiores que encerram os espaços. Consequentemente, resulta uma peça central de 1,20 m, obtendo-se, desta forma, janelas altas, de forma esguia, capazes de satisfazer a iluminação e ventilação interna das salas, garantindo também a conexão visual com o exterior, agrupando e conjugando as larguras das janelas conforme necessário.

Como exceção estão algumas janelas presentes na zona administrativa e no edifício desportivo. Estas permanecem com forma similar à preexistência, sendo agora readaptadas às novas funções programáticas. Desenvolvem-se, no primeiro caso, janelas de correr com duas folhas, apresentando a mesma dimensão que a peça central das janelas anteriormente idealizadas. As restantes janelas apresentam-se em báscula, com as dimensões adequadas às funções dos espaços que estas integram, relacionando-se também com a composição do respetivo alçado. Ambas apresentam o aro saliente em alumínio lacado, definido anteriormente.

As coberturas são definidas com a intenção de igualar o nível de cércea dos dois volumes funcionais do edifício de acesso, desenvolvendo-se de igual forma, através do sistema de plati-bandas, contrariamente ao observado na preexistência.

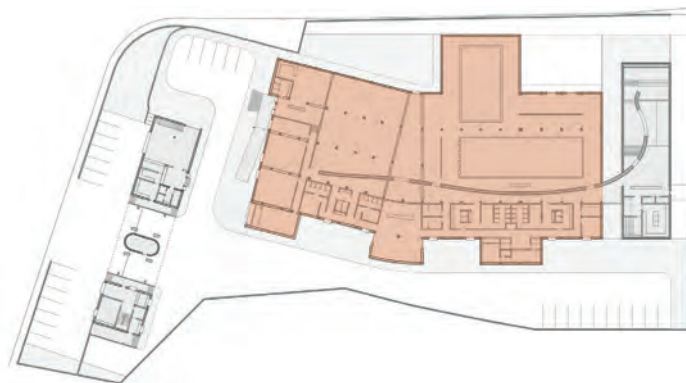


Fig. 34: Edifício de desportivo

## EDIFÍCIO DESPORTIVO

Proveniente do programa previamente definido, este edifício constitui a peça fundamental deste projeto de reabilitação. Nele apresentam-se inseridas as principais atividades desenvolvidas no novo Centro de Desporto e Bem-estar. A escala do edifício e das suas diversas zonas internas apresentam-se em conformidade com as exigências associadas às suas novas funções.

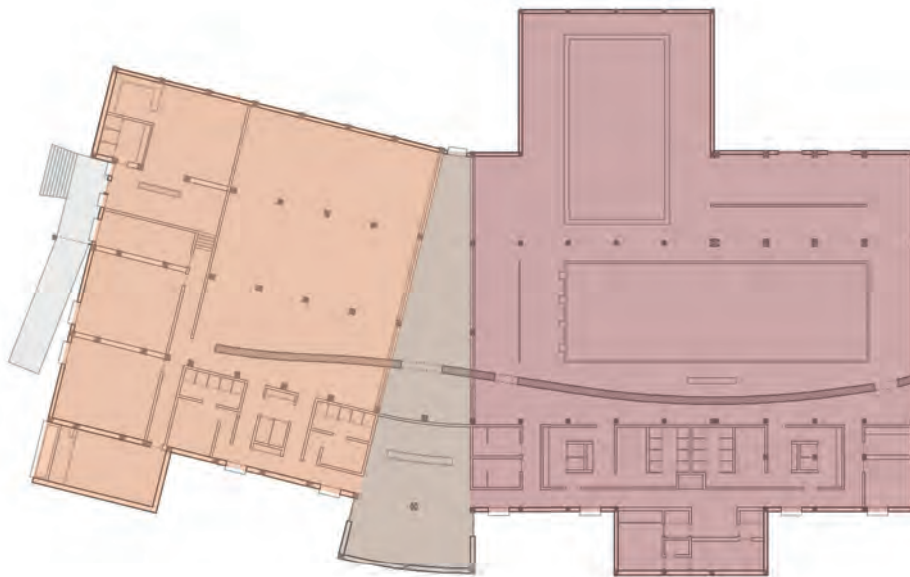
A ideia base de desenvolvimento projetual deste edifício provém da intenção de relacionar as suas atividades internas com a sua morfologia preexistente. Assim, esta “herança de forma”, que o edifício apresenta foi inspiradora para a criação dos seus espaços internos, desenvolvendo novos ambientes.

Numa primeira fase, compreende-se a repartição natural que o edifício apresentava previamente, através da sua estrutura e fisionomia. O seu elemento central promove uma movimentação de rotação no volume, sendo desta forma compreendida a formação de duas distintas zonas. O elemento central é assim interpretado como uma rótula, que articula duas alas contíguas.

Seguidamente, associam-se estas três zonas ao programa, relacionando as funções internas aos ambientes desenvolvidos em cada uma das alas existentes. Define-se, em projeto, uma ala seca - a Oeste - e uma ala húmida - a Este. A ala divisória central, apresenta-se também como um elemento de articulação do programa (fig. 35).

Após o estudo e análise das valências vinculadas a cada uma das atividades apresentadas no programa, presentes em regulamentos rigorosos<sup>[1]</sup>, compreendem-se as restrições relacionadas a cada uma delas. Parte-se para a elaboração do projeto prático, enquadrando as novas funções a novos espaços, desenvolvendo ambientes propícios à prática de cada uma das modalidades desportivas.

[1] Portaria que aprova o Regulamento Técnico das Instalações Desportivas (RTID) - Divisão de Infraestruturas Desportivas (DIED);  
Regulamento Geral da Federação Portuguesa de Natação;  
Regulamento Técnico-sanitário de Piscinas de Uso Público;  
Conselho Nacional da Qualidade - Normativa 23/93 CNQ



Ala seca ●

Ala central ●

Ala húmida ●

Fig. 35: Planta diferenciando as 3 alas criadas

## - organização interna

Tomando como ponto de partida a estrutura resistente preexistente na infraestrutura, reorganiza-se o espaço interno em conformidade com o seu sistema estrutural regular, relacionando-o com as diferentes atividades desenvolvidas em cada uma das três alas da proposta.

Nesta lógica, apresenta-se presente na ala seca uma zona de ginásio; três salas de aulas em grupo, sendo uma exclusiva para aulas de bicicleta; balneários masculinos e femininos; enfermaria <sup>[1]</sup> e zona reservada aos instrutores do complexo desportivo, constituída por uma sala, uma instalação sanitária e uma copa comum a todos instrutores. Destaca-se que o ginásio é projetado seccionado em três diferentes zonas, uma dedicada a exercícios funcionais, uma segunda zona a exercícios cardio e uma terceira zona destinada a alongamentos e relaxamento pós-treino.

Já na ala húmida, onde são praticados desportos aquáticos, é desenvolvida uma zona de piscinas constituída por dois tanques<sup>[2]</sup>. Um de maior escala, denominado como tanque polifuncional ou polivalente<sup>[3]</sup>, que apresenta 25 m de comprimento e chega aos 2 m de profundidade, sendo dedicado às atividades de ensino e aprendizagem da natação e ao nado livre. Este apresenta também, adjacente à zona mais profunda, um cais com plataformas de salto<sup>[4]</sup>. Em menor escala desenvolve-se um tanque de aprendizagem e recreio<sup>[5]</sup>, com 15 m de comprimento e uma profundidade máxima de 1,50 m. Este tanque é reservado ao primeiro estágio do ensino e aprendizagem da natação e às atividades de hidroginástica e hidroterapia. Na restante ala húmida são desenvolvidos os balneários masculinos e femininos, enfermaria<sup>[6]</sup>, arrumos e também uma secção com salas de massagens, dedicada ao bem-estar dos utilizadores do Centro através de tratamentos de lesões e de relaxamento muscular.

A ala central, é compreendida como uma ala mais social, apresentando o acesso público ao edifício desportivo, com uma zona de recepção e uma zona de estar e repouso reservada aos seus utilizadores.

A presença dos pilares foi primordial no desenvolvimento da ideia da organização interna. Perante a necessidade de criar espaços que garantissem o correto funcionamento das principais atividades desenvolvidas nas alas seca e húmida, apresenta-se necessária a elaboração de uma banda de apoio, sendo designada como zona servidora.

---

[1] Segundo Artigo 8 - Serviços Complementares, do Regulamento Técnico-sanitário de Piscinas de Uso Público

[2] Desenvolvidos segundo os artigos 108º, 110º, 112º e 116º do Regulamento Geral da Federação Portuguesa de Natação

[3] Em conformidade com o Conselho Nacional da Qualidade - Normaiva 23/93 CNQ: “tanques polifuncionais ou polivalentes, são os que apresentam soluções geométricas e construtivas que combinam características de diferentes tipologias de tanques, ou que dispõem de paredes e fundos móveis ou outros dispositivos de reconversão morfológica que permitam variar as suas características geométricas e adaptá-los para diferentes categorias de utentes e de actividades(...).”

[4] Desenvolvida segundo os artigos 109º e 111º do Regulamento Geral da Federação Portuguesa de Natação

[5] Em conformidade com o Conselho Nacional da Qualidade - Normaiva 23/93 CNQ: “tanques de aprendizagem e recreio, são aqueles que apresentam os requisitos morfológicos e funcionais adequados para as actividades formativas e propedêuticas das disciplinas natatórias, para o jogo, o recreio e a manutenção. A profundidade máxima destes tanques é de 1.50 m, e não devem apresentar, em pelo menos 2/3 da sua superfície, profundidades superiores a 1.10m.”

[6] Segundo Artigo 8 - Serviços Complementares, do Regulamento Técnico-sanitário de Piscinas de Uso Público

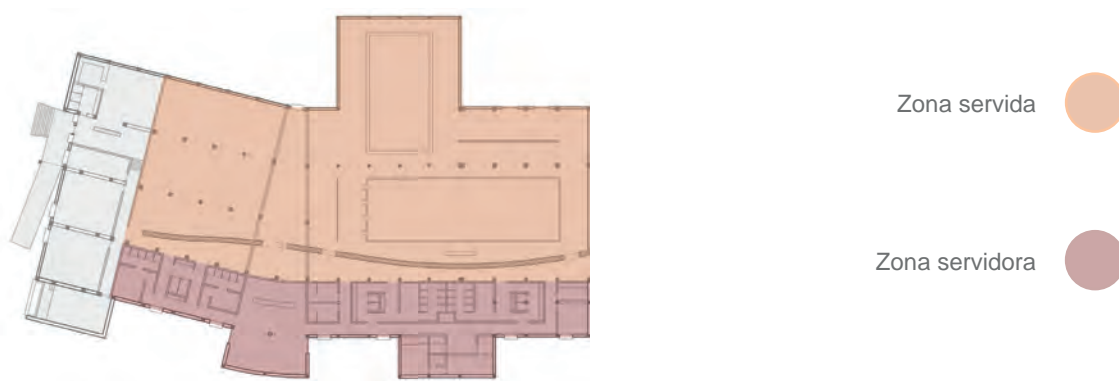


Fig. 36: Esquema da planta com zona servida e zona servidora

Nota-se, portanto, que o desenvolvimento do projeto teve em consideração a estrutura já existente na infraestrutura, tomando proveito de uma linha de pilares para definir fisicamente o limite divisor entre a zona servidora e a zona servida (fig.36), na qual se encontram confinados o ginásio e as atividades aquáticas.


Desenvolve-se o projeto com a intenção de criar dois balneários distintos, sendo um dedicado à ala seca e outro à ala húmida. Este procedimento projetual é justificado visando a segurança dos utilizadores dos espaços, associado-se aos despostos praticados. Após a análise da regulamentação vigente<sup>[1]</sup>, compreende-se que esta intenção projetual respeita as normas exigidas nos moldes atuais dentro dos quais os complexos desportivos devem ser desenvolvidos. Da criação dos balneários como passagem obrigatória para a zona de atividades, resulta o desenvolvimento de dois percursos internos distintos, sendo um aplicado a circuitos de pés calçados e outro a circuitos de pés descalços. Estes apresentam-se coerentes com as exigências presentes nos termos sanitários regulamentados<sup>[2]</sup> para esta prática desportiva, não permitindo o cruzamento de novos utilizadores com os que já se encontram na prática da modalidade desportiva, fora da zona de balneários.

Destaca-se, por fim, que as áreas definidas para cada uma das zonas servidoras são provenientes da antiga configuração do edifício. Em todo caso, tomou-se em consideração o cumprimento da regulamentação atual<sup>[3]</sup>, equilibrando-a com as restrições que um projeto de reabilitação demanda. Obtém-se assim, como apoio à ala húmida, uma zona servidora com maiores dimensões que a destinada à zona seca.

[1] Segundo Artigo 8 - Serviços Complementares, do Regulamento Técnico-sanitário de Piscinas de Uso Público

[2] *Ibidem*

[3] Segundo Artigo 13.º - Instalações recreativas para manutenção - Ginásios e Clubes de Saúde e Artigo 19º - Piscinas. Portaria que aprova o Regulamento Técnico das Instalações Desportivas (RTID) - Divisão de Infraestruturas Desportivas (DIED);

 Zona central - Rótula

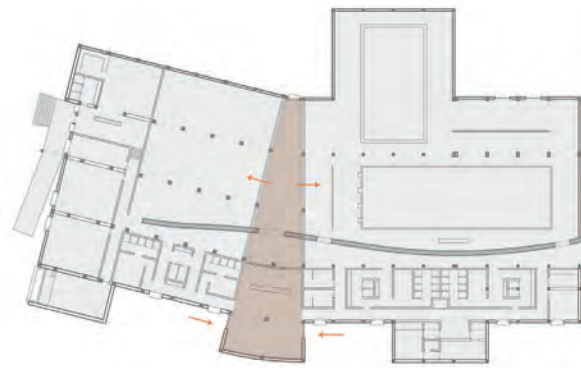


Fig. 37: Esquema planta com destaque na rótula

## - a rótula - acessos

Ao observar a morfologia do edifício, compreende-se que este sofre uma rotação intencional na sua área central. Esta distorção projetual é proveniente da implementação de um elemento angular, originando a criação de duas diferentes alas, conforme exposto anteriormente.

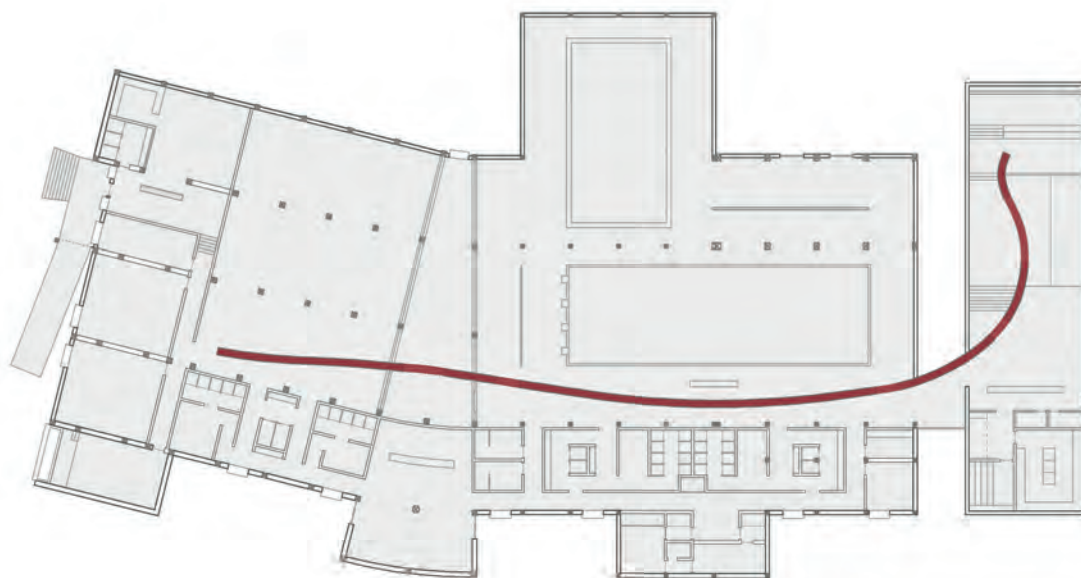
Considera-se, desta forma, que este elemento central, denominado figurativamente como **Rótula**, é o maior influenciador da atual forma do edifício e também da ideia base do desenvolvimento do presente programa. A sua importância sobre o projeto exerce-se além da forma, marcando-se também pela sua função e pelo vínculo criado com a circulação e utilização interna do edifício desportivo.

Sendo uma peça central destacada do restante volume, apresentando-se como um elemento saliente que adiciona ritmo ao alçado Norte do edifício, este é também compreendido como um momento convidativo. Desenvolve-se, baseando-se nesta percepção, o principal acesso ao edifício desportivo (fig. 37). Com dupla entrada lateral, este é definido como espaço de receção ao público, através do qual os utilizadores do espaço são orientados para as respetivas zonas de atividades.

Na restante longitudinalidade deste elemento, a rótula apresenta um espaço de estar e descanso para os utilizadores desta infraestrutura. Este momento de repouso idealiza-se e desenvolve-se, baseando-se nas sensações que se pretende despertar nos utilizadores que vivem este espaço. Através do encerramento lateral com um material transparente (utilizando o vidro de forma a satisfazer questões técnicas vinculadas aos espaços envolventes), pretende-se estimular o sentido da visão, contrariamente ao momento criado com o muro. Desta forma, o utilizador é capaz de obter uma percepção longitudinal do edifício, verificando-se a conexão visual das duas divergentes alas, seca e húmida (fig. 37).

Denota-se, que este elemento da rótula apresenta uma dicotomia entre a “quebra formal” que causa sobre o edifício, desenvolvendo duas alas distintas, porém, criando também um momento de conexão visual longitudinal entre estas. É por isso apontado como um elemento de extremo valor no desenvolvimento do projeto, interpretando o papel de divisor e conector de todo o programa interno.

Este edifício apresenta também um segundo acesso, a Este, dedicado apenas aos funcionários. Este, já preexistente, foi mantido, abrindo-se agora para uma zona mais privada, de cota superior ao restante edifício, onde é possível encontrar as instalações dedicadas aos instrutores das modalidades desportivas.



Muro



Fig. 38: Planta interna com o muro

## - o muro - circulação

Perante a forma longitudinal como o edifício desportivo se apodera do terreno é necessário ponderar a melhor forma de circulação no interior do mesmo. Pretende-se desenvolver uma circulação fluida no espaço, que desperte sensações nos seus utilizadores, funcionando em paridade com a organização interna e com o programa. Projeta-se uma circulação também longitudinal no espaço, orientadora não só dos percursos internos como também da distribuição funcional deste edifício, ora conectando, ora inibindo a interação com os diversos ambientes internos criados.

Neste sentido é desenvolvido um elemento único, relevante no espaço, excêntrico pela sua irreverência e pertinente pela sua função. Este elemento, figurativamente intitulado como **Muro**, apresenta-se como uma peça escultórica, independente das demais funções desempenhadas na envolvente, mas que se desenvolve intimamente relacionado com a mesma. Esta sua característica singular no espaço, proveniente da sua forma orgânica que contrasta com a restante estrutura rígida do edifício, deposita-lhe um efeito dinamizador no espaço (fig.38).

Na realidade, em oposição ao carácter fluido como este cresce ao longo do edifício, a sua idealização é profundamente vinculada à estaticidade da estrutura que o acompanha. A mesma linha de pilares da qual o projeto se apropria para a delimitação física dos espaços servidos e dos espaços servidores, é agora também utilizada como apoio ao desenvolvimento do muro, demarcando sobre ele força e ritmo ao longo da circulação longitudinal criada. Baseando-se no seu carácter estético, nas sensações que este despertará sobre os utilizadores do espaço e na criação das relações pretendidas entre a circulação e a função, projeta-se esse elemento segundo um algoritmo desenvolvido de forma a relacioná-lo, harmoniosamente, com a preexistência onde se enquadra, sendo posteriormente moldado e reajustado ao contexto onde está inserido.

Compreende-se desta forma que este elemento, essencial à circulação interna no edifício, é desenvolvido sobre fundamentos reais, sentidos e presenciados no espaço onde se enquadra, constituindo por isso uma peça pertencente à infraestrutura, vinculada às suas características preexistentes, integrado na sua realidade atual.

Na circulação interna do edifício, o muro apresenta-se como protagonista, sendo criado e desenvolvido como orientador, rompendo-se estrategicamente para a possível descoberta e penetração em espaços sucessivos, motivando o despertar de diferentes sensações ao longo do seu percurso.

Estas sensações despertadas nos utilizadores do espaço, relacionam-se com o comportamento atribuído ao muro ao longo do edifício industrial, que são previamente estudadas e cautelosamente desenvolvidas em projeto. Como exemplo está a materialidade, o aspecto e a forma atribuídos a este elemento. Apresentando-se oposto ao seu carácter fluido e orgânico, este é desenvolvido num material consistente e rígido. Intenta-se, com isso, que os utilizadores do espaço sintam este equilíbrio contrastante entre a consistência, rigidez e textura do material com a dinâmica leve do ambiente onde estão a circular. Outra sensação que se pretende criar baseia-se na compreensão deste muro como um prenúncio da atividade desenvolvida por trás do mesmo. São, assim, realçados os sentidos, privando a visão mas enfatizando a audição, sendo possível que estes compreendam o que advém além muro. Por último, a forma dinâmica como o muro é apresentado, incorpora diferentes cenários ao longo da circulação no edifício. É possível que os utilizadores do espaço sintam momentos de afunilamento em contraste com momentos



Fig. 39: Esquema de utilizações do muro

de amplitude espacial, deduzindo que a forma do muro varia consoante as diferentes atividades desenvolvidas, encaminhando-os, desta forma, à diferentes ambientes.

Para uma relação mais próxima com as atividades desenvolvidas neste edifício, incorporaram-se diferentes funções ao muro, para além do objetivo de orientador da circulação interna, associando-o às atividades presentes na envolvente onde está integrado. Define-se, numa primeira fase a necessidade de desenvolver quatro funções distintas que venham satisfazer as carências presentes no programa desenvolvido. Estas apresentam-se como: bancos de descanso; cacifos; máquinas de *snacks* e bebedouros (fig 39). Parte-se, assim, para a análise do programa distribuído ao longo do muro, definindo a disposição das funções nele presentes. Observa-se desta forma, no projeto desenvolvido, a disposição estratégica de cada uma das funções, como por exemplo, a acomodação de cacifos próximos às zonas de acesso aos balneários, os bebedouros, assim como os bancos de descanso, voltados para as espaços onde são praticadas as atividades físicas e a presença de duas máquinas de *snacks* pontuais.

As dimensões do muro também são definidas tendo em atenção a sua relação com a infraestrutura preexistente e com o atual programa desenvolvido. Estabelece-se como altura constante do muro a cota de 2,90 m, sendo esta coincidente com a cota que limita a base das janelas na zona húmida e o topo das janelas na zona seca. As funções inseridas no muro desenvolvem-se entre as cotas de 0,50 m e 2,10 m. Esta última medida é proveniente da altura definida para as portas e vãos presentes no interior do edifício desportivo. O vão de 1,60 m, resultante das dimensões anteriormente explícitas, é compreendido como um módulo que pode ser apropriado de diversas formas, constituindo assim as quatro diferentes utilizações desenvolvidas ao longo do muro, conforme se observa na figura 39 .

Com a intenção de criar uma circulação fluida, através da qual os utilizadores pudessem facilmente atravessar todo o edifício, desenvolve-se toda a zona dedicada a prática desportiva compreendida numa só cota, sendo apenas a zona restrita aos funcionários desenvolvida numa cota superior. Desta forma são também cumpridas as normas relativas às acessibilidades, estando este edifício completamente adaptado para a livre circulação de utilizadores que apresentem mobilidade condicionada.



Fig. 40: Fotografias das coberturas existentes - shed e treliças

## - estrutura

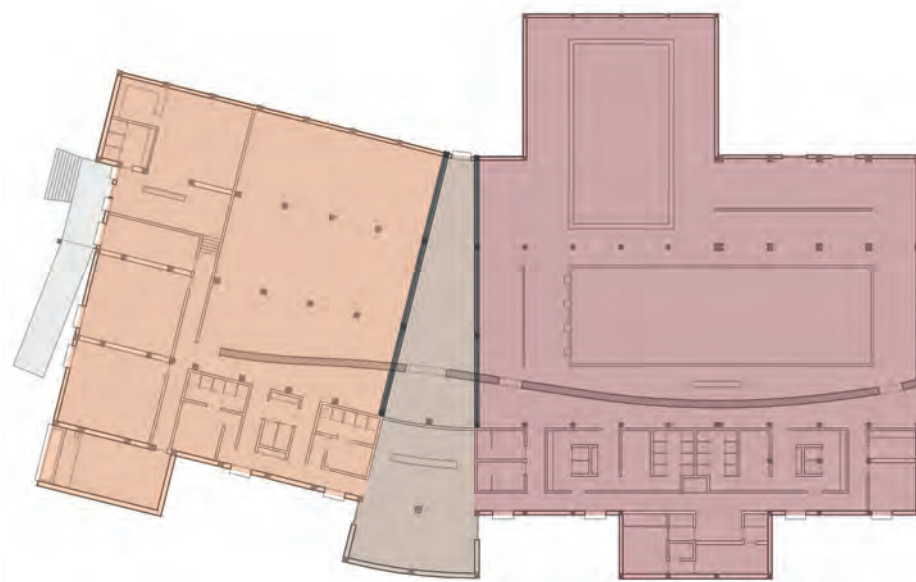
A estrutura presente no edifício é proveniente da sua preexistência, associando-se ao seu caráter industrial através da sua forma e disposição regrada e organizada no espaço (fig. 40). Após uma análise pessoal ao edifício, ainda na fase do processo de levantamento do mesmo, compreende-se que a estrutura presente expressa uma enorme força sobre este, conferindo ortogonalidade à sua planta.

Conforme salientado anteriormente, a estrutura preexistente é reaproveitada no atual programa desenvolvido, sendo considerada um dos grandes alicerces sobre o qual o projeto de reabilitação proposto se apoia. Como resultado apresenta-se a organização interna do edifício desportivo, que, influenciada pela regularidade presente nos pilares, pelas novas funções internamente desenvolvidas e pelo elemento do muro, cria distintos espaços e momentos associados ao programa. A criação da zona servida e da zona servidora compreende-se como um exemplo onde a estrutura preexistente atua na nova organização interna do edifício.

Destaca-se, portanto, a marcante presença da estrutura no edifício, sendo essencial também para a criação de certas sensações sobre os utilizadores. Compreende-se, assim, que o projeto é desenvolvido de forma a expor ou ocultar a estrutura consoante o ambiente que pretende criar, estando sempre em evidência nas zonas servidas e omitida nas zonas servidoras. Como exceção está o pilar presente na receção, por isso propõe-se que este apresente uma forma circular, contrastando com os restantes pilares retangulares presentes nas zonas servidas.

Realça-se também, como característica própria da estrutura preexistente, a variação da sua forma consoante a atividade interna. Esta irregularidade e sucessão apresentada na cobertura do edifício é assumida pelo atual programa, vinculando-a às diversas funções internas, formalizando e definindo espaços internos mais aprazíveis aos utilizadores.

O projeto usufrui desta pluralidade estrutural, associando-a de forma notória aos espaços principais, manifestando-se de diferente forma na cobertura da ala seca e da ala húmida. Revela-se assim a estrutura de cobertura em “shed” sobre o espaço de ginásio, associando-se às diferentes zonas criadas neste e às suas atividades. Já na ala húmida são evidenciadas duas distintas estruturas treliçadas (exemplo fig. 40) que coabitam neste espaço de forma harmoniosa. As restantes zonas do edifício não são diretamente relacionadas com as estruturas da cobertura preexistente, ocultando-as, criando assim espaços mais comedidos, contrastando com a escala da zona servida.



Pavimento  
de vinil



Pavimento  
de madeira



Pavimento  
cerâmico



Betão



Fig. 41: Esquema materialidade pavimentos internos edifício desportivo

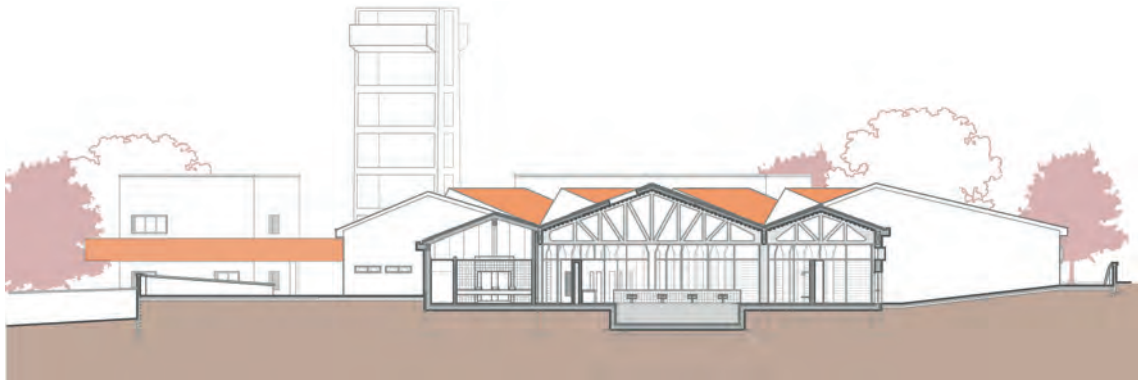


Fig. 42: Esquema corte ala húmida edifício desportivo

## - e s p a ç o s

O desenvolvimento do projeto proposto, expressa particular sensibilidade e atenção à criação de espaços internos diferenciados e atrativos. Nesta lógica, idealizam-se ambientes que interajam diretamente com os seus utilizadores, despertando sensações e interesse através dos sentidos e da experiência espacial. Aposta-se, desta forma, em aspetos que estimulem as vivências dos utilizadores nos diversos espaços criados, através das formas, materiais, texturas, detalhes, cromatismos, luz natural ... Pretende-se, por fim, compreender os ambientes de forma íntima, desenvolvendo atmosferas variadas com características específicas.

Com esta intenção, entende-se que as três zonas fundamentais deste projeto - seca, central e húmida - exigem um tratamento diferenciado, variando conforme as suas funções e a apropriação espacial pretendida. Abordando a organização interna do edifício, destaca-se também o profundo contraste de escala criado entre a zona servida e a zona servidora, justificando assim a força que cada uma destas desempenha sobre o desenrolar do projeto e a diferente perceção espacial sentida. Considera-se, desta forma, que os principais espaços de atividades, compreendidos como as zonas servidas, apresentam ambientes ricos em estímulos aos seus utilizadores.

Em conformidade com as funções estipuladas e com as atmosferas criadas em cada zona, idealiza-se um conceito de materialização interna, justificando os revestimentos aplicados nos espaços desenvolvidos, conforme demonstrado através de esquemas (fig. 41 e fig. 44). Ao analisar a figura 41, referente à ideia manifestada na materialidade dos pavimentos do edifício, compreende-se que estes se associam às três zonas do mesmo, adequando-se às exigências que as suas funções apresentam. É de realçar também o poder conector que os pavimentos apresentam no projeto, pois, estando aplicados em toda a transversalidade do edifício, estes unificam as zonas onde são inseridos. Define-se, desta forma, a utilização do vinil como pavimento de toda zona seca, a utilização da madeira na zona central, e a aplicação de pavimento cerâmico na zona húmida. Como forma de demarcar estas três zonas, implementam-se duas "faixas" de betão ao longo da união dos diferentes pavimentos, estando também presentes no teto, de forma coincidente.

Partindo da observação das características preexistentes nas paredes envolventes do edifício, compreende-se que o atual projeto se apropria dos seus vãos, readaptando-os ao novo programa proposto. Desta forma verifica-se a presença de uma cota bem definida, na qual coincide a base das janelas da zona húmida e o topo das janelas da zona seca, até os 2,90 m.



Fig. 43: Esquema organização balneários ala seca



Linha 1 - cota 2,9 m 
 Linha 2 - revestimento cerâmico 
 Linha 3 - Revestimento madeira 

Fig. 44: Esquema materialidade revestimentos internos edifício desportivo



Fig. 45: Esquema corte ala seca edifício desportivo

Esta marca altimétrica é compreendida como uma linha que define a materialização proposta nas paredes internas no projeto, unificando também os espaços que estas delimitam (fig. 42).

Conforme representado na figura 44, o projeto apresenta linhas delimitadoras de espaços internos. Verifica-se que para além da diferenciação do espaço central das duas alas laterais - seca e húmida - estas últimas são também subdivididas nas respectivas zonas servidas e servidores. Esta linha formaliza-se como a materialidade aplicada às paredes internas, compreendendo-se assim a criação de três diferentes linhas. A linha número 1 é considerada a principal, uma vez que unifica toda a materialidade das paredes do edifício, demarcando a altura de 2,90 m, coincidente com o pé direito definido para a zona servidora e com a altura do muro interno desenvolvido. A número 2 é a linha rematadora de todas as zonas servidas que, em conformidade com a altura do muro, envolvem estas de forma harmoniosa e coerente, apresentando a cerâmica como material de revestimento eleito. Os tetos e a restante altura das paredes (superiores aos 2,90 m) apresentam sempre gesso cartonado, sendo aplicado o tipo mais adequado às atividades desenvolvidas em cada espaço. Já a linha número 3 envolve a zona central, apresentando-se em madeira, conforme o pavimento, na zona de receção e em vidro na zona de descanso, possibilitando assim a conexão visual pretendida. As zonas de apoio apresentam as paredes completamente revestidas por material cerâmico e os tetos também em gesso cartonado.

A compreensão dos diferentes espaços criados passa também por entender como estes são projetados e constituídos. Inicia-se a explanação destes espaços abordando, numa primeira fase, a ala seca do edifício desportivo.

Esta apresenta especial destaque na zona do ginásio, sendo assim compreendida como a sua zona principal. Este apresenta a cobertura em “shed” que, juntamente com os restantes pilares expostos, se relaciona com a função interna e organiza o espaço. Desta forma, compreende-se que as três diferentes zonas do ginásio - funcional, cárdio e de relaxamento - são definidas em conformidade com o ritmo marcado pela cobertura, sendo esta intenção sentida pelo utilizador através da variação da amplitude do espaço. A iluminação natural deste ambiente é conseguida não só pelas janelas presentes na parede de fundo, como também através de vãos presentes ao longo da cobertura em “shed” (fig. 45). Cria-se assim, um espaço inundado pela luz natural, de forma indireta, nutrindo uma atmosfera enérgica, estimulante aos utilizadores. Nas zonas de apoio às atividades desenvolvidas, como as salas de aulas em grupo e a enfermaria,

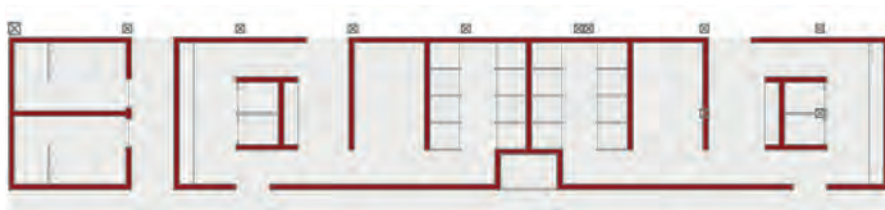


Fig. 46: Esquema planta balneários ala húmida

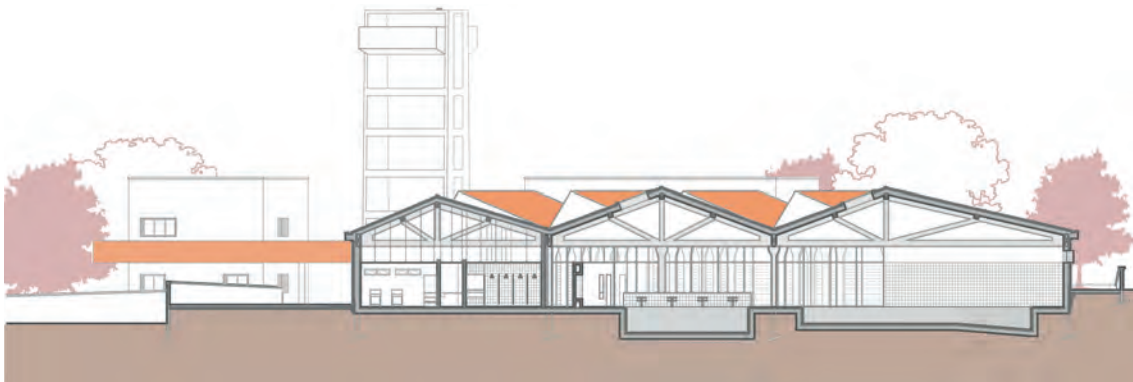


Fig. 47:Esquema corte ala húmida e tanques de água edifício desportivo

a iluminação natural é conseguida através da abertura de vãos, compondo ambientes agradáveis à prática da modalidade respetiva. A zona dedicada aos funcionários deste equipamento é desenvolvida numa cota superior, com a intenção de criar uma zona mais reservada, através do desnível apresentado. Por último analisa-se a zona servidora, constituída pelos balneários da zona seca (fig.43), confinada num espaço com pé-direito de 2,90 m, ocultando a cobertura em “shed”. Desta forma a iluminação natural deste ambiente é conseguida por meio de vãos abertos no seu alçado, não interferindo com a sua função graças à peculiaridade da sua organização interna, apresentando uma ilha central como instalação sanitária dos seus utilizadores.

Apresenta-se numa segunda fase os ambientes criados na zona central do edifício desportivo. Pretende-se criar, no espaço compreendido como receção deste edifício, um ambiente acolhedor através da sua materialidade. Define-se assim, a madeira como material predominante no espaço, sendo aplicada de maneira contínua nas paredes e pavimento, perfazendo a altura de 2,90 m coincidente com o seu pé-direito, uma vez que a cobertura em “shed” é omitida. A circulação interna é organizada através de um único elemento - o pilar de forma circular, contrastante com os demais pilares do edifício - encaminhando os utilizadores do espaço na orientação correta, consoante a atividade a ser praticada. Este espaço é delimitado por uma divisão de ripado de madeira na vertical com vidro, permitindo, em simultâneo, o seu encerramento físico e a conexão visual com a restante extensão deste elemento. A zona de repouso desenvolvida é delimitada por paredes de vidro permitindo que o utilizador compreenda todo o edifício de forma contínua, através da conexão visual criada neste momento de relaxamento. Esta apresenta também um foco de luz na sua zona mais afunilada, acentuando a amplitude deste ambiente através da penetração e dissipação da luz no espaço.

A ala húmida ressalta especial atenção para a zona onde se desenvolvem as atividades aquáticas. Esta constitui um espaço singular, idealizado ao pormenor, interagindo diretamente com seus utilizadores de forma a que estes possam compreender-se também como parte integrante deste cenário. Assim, após a análise das valências vinculadas às atividades praticadas neste espaço, projeta-se um ambiente organizado também pela sua estrutura exposta, onde as treliças constituintes da sua cobertura conferem ritmo não só ao espaço mas também às piscinas que este contém, equilibrando-se a elevada altura da estrutura com os profundos tanques criados. Compreendendo que a iluminação zenital é um atributo que adicionaria valor ao espaço criado, abrem-se clarabóias sobre as áreas das piscinas, estrategicamente orientadas a norte, de forma a que a luz seja simultaneamente constante porém ténue e indireta (fig. 47). A zona servidora adjacente apresenta, para além de um grande contraste de escala com a zona servida, um esquema organizacional eficaz que permite a criação de balneários com circulações simples e diretas, sem a presença de portas, conforme se expõe na figura 46. A iluminação natural deste espaço é satisfeita pela abertura de vãos no corredor longitudinal a norte, uma vez que o teto é rebaixado para 2,90 m, omitindo a estrutura presente na cobertura e a entrada e luz zenital.

Com a intenção de conceber um muro que apresentasse um material ténue, capaz de se adaptar esteticamente, formalmente e tecnicamente aos diferentes ambientes que penetra, este é desenvolvido em betão natural desconfrado com ripas de madeira na vertical. Esta textura presente no muro é proveniente da madeira aplicada na zona central, evidenciando uma dicotomia através da memória deste espaço divisor explícita no elemento que conecta o edifício de forma longitudinal.



Fig. 48: Alçado Este segundo

## - fachadas e coberturas

As fachadas do edifício desportivo foram desenvolvidas baseando-se na preexistência, apresentando algumas alterações conforme as funções internas desenvolvidas e a nova composição de alçado apresentada. Desta forma compreende-se necessário realizar o encerramento de alguns vãos preexistentes e a abertura de novos vãos, mais adequados às novas necessidades de iluminação natural no interior do edifício. O cromatismo deste edifício é definido de forma uniforme, apresentando todos os seus alçados na tonalidade branca, em contraste com a preexistência.

Destaca-se o alçado a Norte como o que sofreu maior alteração uma vez que este apresentava uma ampliação posterior à construção do edifício do matadouro. A intervenção propõe, para além da demolição do volume da ampliação, abertura de vãos de forma a iluminar o seu interior. Verifica-se, desta forma, a abertura de duas portas de vidro, laterais ao volume saliente central, destinadas ao acesso público ao edifício. Já nos planos contíguos a este volume, abrem-se vãos para a iluminação dos corredores de acesso aos balneários secos e húmidos, respetivamente.

O alçado que encerra o edifício a Este, coincidente com a parede que define as salas de aulas em grupo, sofre também alterações visíveis no seu cromatismo e abertura de vãos (fig. 48). O grande vão apresentado na sala de bicicletas é reformulado, integrando um conjunto de janelas que demarcam ritmo à fachada e ao interior da sala, iluminando-a e ventilando-a de forma abundante e natural. As restantes salas de aulas de grupo e a enfermaria sofrem também intervenção nas suas paredes exteriores, apresentando assim a abertura de vãos com dupla janela, garantindo também a iluminação e ventilação natural conforme as suas atividades internas exigem. A composição deste alçado é peculiar pela relação que apresenta entre as duas cotas altimétricas internas, nas quais o projeto é desenvolvido. Observa-se, assim, os vãos presentes no acesso secundário, dedicado aos funcionários do edifício, numa cota superior, vencida através das escadas e da rampa também presentes neste alçado. Outro elemento exclusivo, reaproveitado da preexistência, é a cobertura de apoio a este acesso que o emoldura e confere um interessante jogo de luz e sombra sobre o mesmo.

O alçado que apresenta menos alterações em relação à preexistência é o que delimita o edifício a Sul (fig.49). Este é caracterizado pela marcação do ritmo da estrutura e pelo grande volume saliente, correspondente à zona das piscinas. A intervenção proposta baseia-se no encerramento das janelas superiores da zona da sala dos instrutores, criando uma faixa longitudi-

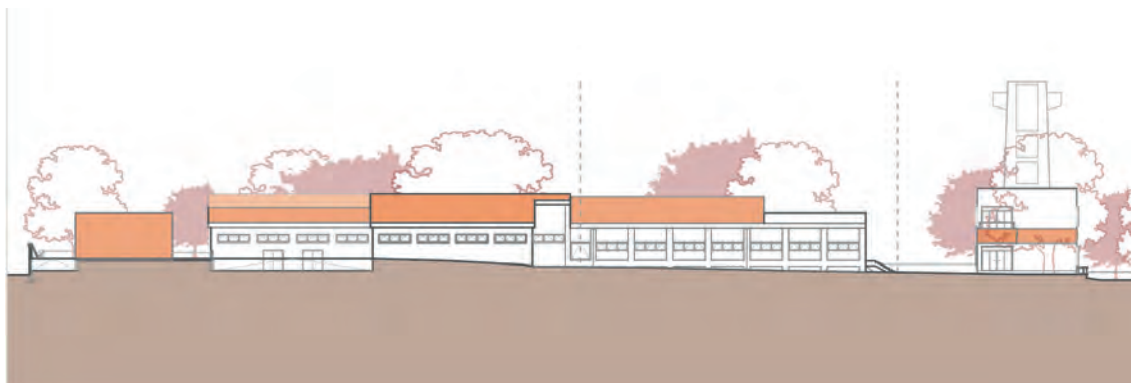


Fig. 49: Alçado Sul

nal de janelas que unifica a zona seca do edifício, estando alinhadas pelo seu topo com a base das janelas da zona húmida. Este alinhamento presente no alçado é evidenciado no interior do edifício, através do conceito da materialidade interna. Todas as janelas presentes nesta fachada são iguais, tendo sido estudado a abertura dos seus vãos de forma a obter uma composição de alçado uniforme e contínua. Estas asseguram a iluminação natural dos espaços internos como também a ventilação adequada aos mesmos. Destaca-se, como a intervenção mais evidente desta fachada, a criação das saídas de emergência, conseguida através da abertura de duas portas de emergência na zona das piscinas.

Por fim apresenta-se o alçado Oeste do edifício, que, devido ao novo programa proposto e ao projeto desenvolvido, não apresenta a mesma força sobre o conjunto da obra, deixando também de apresentar as mesmas funções que desempenhava na preexistência. Opta-se pelo encerramento das janelas preexistentes, impedindo a conexão visual entre o interior e esta zona externa, sendo agora compreendido como uma fachada cega. Desenvolve-se, desta forma, um alçado simples, orientando toda a sua atenção para o elemento de conexão entre a preexistência e a ampliação proposta.

Todas as janelas apresentadas neste edifício seguem o mesmo modelo exposto anteriormente, na abordagem das fachadas do edifício de acesso. Compreende-se assim, que estas são orientadas na vertical e compostas por sistemas de janelas fixas e em bascula. Como exceção estão as janelas presentes na zona de ginásio e de piscinas que apresentam dimensões mais contidas, garantindo um ambiente mais reservado no interior do edifício. As janelas são agrupadas conforme a dimensão necessária para assegurar o bom funcionamento interno da zona onde estão inseridas. Todas janelas apresentam também um aro envolvente em alumínio lacado, saliente 20 cm do limite exterior do edifício, enquadrando-as e enfatizando a importância que estas manifestam sobre as fachadas.

A cobertura deste edifício manifesta-se de diversas formas, relacionando-se com as suas estruturas, conforme abordado anteriormente. Destaca-se assim a cobertura plana com platinbandas, a cobertura em shed e as coberturas de duas águas provenientes das estruturas treliçadas. Com a intenção de desenvolver um projeto coerente, apresentando uma leitura contínua e relacionada entre os seus três elementos, pondera-se qual o carácter e a materialidade aplicada a cada um. Assim, conforme a preexistência, opta-se por aplicar a telha cerâmica na cobertura deste edifício desportivo, relacionando-a com a fachada desenvolvida no edifício de acesso, sendo empregado o mesmo material utilizado na faixa longitudinal deste, a telha cerâmica plana de cor natural.

# SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS

As soluções construtivas presentes na proposta desenvolvem-se em conformidade com as intenções manifestadas no projeto, idealizadas juntamente com a criação dos espaços internos, tendo como base o programa e utilização do equipamento.

No âmbito de desenvolver um projeto exequível e ajustado às suas funções, apresenta-se necessária a análise e compreensão das necessidades que cada espaço apresenta, para, posteriormente, assimilar qual a melhor forma de abordar, desenvolver e aplicar as soluções construtivas que garantam a criação de espaços aprazíveis e confortáveis.

Com este efeito, orienta-se a atenção para as diferentes soluções construtivas e técnicas que interfiram com os ambientes criados, tais como os sistemas de climatização e ventilação artificiais, os sistemas de renovação e tratamento das águas dos tanques, o melhor isolamento térmico associado a cada edifício, como controlar a acústica e a térmica, solucionar o escoamento das águas pluviais, garantir a qualidade das fachadas, desenvolver as zonas de instalações técnicas, definir quais materiais se apresentam mais adequados às modalidades praticadas, como relacionar as diferentes zonas internas garantindo a qualidade individual de cada ambiente e etc.

Desenvolve-se uma abordagem diferenciada entre os dois edifícios preexistentes e o edifício de ampliação, uma vez que, devido às suas características muito díspares, estes apresentam necessidades e tratamentos diferentes, sendo por isso desenvolvidas soluções construtivas também distintas.

## - p r e e x i s t ê n c i a

A preexistência, composta pelo edifício de acesso e o edifício desportivo, apresenta características muito semelhantes entre estes dois volumes. Como estes se apresentavam integrados no antigo complexo industrial do matadouro, revelam, ainda hoje, uma conotação industrial vincada e sistemas construtivos muito similares. Parte-se do princípio que, o projeto de reabilitação desenvolvido, apresenta, genericamente, soluções construtivas muito semelhantes para ambos edifícios, fazendo por isso uma abordagem conjunta. Claro está, que todas as soluções idealizadas apresentam em consideração as particularidades patentes em cada zona, individualmente, manifestando-se também de forma diferente consoante as funções internas.

Apresenta-se assim, como uma questão a ser esclarecida, a forma como será garantida a melhoria da qualidade térmica dos edifícios preexistentes, uma vez que estes não apresentam isolamento térmico adequado às atuais funções do programa desenvolvido. Como forma de suprir esta necessidade, sem depender de área de utilização interna, define-se a aplicação do isolamento térmico pelo exterior dos edifícios - sistema ETICS<sup>[1]</sup> - criando uma “casca” térmica protetora das infraestruturas em questão. Entre outras vantagens, este sistema assegura a redução de pontes térmicas, gastos energéticos e condensação interna; viabiliza a manutenção da inércia térmica interior, promovendo maior conforto térmico no inverno e no verão, aliando-se também à recuperação das fachadas. A qualidade térmica nos dois edifícios é também garantida

---

[1] Sistema de Isolamento Térmico pelo Exterior

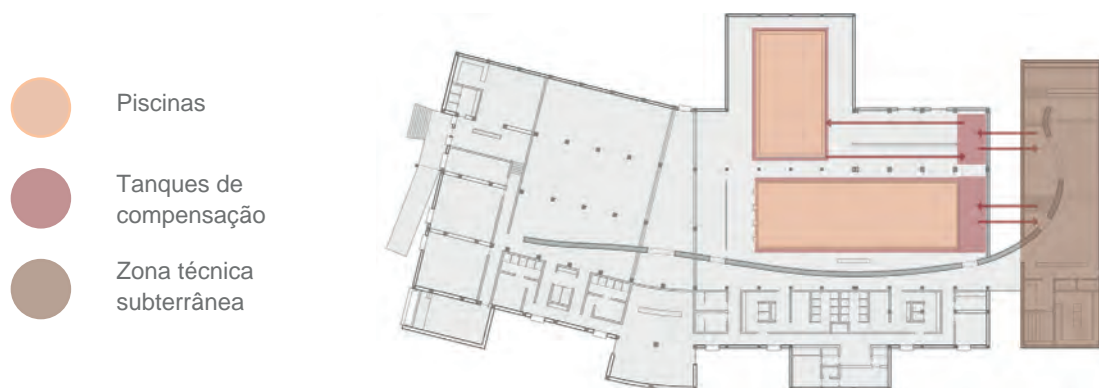


Fig. 50: Esquema sistema de águas das piscinas

pela constituição das coberturas, apresentando sempre uma membrana impermeabilizante e barreira pára-vapor, para além de uma camada de isolamento térmico - XPS<sup>[2]</sup> - aplicado sob a telha.

A qualidade acústica é também considerada na fase de desenvolvimento do projeto, uma vez que se criam espaços que servem ao público, estando sujeitos a ruído, associado às atividades internas. Como forma de amenizá-lo, reduzindo a reverberação no interior dos espaços criados, define-se a implementação de painéis acústicos, aplicando o produto nos tetos falsos e nos tetos das zonas de ginásio e piscina. Nas paredes do edifício desportivo, acima dos 2,90m, são também aplicados painéis acústicos fazendo-se acompanhar de placas de gesso cartonado, adequadas ao ambiente que encerram, sendo estipulada a aplicação de placas hidrófugas em toda zona servidora e de atividade aquática e placas simples nas restantes zonas da preexistência.

A drenagem das águas pluviais acontece de igual modo nos dois edifícios da preexistência. Este, é conseguido através da orientação das águas ao longo de caleiras presentes na cobertura, sendo despejadas nos tubos de queda de alumínio, expostos em projeto.

A qualidade da água dos tanques presentes no edifício desportivo, é também controlada na zona técnica desenvolvida no piso inferior da ampliação. Conforme exposto no esquema da figura 50, esta ligação realiza-se pelo subterrâneo, onde os ductos de circulação da água são distribuídos entre as fundações do edifício preexistente, garantindo o adequado bombeamento desta. Definem-se duas grandes piscinas nas quais são desenvolvidos os sistemas de caleira finlandesa que, juntamente com tanques de compensação adjacentes, possibilitam a filtragem, limpeza, tratamento e bombeamento da água (fig. 50), apoiando-se também na zona técnica criado no piso inferior do edifício de ampliação.

Sendo a ventilação natural dos edifícios assegurada principalmente pelos seus vãos, a qualidade do ar interno é garantida pela implementação de um sistema de ventilação e climatização artificial, assegurando também o conforto térmico nos vários ambientes criados, em ambos edifícios da preexistência. Devido à morfologia dos edifícios e ao programa desenvolvido, compreende-se a existência de diversos ambientes que requerem, por sua vez, um tratamento do ar diferenciado entre si. Com esta intenção definem-se quatro diferentes sistemas de ventilação

[2] Poliestireno Extrudido

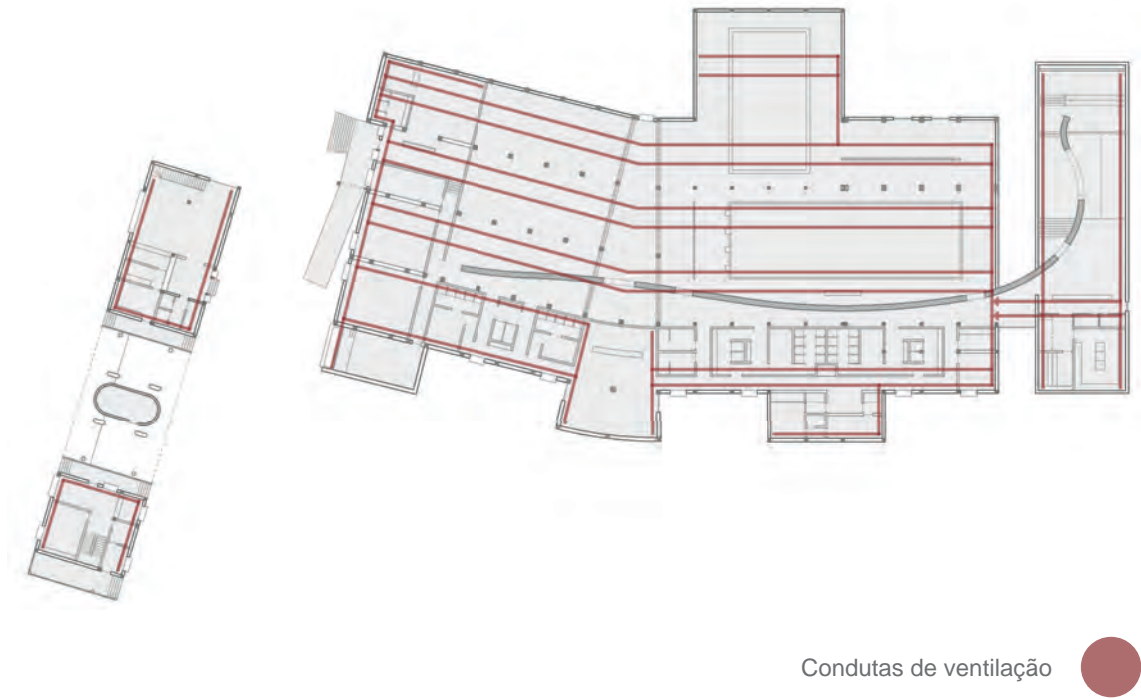


Fig. 51: Esquema sistema de ventilação

artificial, originando também quatro zonas de instalações técnicas de apoio. O edifício de acesso apresenta as suas instalações localizadas sobre as coberturas dos seus dois volumes, alimentando, assim, toda a zona administrativa e a cafeteria, através de ductos criados sobre os tetos falsos. Já o edifício desportivo desenvolve um esquema ramificado de ventilação artificial (fig. 51), estando também suportado por duas zonas de instalações técnicas. A cobertura plana, sobre as salas de aulas de grupo, apresenta-se, desta forma, destinada a uma zona de instalação técnica que apoia toda a ala seca e central deste edifício. Já a ventilação artificial e a qualidade do ar da ala húmida, são asseguradas pela instalação técnica criada sob a ampliação. Os ductos de ventilação são distribuídos pelos espaços, omitidos pelos tetos falsos. Como exceção está a zona servida (zona de piscinas e ginásio), nas quais os ductos são assumidos e distribuídos pelos espaços fazendo-se acompanhar da estrutura existente, na qual são apoiados. Esta intenção projetual associa-se à memória do contexto industrial, desenvolvendo uma composição espacial diferente, através da exposição de ductos como elementos integrantes dos ambientes criados. É de salientar que, para garantir o cumprimento das exigências que asseguram a qualidade do ar interno, toda a zona central se apresenta encerrada com vidro, criando uma antecâmara separadora das alas seca e húmida, onde as zonas de passagem (portas de correr) são acompanhadas por cortinas de ar, assegurando a completa distinção dos dois ambientes. Desta forma respeita-se também a ideia previamente vinculada ao espaço central, assegurando a conexão visual longitudinal de todo o edifício.

## III.IV. AMPLIAÇÃO

Propõe-se a ampliação da infraestrutura já existente, criando assim um novo edifício com a intenção de complementar o projeto de reabilitação, assegurando o correto funcionamento do programa.

Com este propósito, desenvolve-se um projeto de ampliação em simultâneo com o restante projeto de reabilitação, tendo em consideração todas as intenções e ideias projetuais desenvolvidas, projetando-se um novo edifício em conformidade com os demais edifícios preexistentes.

Como exemplo destaca-se o cuidado depositado na formalização física desta nova infraestrutura, criando um edifício sóbrio, não despontando conflitos com as variadas formas dos volumes preexistentes. Desenvolve-se também, com esta mesma ideia, o interior e o exterior do edifício, criando ambientes tranquilos no seu interior e uma “casca” homogênia sobre as suas fachadas. Esta é definida em conformidade com a materialidade exterior presente no restante projeto, compondo uma linguagem contínua de leitura e percepção entre os três volumes.

Já as soluções construtivas definidas para este novo volume não seguiram na totalidade a mesma orientação que as aplicadas na preexistência. Entende-se, por isso, necessário explicar como as resoluções técnicas desta ampliação se comportam.

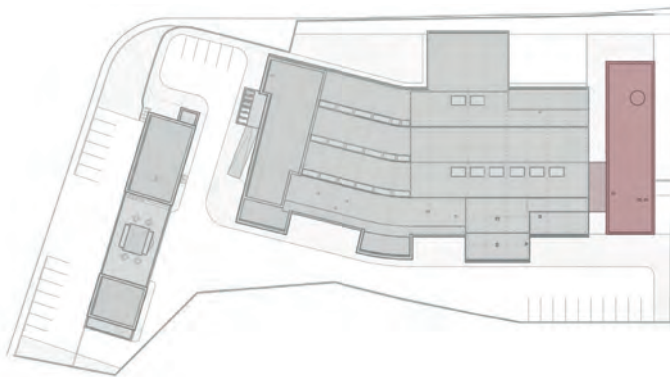


Fig. 52: Planta de implantação da proposta

## EDIFÍCIO DO SPA

Propõe-se a criação de um *Centro de Desporto e Bem-estar* com a intenção de satisfazer as atuais necessidades presentes nesta zona da cidade, originando assim o desenvolvimento de um programa amplo e variado. Ao apropriar-se das infraestruturas preexistentes, verifica-se indispensável a criação de uma ampliação, desenvolvendo assim um complexo de lazer completo e adequado às necessidades locais.

Conforme exposto no desenvolvimento do programa, este apresenta atividades voltadas ao bem-estar dos seus utilizadores, estando por isso vinculadas a um ambiente mais tranquilo e reservado das restantes atividades. Desta forma, compreende-se a necessidade da elaboração de um edifício de carácter diferenciado dos restantes, manifestando uma função díspar e um ambiente antagónico ao demais.

Apresenta-se um terceiro volume implantado no lote do antigo matadouro, sendo este dedicado ao **SPA** (fig. 52), apresentando funções internas relacionadas ao relaxamento, repouso, introspeção e bem-estar dos seus utilizadores. Nesta lógica, desenvolvem-se diferentes zonas internas integradas pela piscina de relaxamento, sauna seca, banho turco e zonas de apoio.

Este volume, no qual se desenvolve uma função distinta das restantes, apresenta-se vinculado à ala húmida do edifício desportivo, usufruindo também da sua zona servidora, de balneários e zona de massagens. Por este motivo e por questões de conforto interno, tendo em atenção a circulação interna, a prática das diversas modalidades que o Centro dispõe, o conforto térmico, a utilização da zona desportiva relacionada com a zona dedicada ao bem-estar e etc., projeta-se, imperativamente, uma conexão física entre a preexistência e o edifício da ampliação.

Este edifício desenvolve-se em dois diferentes níveis, apresentando, para além do piso funcional que contém o SPA, um piso subterrâneo dedicado às instalações técnicas. Estas desenvolvem-se de forma a garantir o correto funcionamento das atividades vinculadas ao SPA e à ala húmida do edifício preexistente. O acesso a esta zona realiza-se através da rampa projetada em toda a lateral do volume.

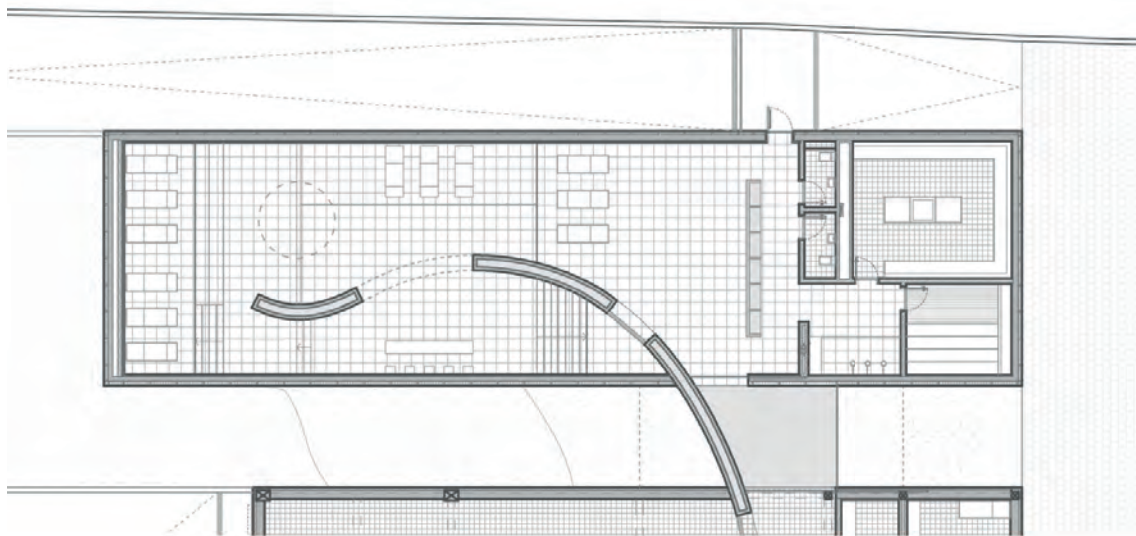


Fig. 53: Planta edifício ampliação

## - forma

Como resposta às necessidades programáticas, cria-se, um volume prismático, de forma purista, distinto dos restantes volumes preexistentes, não competindo com estes.

A compreensão e disposição deste novo volume no terreno, provém das intenções programáticas definidas, relacionando a sua função ao programa apresentado no edifício adjacente. Desenvolve-se um volume morfológicamente simples e independente da preexistência, encerrando o lote a Oeste como um plano de fundo. Cria-se um interstício entre a ampliação e o edifício desportivo, no qual é desenvolvido um elemento de conexão, garantindo a passagem entre estes dois volumes (fig.52).

Observando o conjunto que compõe o novo complexo de lazer, compreende-se que a ampliação desenvolvida se assume como um edifício posterior devido à sua forma, implantação e materialidade, afastando-se fisicamente da preexistência garantindo o adequado funcionamento interno do seu programa.

## - organização interna

A organização interna do edifício da ampliação compreende-se em duas zonas principais: uma dedicada à zona de relaxamento, sendo composta pela piscina de relaxamento e zonas de repouso e outra, de menor escala, integrada pelas instalações da sauna seca e do banho turco. Salienta-se, porém, a existência de zonas de apoio essenciais ao programa, apresentando instalações sanitárias e zona de duches, garantindo o bom desempenho dos tratamentos desenvolvidos (fig. 53).

O muro, desenvolvido no interior do edifício desportivo, é mais uma vez assumido como elemento orientador da circulação interna também na ampliação. Este desempenha agora um papel crucial, sendo o responsável pela conexão existente entre o edifício da preexistência e o novo (fig. 53). Compreende-se desta forma que o muro acompanha os utilizadores ao longo do projeto, sendo parte integrante dos diversos espaços idealizados.

A organização interna da ampliação apresenta-se influenciada também pelo muro que, ao penetrar neste volume, o organiza e cria uma sucessão de zonas confinadas num mesmo ambiente limpo, puro e aprazível. Esta intenção e função associadas ao muro, faz-se notar pelos utilizadores deste espaço, sentindo-o e apropriando-se dele conforme este se manifesta.

O muro acomoda-se, assim, de forma orgânica no interior deste volume, compreendendo e respeitando o programa desenvolvido, deixando-se guiar pelas águas e, num momento final, rendendo-se à beleza da luz natural que se apropria do espaço e escorre pela sua superfície.

Garante-se, como no edifício desportivo, a livre circulação dos utilizadores que apresentam mobilidade condicionada, sendo a ampliação desenvolvida numa só cota e a piscina adaptada ao acesso dos mesmos.

## - e s p a ç o s

A intenção fundamental do projeto do edifício de ampliação, baseia-se na ideia de criar um espaço que apresente uma atmosfera propícia ao relaxamento e introspeção dos seus utilizadores, sendo leve e serena, diferenciando-se dos restantes ambientes agitados desenvolvidos na preexistência. Com esta finalidade, desenvolve-se um espaço voltado apenas para o seu interior, sem nenhuma conexão visual para o exterior, criando um ambiente mais reservado e adequado ao programa.

O único vão presente neste espaço, para além da abertura proveniente da conexão que este estabelece com a preexistência, apresenta-se como uma grande clarabóia circular que, localizada sobre a piscina de relaxamento e o jacuzzi, ilumina naturalmente o ambiente. Compreende-se, portanto, como uma “lanterna” natural que penetra pelo espaço e inunda-o com luz que jorra sobre a ondulação da água, criando assim um interessante jogo de reflexos.

A materialidade comporta-se, novamente, como instrumento de apoio à conceção espacial interna. Com o propósito de que toda esta zona de relaxamento seja compreendida como um só ambiente, implementa-se um revestimento pétreo uniforme em todo o espaço, aplicando-o adequadamente como pavimento contínuo e revestimento das paredes que confinam o mesmo. Realça-se que este é aplicado até a marca dos 2,90 m, coincidindo com a altura do muro, relacionando-se também com a materialidade definida para o edifício desportivo.

A materialidade varia conforme a organização interna exige. Compreende-se, portanto, que a restante zona apresenta uma materialidade distinta, utilizando-se o revestimento cerâmico para as paredes de toda a zona de duches e instalações sanitárias, perfazendo os 2,90m de pé-direito. Já na zona de sauna seca e de banho turco, devido aos atributos vinculados ao programa, emprega-se a madeira e a cerâmica, respectivamente, como materiais de revestimento de todas as suas superfícies internas, apresentando o mesmo pé-direito das zonas de apoio.

O muro desenvolve-se ao longo deste espaço de relaxamento assumindo as mesmas propriedades anteriormente expostas no edifício desportivo. Compreende-se, desta forma, que este elemento orientador e organizador do espaço é concebido num material ténue, adaptando-se aos mais diversos ambientes que atravessa, promovendo a conexão harmoniosa entre estes.

Conforme este se desenvolve no espaço, criam-se zonas de relaxamento moldadas às idealizadas pelos utilizadores, satisfazendo os seus anseios e favorecendo a criação de um espaço genuíno, leve e simples. Desenvolvem-se, neste seguimento, três diferentes zonas no espaço que contém a piscina, uma destinada à um primeiro estágio de relaxamento, outra zona onde os utilizadores apresentam-se submersos na água - com a presença de jacuzzi - e uma última zona de relaxamento posterior à passagem pela água. Os utilizadores deste espaço são privilegiados, podendo usufruir destes três momentos distintos de descontração num ambiente de introspeção.

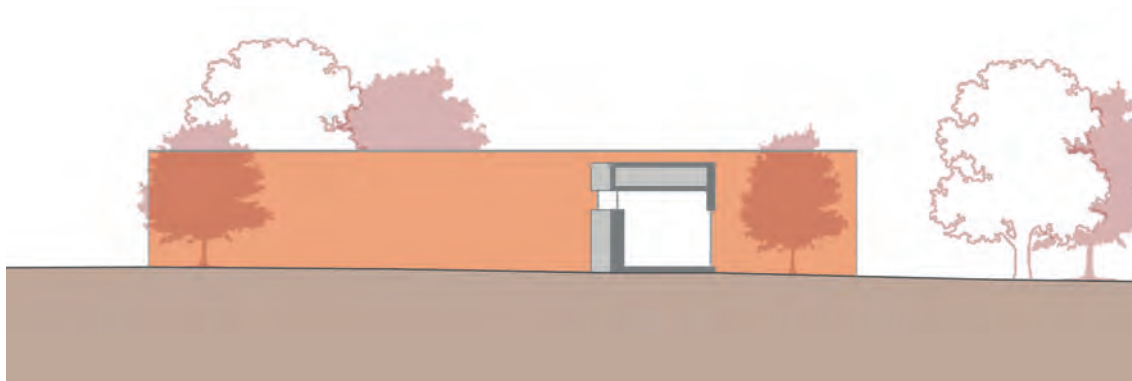


Fig. 54: Esquema corte elemento de conexão

## - elemento de conexão

O elemento de conexão desenvolve-se apoiado no prolongamento do muro já existente no edifício desportivo, que se estende até ao interior da ampliação, sendo assim compreendido como uma peça fundamental para todo o desenvolvimento do projeto. A forma orgânica conferida ao muro flui pelos espaços criando um fio condutor na circulação interna e também interligando a preexistência com a ampliação proposta.

Desta forma, os utilizadores do espaço deixam-se encaminhar pelo movimento do muro, deslizando livremente pela sua forma, penetrando, por fim, num ambiente singular criado no interior da ampliação.

Esta variação espacial manifesta-se sobre os utilizadores, compreendendo e sentindo os espaços de formas distintas. O elemento de conexão desenvolve-se com a intenção de acentuar este contraste entre os ambientes, criando um último momento de contato com o exterior antes dos utilizadores entrarem neste novo espaço de isolamento com a envolvente, rendendo-se a um ambiente de submersão interior e introspeção.

Com este propósito, desenvolve-se uma zona de passagem essencial não só para a livre circulação entre os edifícios, mas também para apaziguar os utilizadores antes de ingressarem num processo de relaxamento. Concebe-se um espaço onde o muro apresenta a mesma materialidade já conhecida, unificando os espaços por onde passa. Este faz-se acompanhar do vidro que, oposto ao elemento opaco do muro, permite a conexão visual com o exterior e a entrada da luz que enobrece este espaço. Na zona superior deste elemento cria-se uma passagem oculta das condutas de ventilação que alimentam toda a ala húmida do edifício desportivo (fig. 54).

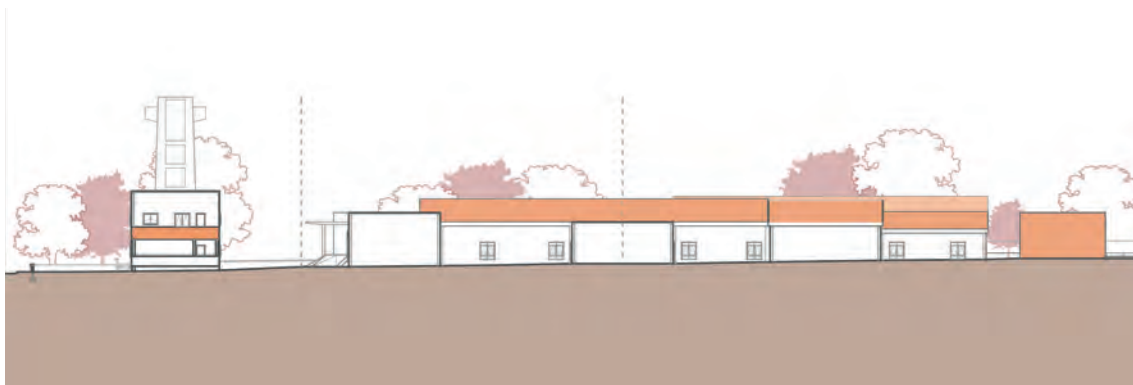


Fig. 55: Fachada Norte da proposta

## - fachadas e cobertura

A ideia base da concepção das fachadas, fundamenta-se na intenção de estabelecer uma ligação entre os três diferentes volumes que compõem o complexo de lazer proposto. Neste segmento, após a compreensão e criação de volumes tão distintos em forma e caráter, conclui-se necessário desenvolver uma maneira de unificar os mesmos, tornando-os parte integrante de um só projeto, com uma imagem coesa e coerente. Destaca-se a materialidade, aplicada aos alçados dos edifícios, como potencial unificadora plástica destes.

Considerando o anterior tratamento estético dos edifícios, desenvolve-se uma proposta que faz alusão ao cromatismo preexistente, adotando uma materialidade que tanto remete ao passado como traz a contemporaneidade, assegurada pela sua nova forma e aplicação. Define-se a telha cerâmica plana, de cor vermelho natural, como protagonista da materialidade externa da proposta, sendo reinventada como revestimento das coberturas e também fachadas, trazendo cor e irreverência à proposta.

A ampliação desenvolve-se com a intenção de rematar o projeto, encerrando o lote a Oeste, através de um volume independente e distinto, em forma e aspeto, dos edifícios preexistentes, definindo um plano de fundo para o projeto. Em consonância com a intenção exposta, este edifício relaciona-se também com os demais através da sua materialidade, conferindo harmonia à proposta.

Não apresentando nenhum vão lateral, o edifício é compreendido como uma peça homogênea graças à sua materialidade uniforme, aplicada em todas as suas fachadas. Estas são revestidas pelo mesmo material aplicada na faixa horizontal que unifica todo o edifício de acesso e também nas diferentes coberturas que confinam o edifício desportivo - a telha cerâmica plana - conforme se observa na figura 55.

A cobertura deste grande volume de ampliação não apresenta a mesma materialidade que as suas fachadas, devido às suas restrições de inclinação mínima para uma correta aplicação do material. Define-se, por isso, a aplicação de lajetas de betão, pigmentadas com a mesma tonalidade das telhas, na sua cobertura.

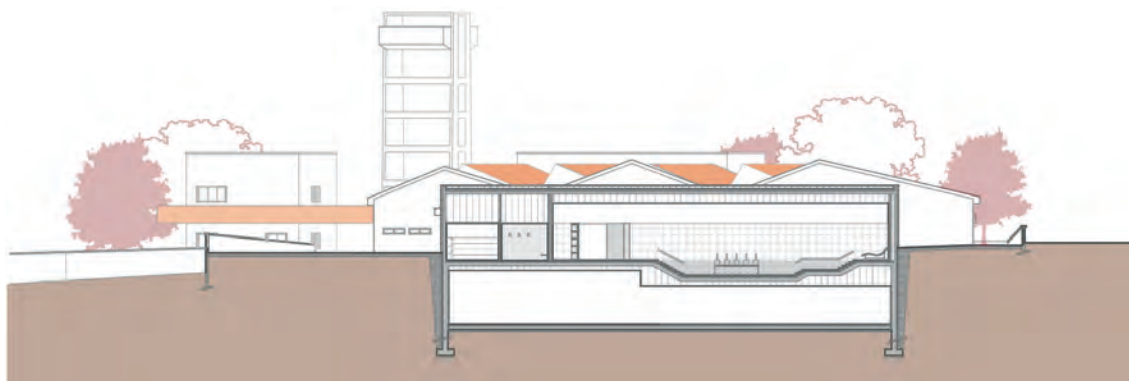


Fig. 56: Corte longitudinal edifício ampliação

## SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS

O edifício de ampliação desenvolve-se totalmente em estrutura de muros e lajes de betão armado, assegurando o bom funcionamento das suas funções internas juntamente com as decisões construtivas definidas ao longo do projeto. As soluções construtivas desenvolvem-se tendo em consideração o programa idealizado, satisfazendo as necessidades que este apresenta. Com a intenção de criar espaços aprazíveis, desenvolvem-se sistemas técnicos adequados a controlar e assegurar o conforto interno do edifício.

Garante-se a qualidade térmica desta infraestrutura através da implementação de isolamento térmico - XPS, 6 cm - pelo exterior da estrutura, estando associado ao sistema de aplicação das telhas planas sobre as fachadas. A cobertura deste edifício garante também o seu bom funcionamento térmico interno, introduzindo uma membrana impermeabilizante e barreira pára-vapor juntamente com uma camada de isolamento térmico.

Implementam-se telhas cerâmicas planas, de cor vermelho natural, nas fachadas deste edifício, colaborando com o isolamento acústico e térmico, apresentando também qualidades relativas à impermeabilidade e resistência mecânica. Estas, devido à presença de frisos duplos na lateral e uma câmara de expansão no topo de cada peça, encaixam-se facilmente entre si, possibilitando uma aplicação com juntas alinhadas ou cruzadas. O projeto desenvolvido propõe a aplicação de telhas com juntas alinhadas, através de uma estrutura de suporte concebida por perfis metálicos, nos quais são fixadas as placas de isolamento térmico, conforme aconselhado.

A qualidade acústica do ambiente interior apresenta-se também como um importante aspeto construtivo no desenvolvimento do projeto, uma vez que deve assegurar a criação de um espaço silencioso, sem interferências sonoras provenientes da sua envolvente ou do edifício adjacente. Com esta intenção destaca-se a utilização de painéis de isolamento acústico constituídos por lã de rocha, polietileno e lâmina asfáltica de alta densidade, garantindo a conceção de um ambiente propício ao relaxamento dos seus utilizadores. Relacionando-se com o programa proposto, define-se a aplicação de painéis acústicos na elaboração dos tetos falsos e nas zonas das paredes superiores aos 2,90m, minimizando a reverberação interna. Estas fazem-se acompanhar por placas de gesso cartonado hidrófugas devido ao carácter húmido destes espaços.

A drenagem das águas pluviais neste edifício soluciona-se, numa primeira fase, pelo escoamento entre as lajetas de betão para uma zona inferior, na qual estas são orientadas através das caleiras. Segue-se, através da criação de um ducto imbutido, presente na zona limitadora do

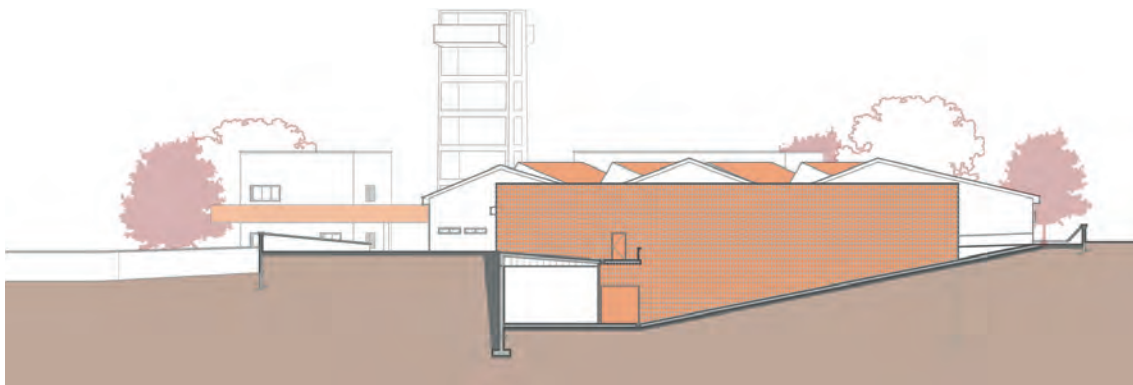


Fig. 57: Alçado oeste edifício ampliação

edifício a Sul, o escoamento da água por meio de tubos de queda que encaminham-na para o exterior do edifício. Assegura-se, deste modo, o escoamento das águas pluviais sem que estas interfiram esteticamente com as fachadas do edifício.

Sendo este um edifício cerrado à sua envolvente, apresenta-se necessário o desenvolvimento de um sistema que garanta a qualidade do ar interno e, conseqüentemente, o conforto térmico aos seus utilizadores. Desta forma, desenvolve-se um sistema artificial de ventilação e climatização, assegurando o funcionamento adequado de cada espaço consoante as valências associadas ao programa desenvolvido. As tubagens responsáveis pela ventilação, provenientes da instalação técnica desenvolvida no piso inferior da infraestrutura (fig.56), vencem o desnível através do ducto criado entre as instalações sanitárias e a zona de banho turco, ramificando-se sobre o teto falso de todo o edifício, sendo omitidos de todos os ambientes internos, criando espaços limpos e leves. O mesmo acontece com a iluminação artificial que serve este edifício, apresentando-se sempre omitida pelo teto falso.

Garante-se também a qualidade da água, utilizada na piscina de relaxamento e jacuzzi, através da zona técnica desenvolvida abaixo destas superfícies. Deste modo é possível assegurar o constante processo de limpeza, filtragem, tratamento e bomboamento da água.

Perante todas as exigências técnicas relacionadas ao programa desenvolvido, propõe-se a criação de uma zona técnica, apresentando nesta todas as condições necessárias ao correto funcionamento dos equipamentos (fig. 56). Desenvolve-se, desta forma, um piso técnico subterrâneo, abaixo de todo o edifício de ampliação, com a intenção de prestar o devido apoio ao piso superior deste edifício, como também à ala húmida do edifício desportivo.

O controlo, manutenção e ventilação desta zona dedicada às instalações técnicas, consegue-se através da criação de uma rampa de acesso (fig. 57). Esta localiza-se ao longo de todo o edifício, encerrando o lote e garantindo o funcionamento adequado dos diferentes equipamentos, não interferindo com o programa desenvolvido.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mesma motivação que outrora movia a autora desta dissertação, ainda no início do seu desenvolvimento, estende-se até ao momento presente, manifestando-se de forma intensa e constante em todas as fases do trabalho. Absorve-se a inspiração necessária para prosseguir cada etapa deste projeto, sempre almejando o desenvolvimento de uma proposta bem fundamentada, que aliasse a funcionalidade, a exequibilidade e a harmonia arquitetónica.

Seguiu-se a elaboração de uma dissertação estruturada, que colmata em si todos os estudos, dados e informações pertinentes ao seu adequado desenvolvimento, assegurando uma abordagem clara e incisiva no seu tema basilar. Desenvolve-se assim um trabalho concebido sobre uma profunda pesquisa, suportado por conceitos e ideias consistentes, comportando-se de forma sensata e coerente.

Desenvolve-se uma dissertação assumidamente prática, não expondo todas as noções adquiridas sobre o seu tema geral - reabilitação do património industrial - exibindo apenas os dados diretamente relacionados com a proposta desenvolvida. Salienta-se, porém, o cumprimento de todas as fases de pesquisa idealizadas, investigando conceitos substanciais, assimilando informações fundamentais e compreendendo noções imprescindíveis para despertar o motor de desenvolvimento de todo o trabalho.

Todo este estágio inicial, onde a autora se deparou com o tema do património industrial, no qual aprofundou conhecimentos, considera-se uma primeira fase de abordagem deste, criando a aproximação suficiente para esta se relacionar de forma natural e confortavelmente com as restantes matérias abordadas.

Nesta fase esclarecem-se, por exemplo, os conceitos de património industrial<sup>[1]</sup> e de arqueologia industrial<sup>[2]</sup>, segundo a Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial

[1] “O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.” - in TICCIH - Carta de Nizhny Tagil sobre património industrial. 2003.

[2] “A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.” - in TICCIH - Carta de Nizhny Tagil sobre o património industrial. 2003.

do TICCH<sup>[3]</sup>. Compreende-se o processo de evolução industrial, ao estudar a sua história dispersa no tempo. Adquirem-se conhecimentos sobre os valores relacionados ao património industrial e quais são as ações desenvolvidas em prol de preservá-lo. Analiza-se o processo de desindustrialização, as suas consequências no tecido urbano e os perigos que este sujeita ao património industrial. Entendem-se as dificuldades de conservação e adaptação destes nos novos contextos que se inserem e especula-se quais os possíveis esforços que podem ser feitos visando a salvaguarda destes, levando à sua reintegração urbana e, conseqüentemente, à regeneração dos tecidos urbanos.

Numa segunda fase de estudos procede-se à análise da tipologia do matadouro, compreendendo a sua evolução histórica, formal, estrutural e funcional. Adquirem-se conhecimentos introduzidos por Tony Garnier sobre a Cidade Industrial<sup>[4]</sup>, explorando a sua proposta do Mercado dos Matadouros de Mouche<sup>[5]</sup> (1909 - 1913). Estudam-se também casos particulares desta tipologia em Portugal, compreendendo o desfecho insólito de muitos destes.

Segue-se para o desenvolvimento de uma terceira fase intimamente relacionada com o caso de estudo proposto, através da pesquisa e análise de outros casos de estudo confrontados em tema, tipologia, função, organização, proposta de intervenção e características formais. Embora não estando referenciados e explorados ao longo da presente dissertação, esta análise foi essencial para a assimilação de conhecimentos mais tarde introduzidos no projeto proposto, constituindo bagagem com instruções essenciais para o seu desenvolvimento.

Foca-se, finalmente, no caso de estudo apresentado na presente dissertação - Matadouro Municipal de Viseu - iniciando assim a apresentação das seguintes fases de trabalho. Deste modo, consegue-se desenvolver um trabalho prático, conforme idealizado inicialmente, apresentando apenas informações úteis e relacionadas com o seu caso de estudo específico, baseando-se intrinsecamente num estudo mais aprofundado do seu tema basilar.

Debruça-se afincadamente sobre a compreensão do complexo industrial que define o caso de estudo. Desenvolve-se uma metodologia contínua e longa de análise do mesmo, absorvendo informações históricas, formais e projetuais. Neste contexto desenvolve-se o processo de levantamento da infraestrutura, contribuindo para a assimilação de novas técnicas e métodos relacionados. Visando a valorização e revitalização sustentável deste património industrial, compreende-se que *“um programa de revitalização deverá ter em consideração as várias necessidades das populações e também das suas expectativas”*<sup>[6]</sup>, elaborando-se assim uma análise de toda a sua área envolvente, sendo assencial para a progressão do programa proposto.

---

[3] O TICCIH - The International Committee for Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial) é a organização mundial consagrada ao património industrial. O texto desta Carta sobre o Património Industrial foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembleia Geral do TICCIH, de carácter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil em 17 de julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO.

[4] O plano da cidade industrial, por Tony Garnier, terminado em 1901, foi o primeiro manifesto do urbanismo progressista, criado pelos membros da CIAM ( Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) No projeto da cidade há uma separação de funções: trabalho, habitação, lazer e saúde.

[5] O grande Mercado dos Matadouros de Mouche, projetado por Tony Garnier e inaugurado em 1914, foi submetido a um processo de reabilitação, transformando-se num centro de trocas e de espetáculos vivo e atraente.

[6] Matos, A. C.; Ribeiro, I. M.; Santos, M. L. (2003). “Intervir no Património Industrial: das Experiências Realizadas às Novas Perspectivas de Valorização”: actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”. Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria.

Compreende-se a “*adaptação do edifício (contendor) a um programa (conteúdo)*”<sup>[1]</sup> como o primeiro passo em sentido à proposta de reabilitação da infraestrutura industrial em destaque, pretendendo “*reintroduzir um monumento desafectado no circuito das utilizações vivas*”<sup>[2]</sup> através da sua reintegração urbana.

Desenvolve-se um processo de trabalho enriquecedor, adquirindo conhecimentos relevantes em diversas áreas, desde a abordagem de ideias transversais a projetos de reabilitação, passando pela elaboração de novos espaços aprazíveis ao novo programa, até à escala do detalhe, definindo pormenores construtivos relacionados aos ambientes criados.

Conclui-se que a elaboração de toda a dissertação vai de encontro com os propósitos inicialmente expostos, cumprindo os objetivos definidos ainda na introdução, nunca se desvinculando da intenção de “*documentar e interpretar uma história, uma parte que consideramos importante de um passado arquitectónico recente, que constitua um instrumento para o seu melhor conhecimento e valorização cultural, porventura também um apoio à necessária reflexão e tomada de decisões acerca do papel que estas instalações industriais podem chegar a desempenhar num futuro imediato, se assim se julgasse conveniente*”.<sup>[3]</sup> Este desejo é alcançado e desenvolvido através da proposta de valorização e reabilitação do antigo complexo industrial, ressurgindo como motor de desenvolvimento da zona Nordeste de Viseu, tornando-a autónoma e satisfazendo muitas das necessidades evidentes na mesma.

Após todo o processo desenvolvido, exprime-se a ânsia de que este projeto ganhe forma e vida, podendo sair do papel, cumprindo assim o seu papel social almejado. Uma vez que o projeto se apresenta desenvolvido sobre alicerces profundos e consolidados, compreende-se que o reaproveitamento da infraestrutura é plausível de se tornar uma realidade, de forma a livrá-la do seu lamentável e penoso desfecho compreendida como uma fúnebre demolição.

Realça-se, por fim, a profunda evolução pessoal sentida pela autora ao longo do desenvolvimento da dissertação. Esta apresenta-se como estimuladora da curiosidade, impulsionadora da superação de antigos limites pessoais, levando ao confronto de certos medos e ânsias e também como promotora da aquisição de inúmeros conhecimentos. Afirma-se, desta forma, a elaboração de uma dissertação que confidencia resiliência, paciência, determinação e paixão em cada passo percorrido até se obter o resultado final, alcançando os objetivos estipulados.

Considera-se por fim que a presente dissertação, desenvolvida para a obtenção do grau de mestre em arquitetura, relaciona-se de forma direta a uma nova fase de aprendizado. Através deste trabalho, a autora exprime ideais e intenções arquitetónicas, absorvendo temas que espelham o seu interesse e a sua paixão pessoal.

Entende-se, portanto, que esta definição de fim de um ciclo académico, marcado pela elaboração deste trabalho, nada mais é que o primeiro passo sobre terrenos desconhecidos, porém férteis que inundam a mente da autora de motivação, cultivando a sua predisposição em desenvolver sempre um trabalho coerente e fundamentado.

---

[1] Domingues, A. (2003). “Património Industrial e Requalificação Urbana”: actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”. Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria.

[2] Choay, F. (2018). Alegoria do património. Lisboa: Edições 70, p.233.

[3] Braña, C. G. (2005). “Indústria e Arquitectura Moderna em Espanha, 1925 - 1965” in A arquitectura da indústria, 1925 - 1965 Registo DOCOMOMO Ibérico. Barcelona: Fundação DOCOMOMO Ibérico.



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Lusa (2013). Almeida Henriques defende construção de matadouro de Viseu. Porto Canal. [online] Disponível em: <http://portocanal.sapo.pt/noticia/5945> [Acedido em 27 Maio 2017].

Almeida, S. (2015). ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO - OS EQUIPAMENTOS COLETIVOS NO DESENHO URBANO: O CASO DE VISEU – DO SÉCULO XX ATÉ ÀS EXPANSÕES MAIS RECENTES. Mestre. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Arquivo Municipal de Viseu, EDOC/2017/16956

Benevolo, L. (2006). A cidade e o arquitecto. Lisboa: Edições 70.

Braña, C. G. (2005). “Indústria e Arquitectura Moderna em Espanha, 1925 - 1965” in A arquitectura da indústria, 1925 - 1965 Registo DOCOMOMO Ibérico. Barcelona: Fundação DOCOMOMO Ibérico.

Caravana, F. (1959). Ante-projecto do Matadouro Municipal - Memória descritiva e justificativa. Câmara Municipal de Viseu. EDOC/2017/16956.

Choay, F. (2018). Alegoria do património. Lisboa: Edições 70.

Conselho Nacional da Qualidade - Normativa 23/93 CNQ.

Decreto-Lei nº 12115, de 30 de setembro de 2013

Diário Regional de Viseu, (2003). Matadouro de Viseu está a ser investigado pelo Governo. 12/06/2003.

Diário Regional de Viseu (2003). Trabalhadores do Matadouro de Viseu descontentes com transferência para Aveiro. 20/06/2003.

Domingues, A. (2003). “Património Industrial e Requalificação Urbana”: actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”. Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria.

Fonseca, J. (2003). Autarquia de Viseu deve envolver-se na construção do novo Matadouro. Diário Regional de Viseu, 12/06/2003.

Fonseca, J. (2003). Hoje é o último dia do matadouro. Diário Regional de Viseu,

18/06/2003.

Gazeta da Beira, (2003). Voltamos ao encerramento do matadouro de Viseu. 12/06/2003.

Jornal de Viseu. (1966). Sede bem-vindo, Senhor Ministro. 03/12/1966.

Jornal de Viseu. (1966). No Matadouro - uma obra monumental. 03/12/1996.

Jornal da Beira. (1966). Em Viseu O Sr. Ministro das Obras Públicas. 08/12/1966.

Lusa (2015). Processo dos matadouros de Aveiro e Viseu volta à fase de instrução. País ao Minuto. [online] Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/pais/492809/processo-dos-matadouros-de-aveiro-e-viseu-volta-a-fase-de-instrucao> [Acedido em 27 Maio 2017].

Major, A. (2012). Viseu eleita a melhor cidade do país para viver. Jornal de Negócios. [online] Disponível em: [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/viseu\\_eleita\\_a\\_melhor\\_cidade\\_do\\_paiacutes\\_para\\_viver](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/viseu_eleita_a_melhor_cidade_do_paiacutes_para_viver) [Acedido em 05 junho 2017].

Matos, A. C.; Ribeiro, I. M.; Santos, M. L. (2003). "Intervir no Património Industrial: das Experiências Realizadas às Novas Perspectivas de Valorização": actas do Colóquio de Museologia Industrial "Reconversão e Musealização de Espaços Industriais". Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria.

Município de Viseu (2015). PLANO ESTRATÉGICO de Desenvolvimento Urbano de Viseu 2020. Viseu.

Notícias de Viseu, (2003). Matadouro de Viseu não reúne condições para laborar. 05/06/2003.

Orfeão de Viseu. (2018). Nota histórica. [online] Disponível em <http://www.orfeodeviseu.com/historia/info/15> {Acedido em 10 maio 2018}

Pereira, A. (1966). O Matadouro Municipal. Jornal de Viseu, 07/12/1966.

Portal Cidade Viseu. (2009). Nova sede do Orfeão de Viseu será no antigo matadouro. [online] Disponível em: <http://www.cidadeviseu.com/noticias-viseu/558-nova-sede-do-orfeao-de-viseu-sera-no-antigo-matadouro> [Acedido em 29 maio 2017].

Portaria que aprova o Regulamento Técnico das Instalações Desportivas (RTID) - Divisão de Infraestruturas Desportivas (DIED), artigos 13º e 19º.

Regulamento Geral da Federação Portuguesa de Natação, artigos artigos 108º, 109º, 110º, 111º, 112º e 116º

Regulamento Técnico-sanitário de Piscinas de Uso Público, artigo 8

Rodrigues, M. (2004). Ainda (e sempre) a (re)abertura do Matadouro de Viseu. Público. [online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2004/04/03/jornal/ainda-e-sempre--a-reabertura-do-matadouro-de-viseu-186448> [Acedido em 22 Maio 2017].

Seia de Matos (2003). Criadores de gado e Fernando Ruas vão debater velho e novo Matadouro. Diário Regional de Viseu. 20/06/2003

Seia de Matos (2003). Encerramento do Matadouro de Viseu vai fazer correr ainda... muita tinta. Diário Regional de Viseu. 25/06/2003.

TICCIH. (2003) Carta de Nizhny Tagil sobre património industrial.

## OUTRAS REFERÊNCIAS CONSULTADAS

Costa, T. (2011). Património Industrial Português da época do Movimento Moderno, das experiências modernistas às novas necessidades contemporâneas. Mestre. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Custódia, J. (2005). A indústria portuguesa do Movimento Moderno (1825 - 1965). In A arquitectura da indústria, 1925 - 1965. Barcelona: Fundação DOCOMOMO Ibérico.

Fernandes, J. M. (2003). Arquitectura e indústria em Portugal no século XX. Lisboa: Sécil.

Vargues, M. (2013). O Matadouro como criação moderna: novos destinos para o caso português. Mestre. Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

Zamora, M.; Quinzanos, P.; Hernando, A. (2005). Memoria histórica para el proyecto de Rehabilitación del Antiguo Matadero Municipal de MADRID - el sector meridional. Madrid: Servicio Historico Fundación COAM.



- Jornal de Viseu, 03 de dezembro de 1966. Cedido pela Biblioteca Municipal de Viseu.

# JORNAL DE VISEU

Avanço

Composição e Impressão: EDEN GRÁFICO, LDA. — Telef. 22488 — VISEU

BISSEMANARIO  
Número Avulso 1500

Propriedade da  
C. D. U. N. de Viseu

Redacção e Administração  
Avenida 28 de Maio, 59 — Telef. 22405

Director e Editor  
ARMANDO DOS SANTOS PEREIRA

Administrador  
REINALDO CARDOSO CORREIA

ANO XXXI — 1.900  
Sábado, 3 de Dezembro de 1966

---

## Sede bem-vindo, Senhor Ministro

**VISEU**, esta cidade maravilhosa, cujo remocimento tão bem se harmonia com a vetustez do venerando burgo medieval, vai, a partir de hoje, usufruir mais dois melhoramentos, embora diferentes nas finalidades e nas proporções, mas ambos muito importantes.

São eles um Edifício Escolar de quatro salas e o Matadouro Municipal.

O primeiro ergue-se no topo da Avenida Infante D. Henrique e vai servir as crianças de uma grande zona da cidade. Em sessão

## Programa da Visita do Sr. Ministro das Obras Públicas

### HOJE EM VISEU

As 15 horas — Recepção a Sua Excelência, na Câmara Municipal.

As 15 e 30 — Inauguração do edifício escolar de 4 salas — Escola Primária de João de Barros.

As 17 horas — Inauguração do Matadouro Municipal.

### AMANHÃ EM LAMEGO

As 10 horas — Recepção a Sua Excelência o Ministro, na Câmara Municipal.

As 10h30 — Inauguração do Parque da Cidade, do Escadório do Santuário da Senhora dos Remédios, do armazém da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e dos novos lavadouros públicos.

## Primeiro de Dezembro

Comemorou-se, anteontem, mais uma data festiva do 1.º de Dezembro, entregues as cerimónias à «Mocidade Portuguesa», conforme a seguir se relata.

Cerimónias simples, mas de alto simbolismo e significado, especialmente para a Juventude de Portugal, chamada já hoje a tarefas da maior responsabilidade. Não há, no sentido das cerimónias, qualquer objectivo contra seja o que for, antes se pretende pôr ante os olhos e à reflexão dos moços o exemplo dos portugueses que, em 1640, como em Ourique, no Salado, em Ormuz, em Diu ou em Maconve, lutaram e sofreram para que a Bandeira das Quinas, ou da Cruz, continuasse a flutuar, alviva e digna, sobre a Terra Portuguesa, livre, una e independente.

«A Mocidade Portuguesa» de Viseu, como em outro lugar se noticia, emprestou às cerimónias um

## A Comemoração do 1.º de Dezembro em Viseu

Como habitualmente, descreveram plenas do significado as comemorações do 1.º de Dezembro, efectuadas nesta cidade por impulso da Mocidade Portuguesa.

Cerca das 10,30 horas começaram a concentrar-se no vetusto Adu da Sé as formações da patriótica organização — Grupos da Castelo dos vários Centros e as Companhias da Milícia. Superprende a «Família» do Centro Escolar n.º 5 (Escola Industrial e Comercial). Foi uma presença simpática e é uma realização plena de mérito.

E, no evocativo Largo, se foram congregando também com o sr. Delegado Distrital, dr. Francisco da Silva Loureiro e outros Dirigentes entre os quais o seu Adjunto, sr. capitão José Gaspar, e o Chefe dos Serviços, Fernando dos Santos; as diversas Autoridades e Entidades. Entre elas estiveram presentes os srs. Presidente da Câmara Municipal, com alguns Vereadores; Vice-Presidente em exercício da Comissão Distrital da U. N., Presidente da Comissão Concelhia do referido Organismo, Comandantes do R. I. 14, da L. P. e da P. S. P.; Rector e Vice-Rector do Liceu, Director da Escola do Magistério Primário,

Director da Escola Industrial e Comercial, Director Escolar, representante do Rector do Seminário e Directores dos Colegios, e reverendos Párocos da Cidade; eng.º Directores da Urbanização e da Direcção de Estradas; eng.º Chefe dos Serviços Florestais; eng.º Delegado da Junta de Colonização Interna, Secretário da Liga dos Combatentes, Comandante dos Bombeiros Municipais; Director do Centro Extra-Escolar n.º 2 e Adjuntos dos vários Centros da cidade e outros Dirigentes. Presente também uma deputação da M. P. F. constituída por algumas filiações, com os guilões, acompanhadas de Dirigentes.

Eram cerca das 11 horas, quando chegou o Chefe do Distrito, sr. eng.º Engrácia Carrilho, a quem foram prestadas as honras devidas.

Momentos depois, foi celebrada na Catedral, a Santa Missa, estando o majestoso templo repleto.

Ao Evangelho, o rev.º Celebrante, sr. cônego dr. Aurélio Esteves Vaz — que é o Assistente Distrital — pronunciou a conciliosa homilia a que, gostosamente, damos total publicidade.

A coadjuvar o rev.º Celebrante,



recente, a Câmara Municipal de Viseu deliberou designá-la por «Escola Primária de João de Barros», em homenagem ao pedagogo, autor da Cartilha para aprender a ler e ao notável cronista da célebre obra «Ásia».

O segundo, conjunto grandioso de edificações, situa-se junto a Travessas de Baixo e é dotado de todas as condições funcionais específicas de instalações desta natureza, não faltando também habilitações para o encaregado e para o director, bem como dependências destinadas aos respectivos serviços administrativos.

*(Continua na últ. pág.)*

### Câmara Municipal de Viseu Convite

A Câmara Municipal de Viseu tem a honra de convidar a população da Cidade a tomar parte nas cerimónias inaugurais da Escola Primária de João de Barros e do novo Matadouro Municipal, respectivamente, pelas 15,30 horas e 17 horas de hoje, que serão precedidas de uma sessão, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 15 horas.

A estas cerimónias digno-se presidir Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Sr. Eng.º Arantes e Oliveira.

Viseu, 3 de Dezembro de 1966.

O PRESIDENTE

Há tempo para tudo, quando sabemos distribuí-lo e aproveitá-lo.

Escreveu um historiador gaulês que Luís XIV, o Rei-Sol, era tão pontual e tão fiel ao cumprimento dos deveres do seu «ofício de Reis», que elaborou um horário para si próprio. E era tão escrupuloso no seu cumprimento que, afirma o mesmo Autor, qualquer pessoa, munida de um relógio e de um calendário, podia, em qualquer ponto do mundo, saber o que Luís XIV fazia a certa hora de determinado dia.

Sejamos também alegres, irreverentes, até, em certa medida, claro, mas habituem-se os jovens a meditar uns momentos em coisas sérias que os transcendem.

S. P.

*(Continuação da últ. pág.)*

# A Visita do Sr. Ministro

(Continuação da 1.ª pág.)

lação Nacional, através de cuja realização estamos a construir o Futuro, salientando as suas duas obras fundamentais: a *Ponte sobre o Tejo* e a *conclusão do Templo de Santa Euzébia*, destinado a *Pantheon Nacional*. Adrede pôs em relevo a colaboração prestimosa que as Câmaras Municipais dão para o progresso dos seus concelhos, afirmando que o Município viseense também muito tem feito em prol da cidade e do concelho.

Ano terminar, o illustre orador reafirmou o seu respeito a S. Ex.ª Rev.ª o sr. Bispo e disse ser com

muita satisfação que o fazia sobre-tudo por ser a primeira vez que tal sucedia, depois que o sr. D. José Pedro da Silva está à frente da Diocese de Viseu.

E ao sr. Presidente da Câmara, o sr. Ministro reiterou os seus propósitos de continuidade do seu patrocínio em ordem à continuidade da valorização de Viseu.

No final das suas palavras, o sr. Ministro foi muito aplaudido e ovacionado, com renovados testemunhos de gratidão dos presentes que não esqueceram o que Sua Excelência tem feito pela cidade e pelo concelho no decurso de mais de uma dúzia de anos.

## Na Escola «João de Barros»

O primeiro acto inaugural foi o do edifício escolar de 4 salas, no Bairro do Massorim, ao qual, com muita justiça, a Câmara Municipal

roicidade de um jovem, inaugurou-se uma Escola ou seja mais uma mansão de Amor e um centro de educação e de iniciação cultural.



O acolhedor edifício da Escola Primária João de Barros.

deliberou designar por Escola «João de Barros», como preito de homenagem ao inspirado pedagogo e notável cronista João de Barros, que, segundo a tradição e de acordo com opiniões fidedignas, é natural de Viseu.

Após o corte da fita simbólica e uma pequenina ter oferecido um ramo de flores ao Sr. Ministro, foi descerada a placa comemorativa em que foi esculpido o nome do patrono da Escola. E depois da bênção lançada pelo Rev.ª Pároco da Freguesia do Coração de Jesus, Sr. Cônego António Freire, às instalações, seguida da visita, foi descerada a lápida de homenagem a um soldado falecido, no Ultramar, em holocausto à Pátria. Presente à cerimónia a viúva, com um filhinho de tenra idade. E como não podia deixar de ser, não faltou uma deputação da Liga dos Combatentes, com a Bandeira.

Foi elevado o número de pessoas que acorreram a este acto, tendo sido dada nota de alacridade e de ternura pelas crianças que, em quantidade, deram à cerimónia o calor humano que merecia, pois, a par da glorificação de um grande das Letras e da homenagem à he-

## No Matadouro — uma obra monumental

À inauguração da Escola seguiu-se a do Matadouro Municipal, magnífico conjunto de edificações, a que soberam dar todas as condições funcionais exigidas em estabelecimentos desta natureza.

O Sr. Ministro convidou o Chefe do Distrito a descerar a lápida comemorativa e o Sr. Bispo a cortar a fita com as cores nacionais. A Bênção foi lançada pelo Sr. D. José Pedro da Silva, acolitado pelo Pároco da Freguesia de S. José, rev.ª cônego Lino de Sousa.

A estes actos seguiu-se uma visita minuciosa e demorada às di-

# JORNAL DE VISEU

## Ainda as Comemorações do DIA DA MOCIDADE O SARAU DE ARTE

Como referimos oportunamente, as festa do «Dia da Mocidade» terminaram com um Sarau de Arte, efectuado no amplo Ginásio do Liceu de Viseu, promovido pela Secção Cultural do C. E. N.º 1 que funciona naquele conceituado instituto de educação.

Ao iniciá-lo um graduado pronunciou breves mas significativas palavras alusivas à efeméride glo-

riosa que se comemorava. E o Grupo Coral do Centro, sob a hábil regência do sr. prof. Santos Nunes interpretou vários números. A assistência premiou com vibrantes salvas de palmas a magnífica audição musical.

Na segunda parte, foi interpretada a peça de José Régio, — «Mário».

E depois do «Momento de Poesia», seguiu-se «Riso» e também um acto variado com o Conjunto Académico «Os Tubarões».

E, depois da representação da peça, em três actos, *Farsa do Mestre Pathelin*, o Sarau teve seu fim com a realização do momento romântico «Do Choupal até à Lapa».

«Jornal de Viseu», que acompanha sempre com o maior entusiasmo as realizações da Juventude, saúda os promotores deste Sarau, fazendo-o com simpatia e amizade.

(Continua na 2.ª pág.)

## Feriado Nacional

Amanhã, Festa da Imaculada Conceição, é Feriado Nacional. Estão, por esse motivo, encerradas todas as actividades.

## Bombeiros Voluntários

CAMPANHA DO ASSOCIADO Está em plena marcha a Campanha do Associado dos Bombeiros Voluntários.

Sabemos — e é com muito prazer que o registamos — que esta campanha tem decorrido com o mais animador êxito.

São já para cima de um cento os novos sócios, inscritos no decurso da mesma campanha.

Mas, ainda, é cedo para que a mesma tenha seu termo. São precisos mais sócios, muitos mais.

Sem eles a benemérita Associação Viseense dos Bombeiros Voluntários, à qual a cidade e a região tantos e valerosos serviços devem, não pode viver.

Que venham mais, muitos mais. Viseu tem justificado orgulho nos seus Voluntários, sempre solícitos, sempre destemidos, sempre abnegados.

Viseu não pode, por tudo, deixar de corresponder ao apelo.

São necessários mais sócios, muitos mais !!

## Festa da Imaculada Conceição

Vai celebrar-se amanhã...

## Os nossos Assinantes

Tivemos o prazer de receber na relação dos nossos prezados assinantes a conceituada Filarmónica de Redes «Império».

Muito gratos, com os votos de muitas prosperidades para a excelente empresa a que também nos legada a artística *Estanarte*.

Também o sr. Mário Duarte Miranda, aluno da Escola do Magistério Primário desta cidade, natural de Tondela desejou que considerássemos nosso assinante.

Fazêmo-lo com muita satisfação e com o testemunho do nosso conhecimento.

## Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses

O nosso estimado amigo, sr. Jorge Marques Novais, foi nomeado Agente Distrital, em Viseu, da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses.

Ao bom amigo, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e felicitações.

## Liceu Feminino de Viseu

Na Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário efectuou-se, no passado dia 30 de Novembro, o Concurso público para adjudicar a empreitada de construção do edifício do Liceu Feminino de Viseu, facto a que oportunamente, nos referimos.

Apresentaram-se três concorrentes, sendo a proposta mais baixa de 17 285 130\$00 e a mais alta de 19 170 000\$00. A base de licitação é de 15 713 000\$00.

Apresentaram-se três concorrentes, sendo a proposta mais baixa de 17 285 130\$00 e a mais alta de 19 170 000\$00. A base de licitação é de 15 713 000\$00.

Apresentaram-se três concorrentes, sendo a proposta mais baixa de 17 285 130\$00 e a mais alta de 19 170 000\$00. A base de licitação é de 15 713 000\$00.

Apresentaram-se três concorrentes, sendo a proposta mais baixa de 17 285 130\$00 e a mais alta de 19 170 000\$00. A base de licitação é de 15 713 000\$00.

## No âmbito das Comemorações do XL Aniversário da Revolução Nacional

Mangualde vai inaugurar, amanhã, mais melhoramento

Concluindo o ciclo festivo, o concelho de Mangualde vai inaugurar amanhã os seguintes melhoramentos:

14 h — Inauguração do Abastecimento de água à Povoação de Banhos de Alcáçache.

15 h — Inauguração de melhoramentos em Quintela.

16 h — Inauguração da Povoação das ruas de Cunha Alta.

16,15 h — Inauguração da Povoação das ruas de Freixoas.

17 h — Inauguração do Abastecimento de água à Vila Mendiz de Tavares.

Importam estes melhoramentos em 1 100 contos.

## Agradecimentos a «Jornal de Viseu»

S. Ex.ª Rev.ª o Sr. Bispo de Viseu teve a cativante gentileza de enviar-nos um cartão de agradecimento pelas referências feitas por «Jornal de Viseu», a propósito de mais um aniversário da sua Sagradação Episcopal.

Ao Venerando Prelado renovamos os nossos respeitosos e filiais cumprimentos.

— Do sr. Presidente da Câmara

rigido ao nosso Director o seguinte officio de agradecimento:

Não pode este Comando ficar indiferente ao «Apontamento de Abertura do «Jornal de Viseu» de 26 de Novembro passado, em que são feitas referências altamente prestigiosas à acção da G. N. R. em geral e desta Companhia, em particular.

Em cumprimento, pois, de um

# JORNAL DE VISEU

Composição e Impressão:  
EDEN GRÁFICO, LDA. — Telef. 22488 — VISEU

BISSEMANARIO  
Número Avulso 1500

Propriedade da  
C. D. U. N. de Viseu

Redacção e Administração  
Avenida 28 de Maio, 59 — Telef. 224703

Director e Editor  
ARMANDO DOS SANTOS PEREIRA

Administrador  
REINALDO CARDOSO CORREIA

ANO XXXI — 1.801  
Quarta-Feira, 7 de Dezembro de 1966

## SAUDANDO E AGRADECENDO

**H**a onze anos e um mês e cinco dias, neste salão nobre presidida Vossa Excelência à Sessão Inaugural de um conjunto de obras verdadeiramente excepcional, obras que vieram abrir novas perspectivas ao desenvolvimento de Viseu, de tal modo que mantendo-se uma Cidade com Passado, se viu de súbito projectada para o Futuro, no duplo e amplo sentido da palavra.

Fui então testemunha do interesse de Vossa Excelência — direi mesmo — do carinho que dedicou a Viseu, em visitas, sugestões, estudos, apoio técnico e ajuda financeira.

E por isso que será da mais elementar justiça ter hoje palavras de agradecimento, já que de louvar as proferiram os meus ilustres antecessores e esta Câmara houve por bem conceder a Vossa Excelência, além do justo título de cidadania, a sua medalha de ouro.

Senhor Ministro:

Um ilustre antecessor de Vossa Excelência deu consciência das suas capacidades de realização e o elevado número de engenheiros que pelo péis arrancaram para a execução das obras públicas.

As estradas, as pontes, os edifícios escolares, as barragens, os abastecimentos de águas, foram aparecendo com uma naturalidade, uma competência e uma precisão a que não estavam habituados. Primeiro lora a batalha das finanças que Salazar ganhara. Veio depois a das Obras Públicas que Duarte Pacheco comandou. Mas se realizar é uma grande missão do homem, investigar, conceber, planejar, projectar, executar, verificar e normalizar, são missões ainda mais elevadas. Foi assim que tendo Vossa Excelência conhecido as potencialidades dos técnicos portugueses lançou bem fundo as raízes do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que tão grande benefício trouxe à Nação, além do mais pela criação de uma equipa de técnicos, já hoje de projecção internacional.

Felizmente vão sendo cada vez menos os engenheiros rotineiros e a quem o avanço da sua especialidade há muito deixou de interessar.

E natural que um técnico que realiza, que executa, não possa ser simultaneamente um investigador, apto, formado e aperfeiçoado, mas tem de realmente viver os problemas da sua profissão, muito acima do nível de capataz ou encarregado. Tem de subir arrastando os que o cercam em vez de descer até ao seu nível.

O trabalho que V. Ex.ª vem realizando é deveras notável, nomeadamente por ter permitido uma elevação do mérito da engenharia nacional e tem a sua máxima expressão na obra da Ponte Salazar.

(Continua na 2.ª pág.)

### No âmbito das Comemorações do XL Aniversário da Revolução Nacional Uma grande jornada em Lamego

Como vínhamos noticiando, o concelho de Lamego comemorou, no último domingo, o XL Aniversário da Revolução Nacional.

Presidiu às diversas cerimónias em que se integraram os actos inaugurais de importantes melhoramentos, o sr. Ministro das Obras Públicas, eng.º Arantes e Oliveira e estiveram presentes os srs. Governador Civil,

Vice-Presidente da Comissão Distrital da U. N. e outras categorizadas individualidades.

Foi uma memorável jornada que o concelho de Lamego viveu a juntar aos dias grandes da sua História — vèlhinha de séculos.

No próximo número daremos ao acontecimento o relevo que merece.

## A Visita do Sr. Ministro das Obras Públicas

Inaugurados a Escola João de Barros e o Matadouro Municipal

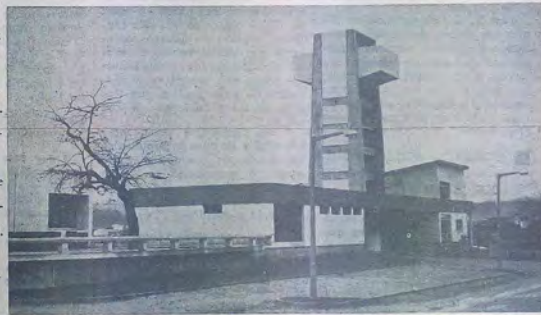
Viseu recebe sempre com o maior júbilo e a transbordar de sentimentos de gratidão o sr. Ministro das Obras Públicas, eng.º Arantes e Oliveira. E que a gente da nossa terra não esqueça, jamais pode esquecer, o carinho que, desde os primeiros tempos do seu governo, lhe vem consagrando o grande estadista. Esse carinho tão

eloquentemente objectivado no apoio dado à realização das volumosas obras que, há cerca de 11 anos, abriram novas perspectivas ao progresso da cidade que, desde então, se tem processado em ritmo surpreendente.

Graças a esse reempenho que tão equilibradamente se harmoniza com as características ímpares,

decorrentes da veneranda anciandade, Viseu — embora emantando-se uma Cidade do Passado, se viu, de súbito, projectada para o Futuro, no duplo sentido da palavra». Desse júbilo foi dado testemunho, no último sábado, durante a visita que o sr. eng.º Arantes e Oliveira fez à nossa cidade que também é sua, a fim de inaugurar dois importantes melhoramentos.

O Matadouro Municipal, magnífico conjunto de instalações, dotadas de todas as condições funcionais.



### A recepção e a sessão de boas-vindas

Eram cerca das 15 horas, quando o sr. Ministro das Obras Públicas, acompanhado pelo Chefe do Distrito, pelo Vice-Presidente da Comissão Distrital da U. N., pelo Presidente da Junta Distrital e pelos comandantes da G. N. R. e da P. S. P. e do seu Secretário, sr. eng.º Castro, chegou aos Paços do Concelho.

Das janelas do edifício pendiam colchas e colgaduras e no Rossão — majestosa Praça, de que tanto se orgulham os viseuenses — aglomeraram-se muitas pessoas, que aclamaram, com entusiasmo, o ilustre visitante. No ar estratejaram as salvas protocolares e a Banda de Paços de Vilharigues tocou a «Maria da Fonte».

A entrada no átrio, o sr. Ministro foi cumprimentado pelo sr. Presidente da Câmara Municipal, eng.º Cunha Mattos, e pelos srs. Vereadores e também pelo Venerando Prelado e por todas as Autoridades distritais e concelhias que ali aguardavam Sua Excelência, não faltando a maioria dos Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito e os Presidentes das Juntas das Freixas do concelho.

No primeiro lanço da escadaria postavam-se os Bombeiros Municipais. E o acesso ao Gabinete da Presidência fez-se, depois, por entre alas de alunas da Escola do Magistério Primário.

Após alguns momentos de descanso, efectuou-se, no Salão Nobre, esplendorosa sessão de boas-vindas.

Presidiu o sr. Ministro, ladeado pelos srs. Governador Civil, eng.º Engrácia Carrilho, Vice-Presidente da Comissão Distrital da U. N., dr. Vaz Pinto, Presidente da Junta Distrital, dr. Correia de Carvalho e Presidente do Município, eng.º Cunha Mattos.

Ao celebrarmos o Passado estamos, de facto, a construir o Futuro

A Vereação tomou lugar ao lado da Presidência.

Ao sr. D. José Pedro da Silva foi reservado lugar especial. E, nas primeiras filas de cadeiras, sentaram-se as mais destacadas Autoridades.

A saudação ao sr. Ministro foi feita pelo sr. Presidente da Câmara, eng.º Cunha Mattos. Depois de também saudar o sr. Bispo, o sr. Governador Civil e as demais entidades presentes, o sr. Presidente pronunciou um esclarecedor discurso a que pela justeza dos seus conceitos e pelo seu poder de informação, publicamos em fundo, para o mesmo remetendo o estimado leitor.

—sublinhou o sr. Ministro o satisfaz, tendo referências especiais para a parte antiga, conjunto magnífico de que poucas cidades podem gozar-se. Fez oportunas e interessantíssimas considerações em torno do notável Plano Comemorativo do 40.º Aniversário da Revolu-

ção do 40.º Aniversário da Revolu-

(Continua na últ. pág.)

# Jornal da Beira

Número 2.356

8-XII-1966

CONDIÇÕES DE ASSINATURAS (por ano)	
PAÍS ... ..	50\$00
Ultramar ... ..	60\$00
Estrangeiro ... ..	75\$00
Número avulso	1\$00

## TODO O MUNDO É NOTÍCIA...

### DO PAÍS

\* Um pobre velho e sózinho, de há muito mal instalado em barraca de lata, numa das «ilhas» da cidade do Porto, jogou na lotaria e saiu-lhe a «sorte grande»: 200 contos!... Pais logo pegou em 75 deles e foi dá-los à paróquia de Cedofeita, ele que não é homem de missa, como o Pároco esclareceu, ao anunciar do altar esta oferta...

O Jornal «Correio de Coimbra» comentou, e nós com ele: — grandes coisas há-de ir fazendo a paróquia de Cedofeita, para merecer um tal gesto de um pobre!...

\* A desgraça bateu à porta do laureado «Benfica». Quando alguns dos seus jogadores tomavam banho numa das piscinas do Clube, depois de uma sessão de pre-

### Curso de Cristandade

Iniciou-se ontem e prolonga-se até sábado próximo o 10.º Curso de Cristandade para homens, nesta Diocese.

Como já está a constituir tradição, a nossa Catedral viverá, na noite de sábado para domingo, horas de intensa espiritualidade, com a vibrante Hora Apostólica e Missa do encerramento a começar cerca da meia noite do próximo dia 10.

paração desportiva, sofreram violenta descarga elétrica, provocada pela má instalação da aparelhagem que aquecia a água. Todas as vítimas, entre as quais se contava Eusebio, recuperaram, menos o indito Luciano que foi retirado da piscina já sem vida.

\* Mais um desastre mortal de viação, às portas de Viseu. Uma furgoneta que distribuía peixe, ao regressar do Sátão a Tondela, despencou-se por uma ribanceira. Morreu o condutor que vinha acompanhado da esposa.

### DO ESTRANGEIRO

NA RODESIA — O Chefe do governo rodesiano Ian Smith disse redondamente «não» às propostas do governo de Londres, para a solução do problema da independência da Rodésia. Em face desta resposta sacudida, o Sr. Wilson pediu a convocação do Conselho de Segurança da ONU, para o ajudar a chorar o seu desaire...

MÉDIO ORIENTE — Parece que acalmou a borbulha da guerra, entre os povos acriançados daquele xadrez mal composto... Israel está duro. A Jordânia está com medo dos «irmãos árabes». E o paspalhão do Egipto lá está... para as levar! E bem as merece...

VIETNAM — Escutando o sincero e angustiante apelo do Papa, vai haver tréguas de 48 horas, pelo Natal. Que pena que estes dois dias não sejam tão grandes como todo o ano...

### Documentário

Vasto documentário da actividade desenvolvida pelo ateísmo no Mundo, designadamente nos últimos cinquenta anos, bem como das perseguições e do martírio a que a Igreja e os fiéis têm sido submetidos na União Soviética e noutros países dominados por regimes ateus, constitui a exposição aberta em Roma, junto à Igreja de Santa Lola, por iniciativa do Padre Domenico Chianella.

Numerosos elementos do Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé figuram entre a multidão de visitantes que acorreram àquela exposição.

### Adoração Nocturna nos Lares Reunião Diocesana

Vai realizar-se em Viseu, na Igreja dos Terceiros, a reunião diocesana anual da Obra da Adoração Nocturna nos Lares.

Obra fundada em Portugal e por esse mundo além, pelo Padre Matéo Crawlay, o ardoroso apóstolo do Coração de Jesus, da Congregação dos Sagrados Corações, em breve apañou-se a piedade cristã da cidade, e a bem dizer de toda a Diocese.

Alguém escreveu, há pouco tempo: «Com experiência própria, posso afirmar que os Sagrados Corações me têm ajudado tanto, através das minhas adorações nocturnas»

(Continua na 6.ª pág.)

### Governador Civil

A convite do Sr. Ministro das Obras Públicas, deslocou-se a Lisboa o Sr. Governador Civil, Sr. Manuel Carrilho, a fim de tomar parte nas cerimónias de inauguração do Templo de Santa Espiridiana, destinado a Panteão Nacional.

### Leos de Versalhes...

## Ainda a Emigração Portuguesa... PROBLEMA DA NAÇÃO

Os portugueses franceses, em os últimos capítulos para emigração clandestina. Existe um acordo franco-português sobre contratos de trabalho que não tem sido respeitado. Bem parece que os acordos internacionais são letra morta ou de pouco valor. Se não se fizerem documentos aqueles que sem eles chegam, nunca teríamos chegado a tão lastimoso ponto de tal emigração descontrolada. Se, de antemão, soubessem não lhes ser possível obter esses documentos, quem é que vinha? Porque precisam de mão de obra e dessa maneira a têm barata, dão papéis a toda a gente, não olhando em que condições

Quixiamos depois dos problemas que daí nasceram; quem serão os culpados? Estará o nosso Governo em condições para urgir o cumprimento desse acordo? Precisamos de divisas estrangeiras. Porém, não estaremos a perder o nosso pelo alheio? Tantos braços não nos faltarão, já hoje e sobretudo amanhã?

Todo o homem tem direito a emigrar, a partir, à procura de melhores condições de vida, dir-me-ão. Não será possível fazer mais pela agricultura, para melhorar a sua situação, evitando que esses homens vão buscar fora o que certamente poderiam encontrar em casa?

Não será possível evitar que o lavrador vindo e ganha entre 1500 e 1550 o litro para o consumidor o pagar a 3550 e a 4500?

Ainda há gente a mais a trabalhar na agricultura, e verdade, mas amanhã, a não ser que as coisas venham a ser orientadas e concertadas, não haverá, nalgumas regiões, quem dela se ocupe. Será que dessa maneira o tal emparelhamento virá a ser uma realidade e que a máquina solucionará a crise? Ou qual que sim.

Compreendo que não há de ser fácil achar de repente uma solução. Mas há que enfrentar-se a fundo. Esgotem-se todos os recursos para melhorar a vida da nossa gente.

Realizado esse plano, se ainda temos excedente de mão de obra, então que saiam, mas com alguma preparação profissional.

A propósito de maior atenção à Lavoura, daqui saúdo, com a palavra «bem-vindas», as últimas decisões tomadas pelo Governo, fazendo votos para que sejam eficazes na conjuntura presente e que sejam tomadas medidas para acabar com as anomalias de que atrás falei.

Outra coisa a lembrar é o uso dos meios de informação: imprensa

### NO R. I. 14

### JURAMENTO DE BANDEIRA

Com o programa já habitual, vai realizar-se no próximo Domingo, 11 do corrente, a cerimónia do Juramento de Bandeira da última Escola de Recruta deste ano.

Depois da homenagem aos mortos do Regimento, pelas 9,30 horas, haverá Missa campal, juramento dos novos recrutas e desfile pela cidade.

em salão. Já as palestras através do país, sobre o que é a vida dos emigrantes, os seus problemas e dificuldades. Seria injusto se não dissesse que, neste sector, muito se tem feito. Contudo, aparecem tantos a dizer que, se soubessem o que isto é, nunca teriam vindo que será necessário insistir mais e mais. Que todos saibam, antes que a amarga experiência lhes venha dizer, que em França não há nenhuma árvore das patacas. O que há é trabalho duro e mal remunerado, tantas vezes.

Finalmente não sei se as autoridades policiais terão feito tudo para acabar com essa candonga infame dos enganadores, que arrancam a camisa aqueles que simplesmente se deixam adormecer por várias promessas e ilusões. Talvez algumas malhas da lei estejam rotas e precisem de conserto.

Mudando um pouco de perspectiva, exploremos agora as condições do terreno que essa gente tem encontrado e quais as ajudas que tem recebido.

(Continua na 3.ª pág.)

## IMPORTANTE UNIDADE INDUSTRIAL

O Ex.º Director Geral dos Serviços Industriais, em representação do Secretário de Estado da Indústria, presidiu à cerimónia da inauguração solene, com a presença das Autoridades e da Imprensa, da produção normal, em série, das «Scoters CARINA S 170».

A nova unidade industrial fica situada junto à estrada de Tabueiro — Aveiro.

De registar, o facto de ser esta a primeira fábrica, em Portugal, a produzir estes veículos utilitários.

Para se fazer uma ideia da importância das novas instalações, bastará dizer que ali foram investidos cerca de 100.000 contos. A mão de obra, a par da mais moderna maquinaria, absorve, presentemente, mais de 600 operários.

Trata-se, sem dúvida, de um arrojado empreendimento, que é um valioso contributo para a industrialização do nosso País.

As mais sinceras felicitações de «Jornal da Beira» para a Firma produtora — Metalúrgica Casal, Sarl, de AVEIRO.

## PROGRAMA Nacional de Vacinações

(Palavras do Ministro da Saúde e Assistência, pronunciadas na R. T. P., no dia 16-11-1966)

«Em conferência de imprensa realizada em Outubro do ano findo, cuja exposição tive oportunidade de ler perante as câmaras da Televisão Portuguesa, fiz a apresentação do programa de vacinações que o Ministério da Saúde e Assistência, nessa ocasião, iniciou, com importante contribuição financeira da Fundação Calouste Gulbenkian, que sempre se tem mostrado fortemente interessada na resolução dos mais importantes problemas da saúde no nosso País.

Volvido um ano sobre o lançamento desse programa, julgo oportuno dar conhecimento público de quanto se fez e dos resulta-

## CATEQUESE CURSO-RETIRO

«Procurem (os Bispos) que esta instrução (catequética) seja dada segundo a ordem e o método que mais convém não só à matéria de que se trata mas também à índole, capacidade, idade e condições de vida dos ouvintes e que se baseie na Sagrada Escritura, na Tradição, na Liturgia, no Magistério e na vida da Igreja.

Procurem, além disso, que os catequistas se preparem devidamente, adquirindo perfeito conhecimento da doutrina da Igreja e aprendendo teórica e praticamente as leis psicológicas e as ciências pedagógicas».

(Decreto sobre o Múnus Pastoral dos Bispos do Concílio Vaticano II, N.º 14).

E para corresponder a esta ordem do Concílio que o Secretariado da Catequese (que é Organismo que o Prelado se serve normalmente para impulsionar, orientar e coordenar o apostolado catequístico no plano diocesano) promove mais um Curso-Retiro a realizar de 13 a 20 do corrente. Este Curso-Retiro — o quinto — tem a particularidade de nele também se ministrarem algumas lições em ordem ao Pré-Catecismo.

As inscrições devem ser comunicadas ao Secretariado imediatamente. S. D.

## EM VISEU O Sr. Ministro das Obras Públicas

Viseu muito deve ao ilustre titular da Pasta das Obras Públicas, Sr. Eng.º Arantes e Oliveira.

Como prova de quanto ele é estimado entre nós, basta citar o inspirado gesto de a nossa Edificação, há anos, o ter declarado «cidadão honorário» desta nossa terra e de o haver distinguido com a medalha de ouro da cidade.

Por estas razões, a vinda a Viseu do Sr. Eng.º Arantes e Oliveira reveste-se sempre de particular entusiasmo e colorido. Assim aconteceu no sábado pretérito, quando Sua Excelência se deslocou até nós, a fim de inaugurar dois importantes melhoramentos.

### RECEPÇÃO

Pelas 15 horas, o Ministro chegou aos Paços do Concelho, acompanhado do governador civil, sr. eng.º Engrácia Carrilho, e de outras individualidades.

No átrio do edifício, aguardavam o ilustre visitante o Sr. presidente do Município, com a vere-

ção e todas as entidades oficiais da cidade.

Presente também o sr. Bispo de Viseu, D. José Pedro da Silva, e vários sacerdotes; e, ainda, a maioria dos presidentes das Câmaras Municipais do distrito.

Na majestosa praça fronteira aos Paços do Concelho, aglomerou-se grande multidão que aclamou delirantemente o ministro das Obras Públicas.

Os bombeiros municipais prestaram guarda de honra; e, no acesso ao gabinete da presidência, o ministro passou entre alas de alunos da Escola do Magistério Primário de Viseu.

Momentos depois, efectuou-se, no salão nobre, uma sessão de boas-vindas, a que presidiu o Ministro, ladeado pelo chefe do distrito e pelos presidentes da Câmara Municipal, da Junta Distrital e da Comissão Distrital da U. N.

O Sr. Bispo de Viseu ocupava lugar especial.

Aberta a sessão, o Ministro foi saudado pelo presidente do Município, Sr. eng.º Leopoldo da Silva Cunha Mattos.

No seu discurso, o orador histórico a construção das obras a inaugurar e, quanto ao matadouro municipal, acentuou as características do funcionamento.

O Ministro, ao agradecer, saudou o Sr. Bispo e mais entidades presentes, tecendo um hino de louvor à cidade de Viseu, de que muito gosta, e referiu-se ao notável plano comemorativo do 40.º ano da Revolução Nacional, pondo em relevo as suas principais obras: a Ponte Salazar e o Panteão Nacional.

Terminou fazendo encómios à acção da Câmara Municipal de Viseu, desenvolvida em ordem ao progresso da cidade e do concelho.

### NOVO EDIFÍCIO ESCOLAR

Após a sessão, foi inaugurado

(Continua na 3.ª pág.)

Publicidade: Telefone 232000030  
Redacção: Telefone 232000031

Director: Adriano Callé Lucas

4 de Junho de 2003 - QUARTA-FEIRA  
Preço: 0,60 € Inclui IVA de 5%

Este jornal foi impresso na FIG

Telef: 239499922  
Fax: 239499981  
Email: fig@fig.pt

Publicação final da Câmara do G8  
Grandes temas internacionais em revista  
Última página

biotecna@aldev

# Diário Regional Viseu

## Leal substituiu Caetano no comando do Académico

Leal é o novo treinador do Académico de Viseu, depois de Caetano ter sido chamado a integrar a equipa técnica do Sporting. A assinatura do contrato durante uma época com a SAD foi ontem à tarde.

Pág. 9



## Plenário de ontem só reuniu cerca de 100 participantes

## Criadores de gado adiam para a semana discussão sobre o futuro do Matadouro



Os criadores de gado da região de Viseu decidiram ontem em plenário voltarem a reunir-se na próxima quarta-feira para discutirem o futuro do Matadouro.

### Roubado há cerca de um mês GNR recupera diverso material explosivo

Pág. 3

Viseu  
**Manuel Teodósio vai coordenar Centro de Emprego**

Pág. 3

Prevenir acidentes e sensibilizar banhistas  
**Mergulhadores dos bombeiros vão patrulhar praias fluviais**

Pág. 4

Guarda  
**Detido suspeito de ter assassinado amigo com faca**

Pág. 5

## DESPORTO

3.ª Divisão Nacional  
**Equipas da região com plantéis quase decididos**

Pág. 10

Plenário de ontem só reuniu cerca de 100 participantes

## Criadores de gado adiam para quarta-feira discussão sobre o futuro do Matadouro

Os criadores de gado da região de Viseu decidiram ontem em plenário voltar a reunir-se na próxima quarta-feira para discutirem o futuro do Matadouro de Viseu, cujo encerramento está anunciado para meados de Junho. Um encontro onde é esperado um maior número de participantes

SR

**C**erca de uma centena de criadores, produtores e talhantes, Reunidos ontem no parque da Feira do Gado, em Rio de Loba, decidiram que um novo encontro seria marcado para quarta-feira, onde é esperado um maior número de pessoas, permitindo que a Comissão eleita contra o encerramento do Matadouro (e que representa os produtores) continuasse em funcionamento.

Para este plenário foi lançado o repto para que estivesse presente o presidente da Câmara de Viseu que foi ontem um dos principais alvos de críticas pela actual situação. Um desafio ao qual Fernando Ruas diz estar disponível, mas na eventualidade de lhe ser solicitada uma audiência. A ida ao parque da Feira do Gado conforme foi solicitado está fora de questão. «Se for solicitada à Câmara uma reunião, esta poderá realizar-se na sede do município, mas com interlocutores com quem de facto se possa negociar alguma coisa. Agora se esse interlocutores não representarem ninguém não pactuarei com isto», disse o autarca, questionando desta forma a representatividade da Comissão liderada por Álvares de Carvalho, também presidente da Associação de Criadores de Gado da Beira Alta. Em resposta, Álvares de Carvalho referiu: «Ou tem lapsos de memória ou tem alguém que o não informa convenientemente».

### Mobilizar maior número de produtores

O encerramento do Matadouro de Viseu está anunciado para acontecer em meados de



Cerca de 100 participantes estiveram ontem numa espécie de plenário que decorreu na Feira do Gado de Rio de Loba. Em agenda estava a discussão sobre o futuro do Matadouro de Viseu

Junho, por não cumprir com as normas comunitárias de higiene e segurança. Quando se começou a falar desta possibilidade, foi então formada uma comissão que representa os criadores de 11 distritos de Viseu, presidida por Álvares de Carvalho, e que assumiu liderar o processo para a construção de uma nova infraestrutura ou evitar o encerramento da actual. Assim, tem havido contactos com autarquias que se queiram disponibilizar para ajudar neste processo. Também a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural já foi sensibilizada para esta situação.

O plenário de ontem surgiu neste sentido, tendo Álvares de Carvalho solicitado aos criadores presentes para ser encontrada uma solução. «Estamos numa situação em que não temos o apoio da Câmara de Viseu e nem se pode exigir à sociedade "Matadouros da Beira Litoral, AS" - que comprou o património da PEC-Lusa e que abrange os matadouros de Viseu, Aveiro e Coimbra - para que faça as melhorias no matadouro de Viseu», começou por alertar Álvares de Carvalho. Perante este cenário, continuou aquele responsável, «é todo um conjunto de actividades que fica em perigo».

Perante uma plateia que ao início não se demonstrou dis-

posta a falar, Álvares de Carvalho "baixou os braços" e anunciou que assim sendo «a Comissão deixou de ter razão de existir. Mas agora não vão lá para fora dizer que não se fez nada».

Depois de perdida alguma timidez, um dos criadores presentes tomou a palavra para perguntar qual seria a atitude certa a tomar. Em resposta, Álvares de Carvalho não deixou de salientar o facto de ter esperado que houvesse uma mobilização maior por parte dos produtores/criadores no encontro de ontem. «Se a casa estivesse cheia, de certeza que as entidades responsáveis iriam pensar duas vezes». «Nós temos é que ter força e temos o mesmo direito que os outros. Se deram a Aveiro cinco anos para o Matadouro se organizar, nós também temos que ter o mesmo direito. A população da região ainda tem uma palavra a dizer», sustentou aquele responsável.

Na altura, pediu ainda que entre os criadores, produtores, talhantes e comerciantes fosse feito um esforço, no sentido de se obter dinheiro para que fosse constituída uma sociedade e se construísse um matadouro privado. «Se cada produtor desse, por exemplo, 25 euros por cada venda de um animal e se os talhantes também contribuíssem ficaríamos com cerca de

um milhão e duzentos e cinquenta mil euros. Mais os 30 ou 40 por cento de apoio por parte do Estado teríamos dinheiro para construir o matadouro», salientou.

Uma ideia que não agradou a todos, pelo que ficou decidido então a realização de uma nova reunião, mas que contasse com um maior número de participantes, conforme sustentou Amândio Fonseca, um dos presentes e cujo discurso mais aplausos teve.

Os criadores exigiram também a presença do presidente da Câmara de Viseu, que para o encontro de ontem não foi convidado, para ajudar a esclarecer todo o processo. A concluir, Álvares de Carvalho disse esperar que na Quarta-feira «esteja aqui uma grande massa populacional para salvar o matadouro de Viseu», isto enquanto que na plateia alguém dizia «não acredito, não acredito...»

### Tudo pode acabar em Tribunal

O matadouro - propriedade da Sociedade de Matadouros da Beira Litoral, que adquiriu a PEC Lusa em 1999, com o respectivo património que tinha em Coimbra, Aveiro e Viseu - foi vistoriado no final do ano passado por várias entidades, nomeadamente a Direcção Geral de Veterinária, a DRABL, o Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) e a delegação de saúde.

mente a Direcção Geral de Veterinária, a DRABL, o Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) e a delegação de saúde.

No auto da vistoria foi indicado que não havia condições de se poder renovar a licença, devido à deterioração da estrutura do edifício e ao cruzamento de circuitos de laboração.

Já em Junho de 1999 tinham sido detectadas irregularidades, mas «foi-se deixando protelar a situação até que fosse construído um matadouro novo, que inicialmente estava previsto ficar situado entre Aveiro e Viseu», mais concretamente em Vouzela ou Oliveira de Frades, mas que acabou por ser construído na primeira cidade, disse na altura um responsável pela DRABL.

Um grupo de produtores que em 1999 formou uma comissão em defesa do matadouro veio agora afirmar que toda esta situação que envolve a infraestrutura de Viseu ainda diz que muita tinta terá que correr até que tudo fique esclarecido. Ao Diário Regional de Viseu, Celso Mota Faria recordou que em 1999 este grupo arranjou 150 mil, contos «para participar na Sociedade Matadouros da Beira Litoral, mas esse dinheiro foi recusado».

Celso Mota Faria questiona ainda porque é que Álvares de Carvalho, «um dos accionistas na sociedade, na altura não se manifestou contra fazerem o novo matadouro em Aveiro» e sustentou que «todo este processo só terminará pela via judicial», até porque «a empresa Matadouros da Beira Litoral ainda não pagou à PEC os matadouros resultantes da privatização, mas já vendeu o terreno de Coimbra, prepara-se para vender o de Aveiro e quer fazer o mesmo com o de Viseu». «Tudo não passa de interesses imobiliários», disse aquele produtor que recordou ainda que no contrato de venda do matadouro de Viseu existe uma cláusula que afirma «Manter aberto, operacional e activo, o matadouro de Viseu por forma a garantir os abates de gado, pelo menos durante 5 anos a contar da data do contrato de venda (25/03/99)».

# Matadouro de Viseu não reúne condições para laborar

se-á à concentração de gado para abate, que será levado para Aveiro.

Há muito que o processo desta unidade de abate está 'inquinado', situação que se agravou depois do último acto eleitoral para as autarquias. Parece estar subjacente um mal estar entre o actual presidente da Associação de Criadores de Gado da Beira Alta e o próprio presidente da autarquia viseense.

Álvares de Carvalho, presidente da Associação de Criadores de Gado da Beira Alta, que mais tem dado a cara pelo projecto, foi um dos concorrentes derrotados à presidência da autarquia viseense. Fernando Ruas ainda não lhe terá 'perdoado' algumas afirmações produzidas no 'calor' da campanha eleitoral.

Actualmente propriedade da Sociedade de Ma-



tadouras da Beira Litoral, SA, o Matadouro de Viseu não reúne as condições necessárias para poder laborar, de acordo com as medidas comunitárias para o sector.

Admitindo alguma res-

ponsabilidade em todo este processo, os Matadouros do Litoral vão disponibilizar-se para transportar, por sua conta e risco, os animais desta região para Aveiro, onde serão abatidos, voltando a trazer as carcaças para a distribuição.

seria desejável.

Entretanto, os Matadouros do Litoral temem que se abra mais uma porta para o abate clandestino, situação que "queremos evitar", adiantou Ivo Machado.

de uma nova unidade de abate, levou a efeito, na passada Terça-Feira, um encontro onde se procurou analisar todo o projecto.

Álvares de Carvalho pensa que a Câmara Municipal ainda irá ter uma palavra a dizer. No entanto, há indícios de que as coisas não apontam em tal sentido.

Ao contrário, em Aveiro, tanta a autarquia local como outras são accionistas do projecto.

Mas, em Viseu, Fernando Ruas disse que "não é possível a Câmara ser sócia de várias actividades. Numa altura em que tanto se condenam as Câmaras por estarem associadas a privados, como é que é isto?", questionou numa rádio local o autarca, que não admite outra situação que não seja a actual empresa fazer obras até que seja encontrada outra solução.



Esta operação será mantida durante o tempo necessário para resolver a situação de Viseu, que pode passar pela construção de uma unidade nova, orçada entre os 400 e os 500 mil euros.

A comparticipação poderá chegar a um máximo 50 por cento do valor da obra. Muito pouco, na opinião dos produtores.

Tanto mais que há câmaras, como a de Viseu, que se têm mostrado pouco interessadas em colaborar com o empenho que

Entretanto, a ACGBA que reuniu com secretário de Estado e com os restantes elementos da comissão empenhada na construção

Em relação aos postos de trabalho disse que é defensor de que seja encontrada uma solução para o caso.

## Moradores do Alto Caçador revoltados

### Abaixo assinado contesta traçado do IP5

chegar aos responsáveis, inclusive ao presidente da República e Primeiro-Ministro, um extenso abaixo assinado.

Os moradores dizem que foram apanhados de surpresa, precisamente quando os topógrafos faziam o levantamento do terreno.

Agora temem que se vingar esta nova alternativa deixe de haver "impactes ambientais" para haver "o impacte humano", considerado ainda "mais grave". Há casas construídas há poucos anos que terão de ser demolidas e outras que vão ficar a menos de 50 metros da auto-estrada.

Os subscritores do abaixo assinado prometem ficar atentos e não baixar os braços. "Doa a quem doer vamos até onde tivermos que ir".

No meio de todo este

'nebuloso' processo são conhecidas as posições da Câmara Municipal. Sempre disse defender a solução a Sul com toda a determinação por considerar ser a que melhor serve o concelho, tanto no presente como em termos de futuro, não rejeitando a possibilidade de poder ser aproveitada parte ou a íntegra do actual traçado da ligação IP3/IP5, que passa precisamente uma tangente ao Parque Industrial de Coimbrões.

Certo é que parece estar a verificar-se um estremer de posições que não será favorável a ninguém, sobretudo quando se diz que "contra tudo e contra todos, juramos perante o país que jamais deixaremos assassinar a nossa terra e tudo faremos para a salvar", referem os subscritores do abaixo-assinado.

## É complicado adquirir uma base de dados?



Não. Tudo o que precisa de fazer é ir até [www.guianet.pt](http://www.guianet.pt), consultar-nos através do 210415500 ou enviar um email para [contact@guianet.pt](mailto:contact@guianet.pt).

**guianet.pt**

conhecendo-se as empresas, fazem-se os negócios.

Exigência da Comissão e dos criadores

## Autarquia de Viseu deve envolver-se na construção do novo matadouro

O presidente da Associação de Criadores de Gado da Beira Alta (ACGBA), Álvares de Carvalho, anunciou a sua demissão da Comissão, criada para resolver a questão do Matadouro de Viseu, no caso de não ser encontrada uma solução até ao próximo dia 15 de Julho

JOSÉ FONSECA

Cerca de 250 produtores, criadores, talhantes e comerciantes estiveram ontem na Feira do Gado, em Rio de Loba, para ouvir que passos a Comissão vai dar para evitar uma «verdadeira tragédia para mais de 26 mil famílias da região que vivem da agro-pecuária». Um número considerável tendo em conta que, na reunião da semana passada nem uma centena de pessoas esteve presente.

Perante a "plateia", Álvares de Carvalho leu um ofício da Câmara Municipal de Viseu, onde o presidente da autarquia, Fernando Ruas, deu conta da impossibilidade de estar presente no plenário. No entanto, o edil mostrou-se disponível para receber a Comissão de modo a que esta apresente os seus argumentos, depois de esta pedir uma audiência.

O presidente da ACGBA explicou aos presentes que a reunião será pedida com a máxima urgência já que a data de fecho do Matadouro de Viseu - dia 18 de Junho - está a aproximar-se a passos largos, mas também se mostrou confiante quanto à possibilidade de a data ser adiada como tem acontecido desde



Ao contrário da última reunião realizada há uma semana desta vez a afluência foi muito maior contando com cerca de duas dezenas e meia de pessoas

1999, altura em que um relatório dava conta da falta de condições do Matadouro em questão.

«Vamos enviar um ofício ao secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura para que este não feche o matadouro enquanto não houver uma alternativa válida. Tem de haver bom senso por parte do poder central que desde 1999 vão adiando o fecho e que agora que o Matadouro de Aveiro está pronto querem encerrar as portas em Viseu», adiantou à comunicação social.

Confrontado com a possibilidade de haver mais reuniões, um talhante de Mangualde adiantou que «não é com sucessivos encontros que se resolve o problema» e "disparou" contra o presidente da Câmara Municipal de Viseu. «Se fosse tempo de eleições autárquicas já nos tinha ouvido, mas assim vira-nos as costas».

Amândio Fonseca, ex-vereador da Câmara Municipal de La-

meço e elemento da Comissão eleita, respondeu, dizendo que a autarquia viseense mostrou interesse ao disponibilizar-se para ouvir as queixas. Mas também disse que nessa reunião Fernando Ruas terá de dizer se está a favor da manutenção do matadouro no concelho. «Se disser que sim terá de demonstrar esse apoio através da cédula de um terreno para a construção de uma nova unidade ou então participar com 20 por cento na Sociedade de Capital Mistos que será criada para o efeito», adiantou.

Para a plateia deixou ainda o seguinte recado: «Temos de demonstrar à Câmara a nossa determinação e por isso todos terão de marcar presença quando formos falar com o presidente da autarquia».

Sobre a possibilidade de o matadouro ser construído noutro concelho, Álvares de Carvalho adiantou que nunca pôs a hipótese «de esta unidade sair de Vi-

seu» e que está confiante quanto ao apoio do presidente da autarquia.

Álvares de Carvalho deu ainda conta da «total discordância» da Câmara Municipal de Sátão quanto ao fecho do matadouro. Num fax enviado à União das ADS a autarquia adianta, segundo o presidente da ACGBA, que o fecho do matadouro irá provocar o encerramento de muitas explorações do concelho, favorecendo abates clandestinos, além de representar uma grande perda para a região.

### "Evitar eutanásia dos agricultores"

Segundo Álvares de Carvalho, o fim do matadouro de Viseu irá trazer enormes prejuízos para os criadores. «Qualquer acidente com um animal na exploração - uma pata partida, por exemplo - significará um grande prejuízo para o agricultor, porque terá de transportar o animal até Aveiro, onde não será aceite para abate porque até lá já estará com febre».

Para evitar a «eutanásia dos agricultores», como a própria lhe chamou, Maria Salete Carmo Dias, criadora de gado de Coulo de Cima, Viseu, mostrou-se disponível em contribuir financeiramente para a construção de um novo matadouro e garantiu haver mais pessoas dispostas a fazê-lo.

Esta senhora, que já na semana passada "animou" a própria com as suas intervenções, não teve "papas na língua" deixando um apelo ao presidente da Câmara Municipal de Viseu, que «é o filho que eu gostava de ter»: «Não basta construir rotundas e túneis, precisamos do nosso matadouro».

Relatório de 1999 dava conta que infraestrutura já não tinha condições para funcionar

## Matadouro de Viseu está a ser investigado pelo Governo

O caso do Matadouro de Viseu é um processo «muito escuro». Quem o afirma é o presidente da Câmara de Viseu que quer ver toda a situação esclarecida. «Não quero pôr uma esponja sobre isto», sustentou Fernando Ruas, acrescentando que «tem que estar tudo esclarecido, até porque está em causa dinheiro públicos». A via judicial poderá ser uma forma de esclarecer todo o processo.

Estas declarações vêm a propósito da divulgação de um relatório de inspeções efectuadas em 1999 que davam conta que aquela infraestrutura não reunia condições necessárias para laborar. Um relatório cujos resultados, segundo o autarca viseense, «eram arrasadores». «Mesmo assim continuou a funcionar, quem sabe até pondo em causa a saúde pública», frisou.

Contactado pelo Diário Regional de Viseu, o sub-director da Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral, Brás Marques, confirmou que na altura as vistorias foram efectuadas, tendo sido ordenado o encerramento durante 15 dias «para que se procedessem a obras». «Depois de feitas essas obras de apetrechamento, permitimos que continuasse a laborar mas com o sentido de fazerem outro matadouro». Isto porque, continuou a explicar aquele responsável, «a ideia era tentar fazer outra infraestrutura, mas talvez por questões de facilidades municipais decidiram fazê-la em Aveiro», quando inicialmente a proposta passaria pela sua construção em Vouzela ou Oliveira de Frades.

Depois de 1999 foi feita uma nova vistoria apenas em finais

de 2002, tendo Brás Marques referido que durante este tempo foram feitas «inspeções pontuais». «Na altura, os problemas maiores e que não correspondia às normas comunitárias prendiam-se com o cruzamento de circuitos», esclareceu.

Perante os resultados do relatório, o Presidente da Câmara de Viseu, questiona como é que foi possível fazer a venda do matadouro, propriedade da PEC Lusa, à Sociedade Matadouros da Beira Litoral. «Temos que saber do Governo de então se vendeu uma coisa que não tinha condições. É preciso saber se quem comprou já sabia da falta de condições e se quem vendeu também», sublinhou o autarca. Fernando Ruas espera ainda que seja esclarecido de uma vez por todas «quem são os culpados da venda» e porque é que «só agora

surgiu um movimento em defesa do matadouro ou da construção de um novo».

O Diário Regional de Viseu tentou contactar o secretário de Estado Adjunto e das Pescas mas tal não foi possível. No entanto, é já sabido que a Secretaria está com «dívidas» sobre os sucessivos atrasos da decisão de encerrar o matadouro. Em declarações ao Jornal Público, Frazão Gomes afirmou que foi recomendada uma investigação.

A data indicada para o encerramento do matadouro de Viseu seria meados do corrente mês. Entretanto, foi criada uma Comissão que está a estudar uma solução que envolve a construção de uma nova infraestrutura que vá de encontro às necessidades dos produtores e criadores de gado da região.

ÁREA METROPOLITANA DE VISEU

NOTÍCIAS DE VISEU

## Processo pode passar para o Tribunal

**PEC Lusa não possa também lavar as mãos...** O primeiro não cumpriu as directrizes e manteve a estrutura a funcionar, enquanto o segundo terá vendido uma coisa que já sabia estar condenada. Se assim aconteceu muita coisa há a aclarar.

Por esclarecer está também o 'facto' de terem sido negados 150 mil contos, arranjados por um grupo de pessoas da região para "participar na Sociedade Matadouros da Beira Litoral".

Toda a gente começa a dizer que o processo não é claro e há mesmo quem afirme que "só terminará pela via judicial", até porque, salienta-se, "a empresa Matadouros da Beira Litoral ainda não pagou à PEC os matadouros privatizados, mas já vendeu os terrenos de Coimbra, prepara-se para fazer o mesmo em relação a Aveiro e a Viseu".

Para o presidente da Câmara Municipal, como adiantou ao nosso Jornal, todo este "processo é muito pouco transparente", teimando no esclarecimento de tudo, "até porque estão em causa dinheiros públicos".

Sabe-se agora que o relatório de 1999 era "arrasador" para o matadouro de Viseu. Mas, "mesmo assim, permitiu-se que continuasse a funcionar, pondo-se em causa a saúde pública", afirmou.

Fernando Ruas não sabe como foi possível fazer a transacção do equipamento de Viseu, pelo que "temos que saber do Governo de então se vendeu uma coisa que não tinha condições. É preciso saber se quem comprou já sabia das falhas e se quem vendeu também".

Para o autarca, "há coincidências estranhas", afirmando que quem apareceu a "querer baldear isto tudo está a fazer batota e eu não deixo".

A "dispensa do concurso público foi no pressuposto de que se iria beneficiar a economia da região e eu pergunto em que é que foi beneficiada e quais as cautelas que teve quem comprou e quem vendeu?".

O 'NV' sabe que foi pedida uma investigação a quem de direito, enquanto o vereador Cunha Lemos deixou claro, relativamente ao eventual novo matadouro, que a Câmara facilita o projecto e o "meu presidente está disponível para colaborar com eles em termos de candidatura aos Fundos Comunitários", frisou.



Porém, quem estava responsável pela administração dos 'medicamentos' para eliminar as 'maleitas' nunca o fez. Antes, parece que a situação agradava porque assim seria mais fácil encerrá-lo, fazendo, depois, uma eventual negociação imobiliária.

Os criadores de gado reuniram-se no Parque de Leilão de Gado, em Rio de Loba, para tomarem a última decisão. Mas a falta de representantes autárquicos, produtores e empresários da região, tornou os trabalhos improdutivos. Atacam-se pessoas que não estavam presentes e que nem sequer tinham sido convidadas a estar ali.

Assim, foi marcado para ontem, dia 11, novo plenário de produtores para se traçarem as linhas capazes de ultrapassar a crise.

O presidente da Câmara já se mostrou disponível para receber alguém que represente os produtores, na Câmara Municipal, se, para tanto, for solicitado. "Não pactuarei com interlocutores que não representem ninguém", afirmou.

Na reunião anterior chegou a correr a hipótese de que se os criadores de gado dessem 25 euros por cada peça para abate e os talhantes também contribuíssem, poderia chegar-se a 1,250.000 euros, adicionando os 30 ou 40 por cento do estado, talvez houvesse dinheiro para a construção de novo matadouro.

**MAS A IDEIA NÃO PASSOU**

No auto de vistoria de 99 dizia-se que não havia condições para o matadouro de Viseu continuar a laborar, com responsabilidades directas para a Sociedade de Matadouros da Beira Litoral, embora a

Presidente Fernando Ruas não tem o mesmo receio em afirmar que o "processo" do Matadouro de Viseu é muito escuro e que sejam esclarecidas todas as questões que se arrastam já do tempo do antigo presidente, que também não quis fazer a entrega importante oferecida pelo departamento municipal.

Estão a azedar e o actual

autarca está disposto a tudo para que se esclareça e se diga, afinal, quem vendeu, quem comprou, quem pagou e quem recebeu o dinheiro.

Que o matadouro há muito estava 'doente' todos, mais ou menos, o sabiam.

www.vivencasa.pt

**VIVENCASA**  
Soluções Globais Habitação

<p><b>T1 - Qta. do Galo</b></p> <p>Garagem indiv. com entrada directa da rua, aquec. completo. Lareira c/ recuperador, na sala, roupeiros. Pav. tijol. e lamparquet. 2 Frontes, varandas. EXCELENTE.</p> <p>123.45Eur 24.750cts</p>	<p><b>T3 - Centro</b></p> <p>EXCELENTE LOCALIZAÇÃO JUNTO AS UNIVERSIDADES Bom pl rendimento. Completamente mobiliado. 2 Frontes. Área: 110m<sup>2</sup> Pav. laco/loleira.</p> <p>92.280Eur 18.500cts</p>	<p><b>T2+T0</b></p> <p>A 2 min. do centro T0 todo equipado no sólio c/ possib. de ligação ao T2. Pode alugar em separado. Garag. indiv. + lugar de garag. Aquec. completo; lareira na sala; 1 roupeiro. 3 Frontes. Terraço c/ ± 40m<sup>2</sup>. MUITO BOM</p> <p>109.740Eur. 22.000cts</p>	<p><b>T3 - Qta. do Galo</b></p> <p>NOVO Garag. indiv.; aquec. completo. Lareira na sala c/ recuperador; roupeiros. Pav. tijol. e flutuante. 2 Frontes. EXCELENTE</p> <p>117.250Eur 23.500cts</p>
<p><b>T3 - Marzoveiros</b></p> <p>Garagem indiv. c/ entrada directa da rua, aquec. completo. Lareira c/ recuperador, na sala, roupeiros. Pav. tijol. e lamparquet. 2 Frontes, varandas. EXCELENTE.</p> <p>123.45Eur 24.750cts</p>	<p><b>T1 - Qta. do Galo</b></p> <p>Garagem indiv., aquec. completo. Tem ainda um grande espaço p/ armários ou p/ escritório. 2 Frontes. Pav. fultante/granito. MUITO BOM</p> <p>77.315Eur 15.500cts</p>	<p><b>Morada Geminada</b></p> <p>JP à cidade Possibilidade de escolha de acabamentos. 4 Quartos; aquec. completo; lareira na cozinha; roupeiros. Boa orientação solar. EXCELENTE ÁREAS</p> <p>159.620Eur 32.000cts</p>	<p><b>Morada Isolada</b></p> <p>A 30km de Viseu Zona de Sítio. 3 Quartos; 2 escritórios; lareira na sala e na cozinha. Aquec. central a lenha e gásóleo. Poço, lagar e vários armários. Enorme quintal. EXCELENTE NEGÓCIO</p> <p>92.280Eur 18.500cts</p>

Tel: 232 42 62 63 Rua Gaspar Barreiros, n.º 20 - (Jto. à C.G.D. - Rossio)

- Gazeta da Beira, 12 de junho de 2003. Cedido pela Biblioteca Municipal de Viseu.

## Voltamos ao encerramento do matadouro de Viseu

Num dos números da G. B. falámos do encerramento do matadouro de Viseu. Parece-nos que a notícia se confirma. Os criadores de gado lançam aviso: com o encerramento do matadouro põe-se em risco a economia de cerca de 26 mil famílias. Uma comissão eleita por 11 concelhos do distrito está a trabalhar na construção de uma nova infra-estrutura. O Presidente da Assoc. de Agricultura da B. Alta, líder desta comissão, fez a abordagem do assunto em 2 vertentes: a social e a económica. A Dir. Geral de Veterinária (D.G.V.) considera que a estrutura actual não possui as condições necessárias ao funcionamento de acordo com vistoria de 16 de Junho de 1999 pela D.G.V., en-

tidade que deu dois anos para a recuperação do edifício. Os criadores de gado querem saber da PEC - LUSA em que condições alienou os matadouros de Coimbra, Aveiro e Viseu ou quais os compromissos assumidos quanto aos da região da Beira Litoral. De quem é a culpa desta situação? É de quem vendeu as 3 unidades para ficar só uma a funcionar. E quem comprou poderá estar a fazer uma jogada. Relativamente à Câmara de Viseu nada há a esperar. As de Mangualde e de Lamego disponibilizaram-se para analisar o caso de doação de terrenos e outras questões. É difícil para os criadores terem de ir para Aveiro com todos os prejuízos de transportes.

O encerramento do matadouro de Viseu poderá ser a 18 de Junho. Esta data ainda não é definitiva, mas o encerramento é irreversível. O Matadouro, propriedade da Soc. de Matadouros da B. Litoral, que adquiriu a PEC-LUSA em 1999 com o respectivo património que tinha em Coimbra, Aveiro e Viseu, foi vistoriado no final do ano, nomeadamente pela D. Geral de Veterinária, DRABL, Inst. Desenz e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) e a Delegação de Saúde. Em Junho de 1999 já tinham sido detectadas irregularidades. Esperava-se um novo matadouro, mas que foi para Aveiro.

- Diário Regional Viseu, 18 de junho de 2003. Cedido pela Biblioteca Municipal de Viseu.

## Hoje é o último dia do Matadouro

O Matadouro de Viseu vai mesmo fechar as suas portas, a partir de amanhã. O director regional da Agricultura da Beira Litoral, Leonel Amorim, e o presidente do Conselho Administrativo da PEC Lusa, José Gonçalves, explicaram ao Diário Regional de Viseu que não há nada que indique o contrário

JOSÉ FONSECA

**H**oje é o último dia de trabalho para os 45 funcionários da PEC Lusa a laborar naquela unidade de abate de animais. Ao contrário daquilo que o presidente da Associação de Criadores de Gado da Beira Alta e membro da Comissão contra o encerramento do Matadouro de Viseu, Álvares de Carvalho, estava à espera a data do encerramento oficial não foi adiada.

O fecho foi confirmado ao nosso Jornal pelo director regional da DRABL, Leonel Amorim, que nos adiantou que «com toda a certeza, amanhã (hoje) proceder-se-á aos últimos abates naquela unidade». Quanto às opções, em termos de locais de abate, que agora estão disponíveis para os criadores de gado e restantes agentes económicos, este responsável explicou que



Hoje é o último dia de abates no matadouro de Viseu

dentro da área da beira litoral as pessoas terão de se dirigir aos matadouros de Aveiro ou Oliveira do Hospital.

No matadouro viseense, o Diário Regional de Viseu falou com o presidente do Conselho Administrativo da PEC Lusa, empresa proprietária da unidade. José Gonçalves reconheceu que o fecho do Matadouro representa um prejuízo para os operadores habituados a lidar com o pessoal de Viseu, mas também adiantou que «os agentes económicos envolvidos têm agora de encontrar soluções».

No que diz respeito à empresa, este responsável assegurou que existe a tentativa de corresponder às necessidades dos clientes, nomeadamente através da «criação de uma orgânica no matadouro de Aveiro que permita a recepção e o abate do gado proveniente desta região e à posterior distribuição das carcaças».

Outra solução encontrada é, segundo José Gonçalves, a utilização do Parque de Gado de Campia, localizado no concelho de Vouzela, que irá servir «como ponto de recepção». As conversações com a autarquia local nesse sentido «estão praticamente concluídas».

Questionado sobre a possibilidade do transporte do gado a partir de Campia ser gratuito, a mesma fonte adiantou que «é um pormenor que necessita de ser considerado pela empresa, no entanto, a hipótese mais provável é a de ser "cobrado" um valor próximo dos custos inerentes a esta operação».

No que diz respeito aos funcionários, «já foi diligenciado o despedimento colectivo, mais que justificado pelo encerramento da unidade». Trata-se de 45 trabalhadores que em alguns casos irão para o desemprego, para a reforma antecipada ou

que até já encontraram trabalho noutras instalações. Segundo José Gonçalves, um número «muito reduzido» desses empregados ficará para manter a gestão comercial e patrimonial - evitar a degradação e vandalização dos edifícios - do Matadouro.

Questionado sobre a falta de investimento na unidade e que agora levou ao seu encerramento por não haver condições, adiantou que «do ponto de vista empresarial não se justificava gastar dinheiro nas actuais instalações». Quanto a um novo Matadouro, José Gonçalves disse que «a PEC Lusa esteve sempre disponível para participar no capital social, mas nunca como sócio maioritário, essa função caberia sempre à autarquia ou aos agentes económicos interessados». Explicou ainda que «o ideal teria sido a abertura da nova unidade com o fecho das antigas instalações, poupava-se nas indemnizações e o pessoal transitava apenas de local de trabalho».

José Gonçalves adiantou ainda que a empresa não está contra a possibilidade de participar no novo Matadouro se este for construído, «o que poderá demorar dois anos», mas disse também que tal «não será fácil».

O Diário Regional de Viseu tentou ainda falar, sem sucesso, com Álvares de Carvalho.

## Emoção no fecho do matadouro

O matadouro de Viseu encerrou no passado dia 18 de Junho as portas, ao fim de 37 anos de actividade. O encerramento foi decretado pela Dir. Geral de Veterinária e justificado pela ausência de condições sanitárias para o abate de gado. Tinha 46 funcionários. Alguns foram trabalhar na Empresa Matadouros da Beira S.A., em Aveiro, e outros foram para o Parque de Leilão de Gado de Campia, Vouzela. Outros foram despedidos. Houve lágrimas em muitos rostos, a começar pelo Director, Eng<sup>o</sup> Filipe Azevedo, o mais antigo. O encerramento da estrutura foi uma perda para a região. Desesperados ficaram também produtores, talhantes e comerciantes de gado que, a partir de agora, deixam de poder abater as suas reses no matadouro de Viseu. A empresa prometeu o transporte de gado para Aveiro, sendo paga certa importância. Filipe Azevedo desdramatizou e afirmou que a empresa negocia o transporte de gado e as contrapartidas com os criadores, caso a caso, para que ninguém fique prejudicado.

Cronologia do matadouro de Viseu  
1974 - Matadouro foi integrado na INPP  
1986 - Bens passaram para o IROMA  
1992 - Capital transitou para a PEC  
1998 - Privatização da PEC e origem da PEC-LUSA S.A.  
1999 - Nasceu a empresa "Matadouros das Beiras S.A.", que decidiu o encerramento do matadouro de Viseu.  
Eram abatidos por semana 1.200 animais.

## Com o encerramento do Matadouro de Viseu concretizado

# Criadores de gado e Fernando Ruas vão debater velho e novo Matadouro

Fechado o Matadouro de Viseu (MV), por falta de condições, segundo a Direcção-Geral de Veterinária, há quem em Viseu prepare nova acção, agora no sentido da construção de uma infra-estrutura, ao mesmo tempo que põe algumas questões relativas ao encerramento do MV

SEIA DE MATOS



Álvares de Carvalho, presidente da Associação de Criadores de Gado da Beira Alta, está tentar trazer para Viseu um Matadouro

real e claramente qual o seu posicionamento perante o que aconteceu e o que pode fazer para ajudar os criadores de gado,

em face da situação agora criada», apontou Álvares de Carvalho.

Interrogado sobre quais eram as intenções da Comissão, dado os criadores de gado da Beira Alta não terem outra alternativa que não seja a de levarem os seus animais para abate ao novo Matadouro de Aveiro, Álvares de Carvalho respondeu: «Dado o não cumprimento das responsabilidades por parte das autoridades sanitárias, a óptica de abordagem do problema é a da construção de um novo Matadouro em Viseu.»

E adiantou mais: Informámos os nossos associados da reunião com o presidente da Câmara Municipal Viseu, mas não queremos que haja manifestações nem concentrações.» Não se pode deixar-se «é de lastimar que os órgãos da tutela regionais e nacionais não tenham cumprido com as suas obrigações».

Questionado sobre o que queria dizer com isso e sobre a razão por que a ACGBA não havia pressionado mais cedo, já que o processo de encerramento do Matadouro de Viseu se prolonga desde 1999, o presidente da Associação de Criadores de Gado justificou: «Com a venda dos matadouros da PEC SGPS à empresa Matadouros das Beiras, AS, estávamos plenamente convencidos de que se encontrava incluída, no contrato de compra e venda, uma cláusula que obrigaria o comprador a ter em Viseu um Matadouro e que, caso não o fizesse, seria passível de sofrer uma penalização gravosa.»

Álvares de Carvalho lançou um alerta: «Não deixa de ser curioso que o Matadouro de Viseu passou a ter de fechar com a maior rapidez possível, a partir do momento em que o novo Matadouro de Aveiro ficou pronto.

O que se pergunta é o que aconteceu nestes quatro anos: será que os consumidores andaram a ser prejudicados, em termos de saúde pública?»

Depois do encerramento na semana passada

## Trabalhadores do Matadouro de Viseu descontentes com transferência para Aveiro

Com o encerramento do Matadouro de Viseu, os 46 funcionários desta infraestrutura fazem agora contas à vida. Catorze dos trabalhadores foram transferidos para o Matadouro de Aveiro, uma situação que não é bem vista por todos

**A**lguns dos trabalhadores que foram transferidos para Aveiro com o encerramento do Matadouro de Viseu estão descontentes com a situação. Dos 46 funcionários, 14 vão ser transferidos para aquela cidade (alguns dos quais já foram), enquanto que os restantes aguardam negociações com a administração da PEC Lusa, empresa proprietária do Matadouro de Viseu. Ontem, trabalhadores e dirigentes do Sindicato da Agricultura, Alimentação e Floresta estiveram reunidos para discutirem como



Trabalhadores e sindicalistas estiveram ontem reunidos no Matadouro de Viseu

serão feitas as negociações relativamente às indemnizações.

«A situação com o encerramento do Matadouro é desagradável para os 46 funcionários», disse no final do encontro o sindicalista André Almeida. Na sua opinião, em causa não estão só os trabalhadores, mas também as famílias. «Se formos a fazer as contas, são cento e tal pessoas que ficam em situação desa-

gradável», sustentou. Isto, para «não falar nos agricultores e criadores que para abaterem os seus animais vão ter que ir para Aveiro, Guarda ou Oliveira de Azeiteis», frisou o sindicalista.

Se para alguns a questão está agora na negociação das indemnizações a pagar por parte da empresa, para outros o facto de terem sido transferidos para Aveiro não é uma solução bem aceite. É o caso de José Fer-

nando. Trabalhador há 11 anos no Matadouro de Viseu, este funcionário afirmou que se sentiu «obrigado» a aceitar a ida para Aveiro. «Aceitei ir para lá sob receio de perder os meus direitos», sublinhou. O facto de ter que se levantar todos os dias às 5 e 30 horas e fazer mais de 160 quilómetros por dia na viagem entre as duas cidades não é tolerável. «Preferia ficar desempregado há situação em

que estou agora», concluiu.

Para José Fonseca, dirigente do Sindicato da Agricultura, Alimentação e Floresta, «há muitos anos que os trabalhadores andavam com a corda na garganta». «Há mais de cinco anos que se fala no encerramento do Matadouro», afirmou, acrescentando que «o justo era o não encerramento». «Agora resta negociar as indemnizações e os direitos dos trabalhadores», concluiu.

O Matadouro de Viseu fechou as portas no passado dia 18, mas há já bastante tempo que o seu encerramento estava ditado por não cumprir com as normas comunitárias de higiene e segurança.

Entretanto, uma comissão instaladora tem andado a desenvolver esforços para que esta infraestrutura não encerra-se ou então fosse construída uma de novo no distrito. Para tal, amanhã o presidente desta comissão, Álvares de Carvalho, tem uma reunião marcada com o presidente da Câmara de Viseu.

- Diário Regional Viseu, 25 de junho de 2003. Cedido pela Biblioteca Municipal de Viseu.

Álvares de Carvalho confiante

## Ministério da Agricultura vai levar até ao fim inquérito sobre venda do Matadouro

Tudo indica que o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP) vai mesmo levar até às últimas consequências o inquérito sobre o processo de venda e encerramento do Matadouro de Viseu (MV)

SEIA DE MATOS

**A** Comissão a Favor do Matadouro de Viseu, encerrado na quinta passada, foi ontem ouvida pela Inspeção Geral de Agricultura, que pretende saber a forma e o conteúdo do processo de venda e encerramento do MV, processo que o próprio presidente da Câmara Municipal de Viseu, Fernando refriu «cheirar a esturro», como o "Diário Regional de Viseu" noticiou na sua edição de ontem.

Álvares de Carvalho, da Comissão e presidente da Associação



O Matadouro de Viseu ainda vai dar muito que falar

ção de Criadores de Gado da Beira Alta, revelou ao nosso Jornal que a Inspeção Geral de Agricultura (IGA) o interrogou, no sentido de «colher informações sobre como decorreu a ven-

da e o encerramento do Matadouro», medida que vai só pôr em perigo a existência dos criadores de gado da região, que terão de se deslocar a Aveiro, para abater os seus animais.

O presidente da Associação de Criadores de Gado da Beira Alta (ACGBA), questionado relativamente à atitude do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, respondeu: «Estou, agora, plenamente convicto de que as coisas vão ser analisadas com profundidade, ou seja, que a Tutela vai mesmo até ao fundo.»

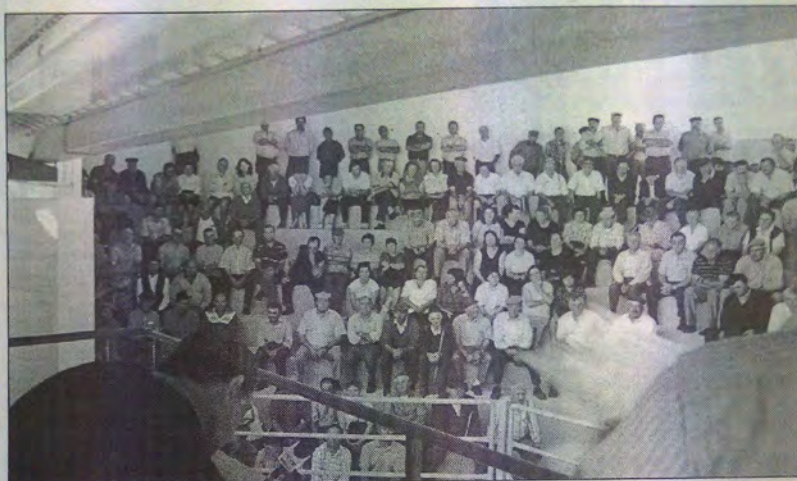
O membro da Comissão a Favor do Matadouro de Viseu, que foi acompanhado na sua deslocação a Lisboa por mais três elementos do movimento, concluiu: «Não podemos fazer mais do que esperar e ver quais serão os resultados.» E mais uma vez adiantou: «Estou convencido que o Governo vai para a frente e se encontra determinado em ir até ao fim!»

Recorda-se que o presidente da Câmara Municipal de Viseu chegou a dizer que se o caso for grave, deve ir mesmo parar ao Ministério Público.

Fernando Ruas e Comissão Contra Encerramento... confiantes

## Encerramento do Matadouro de Viseu vai fazer correr ainda... muita tinta

O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas Está interessado em saber como decorreu todo o processo de alienação do património da PEC - Lusa para a empresa Matadouros, S. A.. Trata-se de uma atitude aplaudida por Fernando Ruas, presidente da Câmara Municipal de Viseu, para quem não «haverá construção no espaço do Matadouro, enquanto tudo não estiver esclarecido e resolvido»



SEIA DE MATOS

O caso do encerramento do Matadouro de Viseu está muito longe de estar resolvido

**A** Comissão Contra o Encerramento do Matadouro de Viseu vai ser amanhã ouvida pela Inspeção Geral de Agricultura (IGA), que «pretende saber tudo sobre o processo de venda e encerramento» da referida infraestrutura, que teve o seu último dia de trabalho na passada quinta-feira, como o nosso Jornal noticiou.

A revelação partiu de Álvares de Carvalho, presidente da Associação de Criadores de Gado da Beira Alta e membro da Comissão, após uma reunião ontem havida com Fernando Ruas, que espera «ver as chegar as coisas até às últimas consequências», conforme salientou.

Relativamente à reunião com o presidente da Câmara Municipal de Viseu, Álvares de Carvalho fez questão de realçar «ter decorrido da melhor forma», encontrando-se, inclusive, o município disponível para ajudar a Comissão naquilo que for necessário, como mais tarde confirmou Fernando Ruas.

O autarca foi mesmo mais longe assinalando as etapas que vão ser percorridas pela edilidade, quanto ao problema específico da venda e encerramento do Matadouro: «Primeiro iremos falar com o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Bianchi de Aguiar, ao mesmo tempo proibiremos a construção no espaço do Matadouro, disponibi-

lizando-nos a seguir para ajudar na resolução do problema, que pode muito bem passar pela requalificação da estrutura.»

É de salientar, ainda neste campo, que a Câmara Municipal de Viseu meteu o Governo em Tribunal, pelo facto de o Estado ter nacionalizado o Matadouro, não ressarcindo, por outro lado, a autarquia pelo acto cometido.

O presidente da Câmara Municipal de Viseu apontou: «Aconselhei o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural a ouvir a Comissão, por forma a não se tornar conivente com as asneiras feitas pelo outro Governo.»

A questão encontra-se, pois, em «apurar responsabilidades», acentuou o autarca, pois «o ne-

gócio da venda e compra do Matadouro cheira a esturro». E pergunta: «Então, não é estranho que durante quase quatro anos ninguém se tivesse movimentado no sentido da requalificação do Matadouro, como o exigiam dois relatórios da Direcção Geral de Veterinária? Não é estranho que só depois do novo Matadouro de Aveiro entrar em acção é que se pensou fechar o de Viseu? Então, quem vendeu e quem comprou não sabia da situação em que se encontrava o Matadouro? Não é estranho que os Agrupamentos de Defesa Sanitária não soubessem dos relatórios, como me acabaram de dizer, em reunião também hoje realizada?»

## Matadouro de Viseu não quer morrer...

# Reabertura ainda é hipótese

A. Rodrigues

*Alguns parece querer animar o Matadouro de Viseu, ainda com uma hipótese de reabertura. Embora não seja líquido que tal possibilidade possa acontecer, começam a surgir perspectivas nesse âmbito, podendo ainda os empresários da região tomar nas suas mãos a responsabilidade de construir nova estrutura, através de capital próprio e de subsídios disponíveis para isso.*

O desenvolvimento de todo o processo do Matadouro de Viseu foi demasiado 'escuro'. Mas há coisas que os responsáveis prometem aclarar, nomeadamente a forma de transacção do equipamento do Governo para privados e destes alienarem um património que se propunham requalificar, não o fazendo em virtude de ser 'necessário' dar rentabilidade à unidade construída em Aveiro.

Fernando Ruas frisou que "urge esclarecer alguns procedimentos. Tudo isto é tão espesso, tão escuro que cada vez tenho mais a convicção do 'mistério', sobretudo à medida que vou tendo conhecimento dos elementos deste processo".

As reuniões têm se multiplicado, inclusive em Lisboa com o secretário de Estado Adjunto e das Pescas, Câ-

mara Municipal e produtores locais, e sabe-se que a "Inspeção-Geral da Agricultura está a investigar o processo de venda do Matadouro", com o autarca viseense a querer que "o processo vá até ao fim".

Há 'seguras' desconfianças de que por detrás de tudo isto terá havido especulações imobiliárias, questionando o autarca viseense: "porque é que nunca se reconverteu o Matadouro se as obras necessárias só custavam 11 mil contos (55 mil euros)?" Talvez porque "a empresa nunca tenha tido interesse em manter a estrutura a funcionar".

Mais grave será correr que os matadouros de Viseu, Coimbra e Aveiro foram vendidos por 280 mil contos. Depois, só o de Coimbra foi alienado por 430 mil contos e que para o antigo Matadouro de Aveiro já há quem ofereça 600 pelo terreno, valendo (!) o

de Viseu meio milhão de contos. "Isto é muito mais do que um negócio da China", frisou o autarca viseense, lembrando que neste caso anómalo ainda há uma parte da dívida que não foi paga.

Depois da última reunião em Lisboa, na semana passada, surgiu a ideia de que ainda haverá algumas hipóteses de reabrir a Matadouro antigo, porquanto se "pode concluir pela ilegalidade da alienação e transacção".

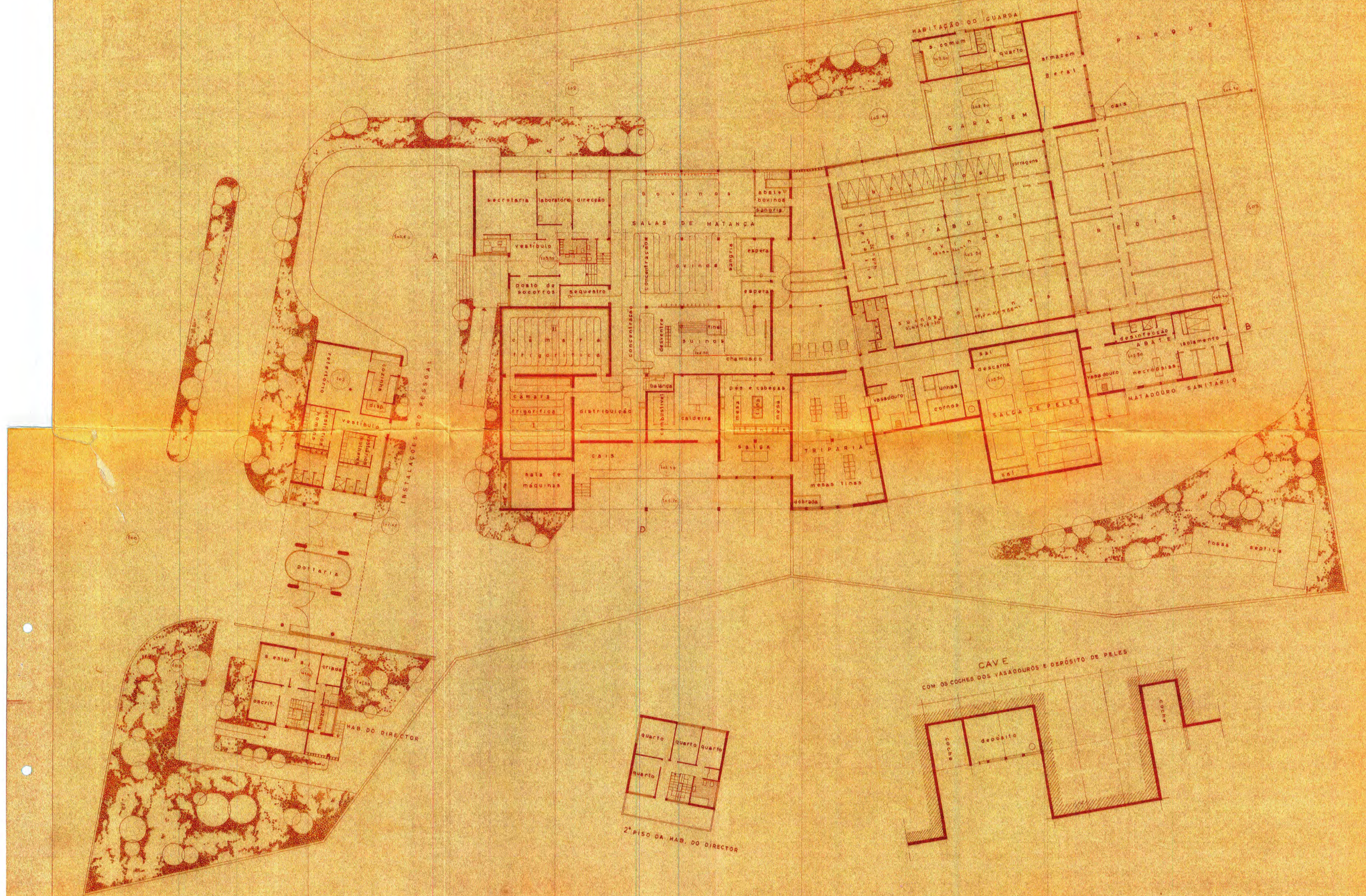
O caso dos trabalhadores é da competência da Empresa de Matadouros das Beiras, AS, que "vai ter que garantir a sua situação".

Fernando Ruas disse também ao secretário de Estado que a "Câmara vai evitar a especulação imobiliária". Por outro lado, "é importante, é saber que há apoio estatal para a construção de um novo Matadouro". Mais razoável ainda "é saber também que há promotores privados interessados no desenvolvimento do processo" de que se destaca um grupo privado do concelho de Sátão, situação que serve em pleno os interesses da região, na medida em que o Matadouro não tem rigorosamente que ficar instalado em Viseu.

Para o representante da Comissão de Luta Contra o Encerramento do Matadouro as coisas começam a ficar também mais claras, tendo em vista a defesa dos interesses de Viseu e da região.

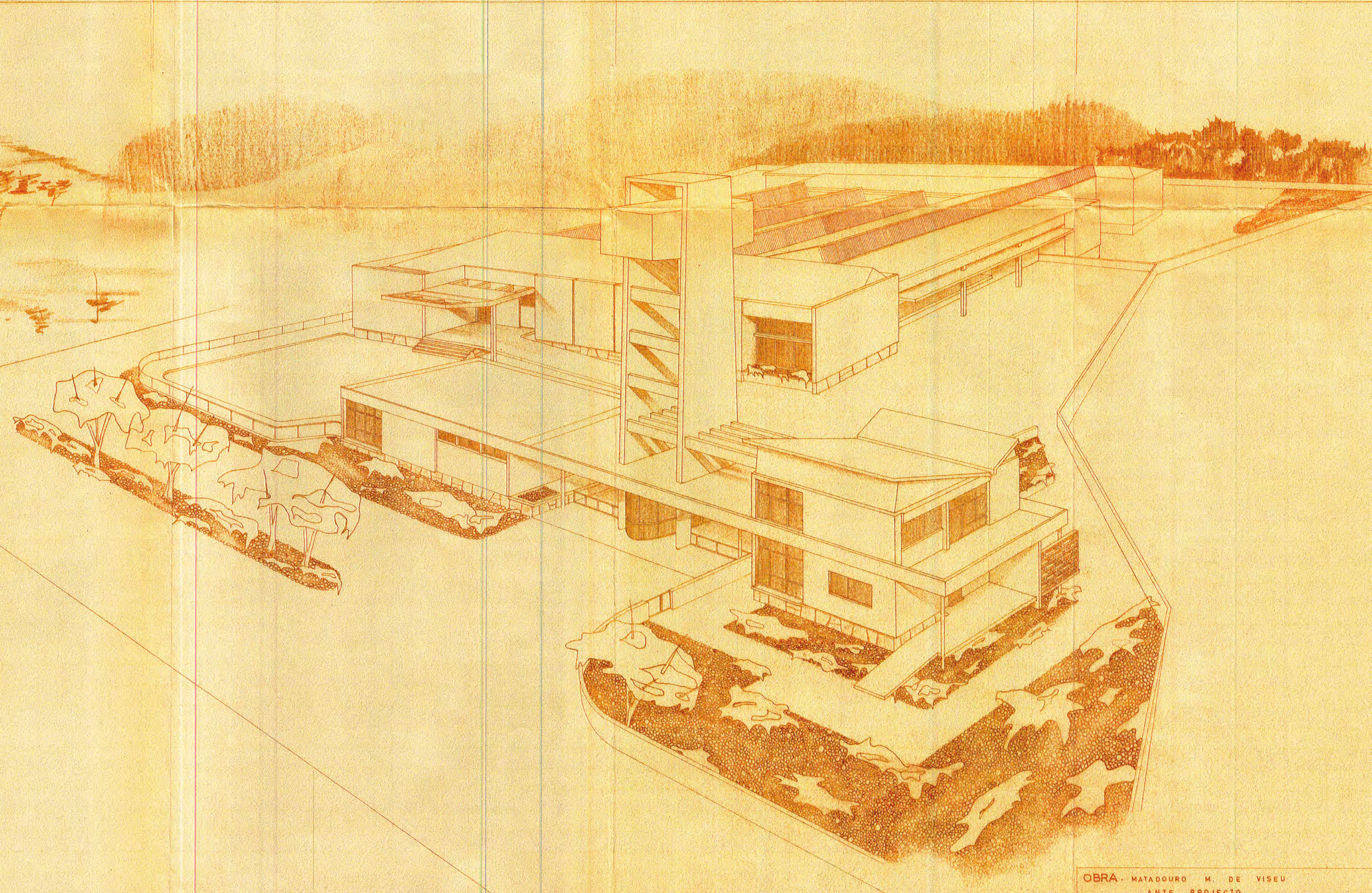






OBRA: MATADOURO M. DE VISEU	ESC. 1:200
ANTE PROJECTO	N.º 4
DES.º PLANTA GERAL	N.º 299
O ENG. <i>João Casanova</i>	DATA NOV. 1959
O ARQ. <i>Paulo Casanova</i>	DES.º <i>109</i>





OBRA - MATADOURO M. DE VISEU  
ANTE PROJECTO

DES. PERSPECTIVA

O ENG.

*F.º Carneiro*

O ARQ. 111

*Ant. Casanova*